

LUCIANE RIBEIRO VILELA



1290000257



TCC/UNICAMP V711e

***A Escola num Contexto de
Globalização***
Campinas: Um estudo de caso

CAMPINAS
1996

Luciane Ribeiro Vilela

***A Escola num Contexto de Globalização
Campinas: Um estudo de caso***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Título de Bacharel em Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas.

Faculdade de Educação
UNICAMP
1996

UNIDADE	FE
Nº CHAMADA	TCC-UNICAMP
V.	V711e
TOME	257
PROG.	124/2003
CL.	
PRE.	11,00
DATA	06.11.03
Nº CPD	BIB. ad. 3. 10916

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

V711e Vilela, Luciane Ribeiro.
A escola num contexto de globalização - Campinas : um estudo de caso / Luciane Ribeiro Vilela. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

Orientador : Nilson Joseph Demange.
Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Globalização. 2. Política e Educação. 3. Educação - Aspectos econômicos. I. Demange, Nilson Joseph. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Agradecimentos:

Este trabalho foi realizado graças à colaboração de diversas pessoas.

Agradeço, em primeiro lugar, a meu orientador Nilson Joseph Demange, que com seus ricos conhecimentos, sua simplicidade e dedicação constantes, ajudou-me a trilhar o caminho da pesquisa e conhecimento.

Aos meus professores da Faculdade de Educação, que com suas críticas e incentivos ao longo do curso de Pedagogia, ajudaram-me no amadurecimento intelectual.

Aos meus pais, Luiz e Leontina, pelo carinho eterno, incentivo e compreensão em minhas inúmeras ausências no âmbito familiar devido à dedicação muitas vezes maior ao estudo do que à família.

Aos meus irmãos, sobrinhos e cunhados, que sempre demonstram orgulho, incentivando-me para a continuidade da carreira acadêmica.

Aos professores, alunos, diretores, supervisores e pais de alunos entrevistados, colaboradores fundamentais para o desenvolvimento empírico da pesquisa.

Às minhas amigas de moradia: Lin, Mara e Sarah, pela companhia e constante prestatividade em todos os detalhes necessários.

Agradeço a Hélia Lucena Bolzan, pela revisão ortográfica e presente amizade, e aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação.

Agradeço também a todos os amigos que durante a pesquisa encaminharam-me material, bibliografia e tudo que se referisse ao meu tema, em especial a: Cristiane C Batagini Cardinalli, Gisele Costa Cardozo e Luiz Carlos Fabrini Filho.

E a todas as pessoas que, de algum modo, contribuíram para melhorar o resultado final do TCC. Agradeço principalmente a Deus pela presença forte em todos os momentos de minha vida.

Campinas, julho de 1996

Luciane Ribeiro Vilela

*“ Antes mundo era pequeno porque a terra era grande.
Hoje mundo é muito grande porque terra é pequena.
Do tamanho da antena parabolicamará...”*

(Gilberto Gil - Parabolicamará, 1992)

Apresentação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso faz parte da recente modificação curricular do Curso de Pedagogia, e tem como objetivo abrir espaço no currículo da Faculdade de Educação para que o graduando possa tomar contato com a pesquisa acadêmica.

Para tanto, o aluno, ao longo do curso, deve anotar e destacar a área com que mais se identifica, para que nos dois últimos semestres já esteja com a opção feita para desenvolver sua pesquisa de forma segura e satisfatória.

Essa produção intelectual inclui projeto, pesquisa, análise e apresentação pública. Cada passo é acompanhado e orientado por um docente, denominado Orientador, e o trabalho poderá ser o passo inicial para a carreira acadêmica, se assim o graduando objetivar.

O presente projeto foi realizado em dois semestres (junho a dezembro de 1995, e janeiro a julho de 1996), e demandou esforços de sistematização de diversos conteúdos, contando com a orientação do Professor Doutor Nilson Joseph Demange.

O tema escolhido é referente à educação em relação às transformações sociais ocorridas nos últimos anos, tendo como título "A Escola num contexto de Globalização: Campinas, um estudo de caso".

SUMÁRIO

1. PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA.....	1
1.1. O PROBLEMA.....	1
1.2. OS OBJETIVOS.....	2
1.3. METODOLOGIA.....	3
1.4. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1. HABERMAS E A ESCOLA DE FRANKFURT.....	7
2.2. TEORIA DA RAZÃO COMUNICATIVA.....	9
2.2.1. <i>O mundo da vida e o sistema</i>	11
2.2.2. <i>A sociedade capitalista e a ação comunicativa</i>	13
3. EDUCAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO.....	16
3.1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO.....	16
3.2. METAMORFOSE MUNDIAL - NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO.....	21
3.3. A EDUCAÇÃO E A QUALIDADE TOTAL.....	25
3.4. UM NOVO COMPONENTE NO COTIDIANO ESCOLAR: O COMPUTADOR.....	29
3.5. A EDUCAÇÃO, SEUS DESENCONTROS E A GLOBALIZAÇÃO.....	31
4. AS ESCOLAS DE CAMPINAS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	40
4.1 . O CAMPO DE PESQUISA E A SELEÇÃO DOS AGENTES.....	40
4.2. ENTREVISTAS I.....	43
4.3. ENTREVISTAS II.....	51
4.4 . ANÁLISE DAS ENTREVISTAS I.....	53
4.5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS II.....	57
5. CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
ANEXOS.....	77

1. PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA

1.1. O Problema

A proposta deste trabalho surgiu a partir de discussões e reflexões nas diversas disciplinas ao longo do curso de Pedagogia, além de minha experiência profissional como professora.

Este último fator possibilitou o questionamento sobre a participação, consciência ou não dos professores, alunos e pais, no que se refere ao processo educacional em face às transformações sociais que vêm ocorrendo com o fenômeno da globalização.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com alunos, pais, professores, diretores e supervisores de ensino de escolas públicas e privadas da cidade de Campinas, que atendessem diversas camadas sociais, para saber como estas mudanças são percebidas e quais as implicações diretas em sala de aula.

Paralelamente à pesquisa de campo, foram realizadas leituras de autores contemporâneos, como Otávio Ianni, que discutem o tema da Globalização. O embasamento teórico fundamenta-se na teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, que através de seu conceito de sociedade em dois níveis, Sistema e Mundo da Vida, contribuiu substancialmente no entendimento das transformações que vêm ocorrendo na atual sociedade capitalista.

Serão abordados, também, assuntos como Qualidade Total na Educação, Modernidade, Realidade Educacional e sobretudo Globalização, na tentativa de analisar suas influências no sistema educacional através de um estudo de caso no município de Campinas, no Estado de São Paulo.

1.2. Os Objetivos

Supondo-se que existam hoje no Brasil, influências da expansão dos sistemas internacionais nas estruturas do sistema de ensino nacional, investigaremos quais as mudanças diretas em sala de aula; para isso, será desenvolvido um trabalho em diferentes escolas de Campinas, abrangendo a rede pública — municipal e estadual — e a rede privada, que representam e atendem às diversas classes sociais da cidade.

A escolha dessas escolas se deu de acordo com sua distribuição geográfica, pois pretende-se abranger as diversas regiões da cidade, ou seja, escolas que atendam uma determinada área periférica da cidade, passando pela área central, até atingir bairros localizados em pontos considerados nobres da cidade. Esta relação encontra-se no item 4.1. deste trabalho.

Um outro critério de seleção diz respeito à formação dos professores. Selecionamos, dentre os diversos de cada escola, representantes de diferentes níveis de instrução (Magistério de 2º Grau e Superior), e tempo de experiência como docentes, desde recém-formados até professores que estão prestes a se aposentar. Dessa forma, procuramos obter nas entrevistas posturas diversas para, assim, podermos compará-las e analisá-las de acordo com a visão de mundo e de educação de cada um.

Em relação aos pais e alunos entrevistados, buscou-se a seleção através de seu nível sócio-econômico-cultural e representantes de todas as séries primárias, ou seja, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries, de modo que pudéssemos abranger essa clientela de forma ampla.

Assim, temos por objetivo principal analisar o impacto da Globalização sobre estas escolas, no processo de modernização que envolve a sociedade brasileira, e como estas são percebidas pelos principais componentes do sistema educacional.

1.3. Metodologia

A metodologia do trabalho foi dividida em diversas etapas de procedimento. A seguir, é descrito em que consistiu cada uma delas:

Inicialmente, foi realizada uma **pesquisa bibliográfica específica**, relacionada ao tema do projeto. Buscou-se rastrear dentre os vários autores contemporâneos, aqueles que se posicionam de forma crítica e os que fazem apologia em relação ao fenômeno da Globalização e os diversos temas relacionados a ele; essas posturas são apresentadas no decorrer do trabalho.

Dessa forma, procuramos expandir o universo de discussão, para possível enriquecimento do resultado final da pesquisa.

A **fundamentação teórica**, por sua vez, foi baseada nos estudos de Jürgen Habermas sobre a Teoria da Razão Comunicativa, na tentativa de compreender, à luz dessa concepção, as transformações que vêm ocorrendo nas sociedades capitalistas modernas.

Uma outra etapa realizada diz respeito ao **trabalho empírico** da pesquisa. Paralelamente à pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica, foram realizadas várias entrevistas com professores, alunos, diretores, pais e supervisores de ensino, com o objetivo de identificar possíveis mudanças nos currículos escolares relacionados à Globalização.

Essa etapa demandou uma ampla pesquisa sobre a divisão geográfica e econômica da cidade, e a distribuição das escolas nas diversas regiões que foram visitadas, pois a intenção era abranger as escolas que atendessem a periferia, a área central e bairros nobres da cidade.

Vários contatos foram feitos no campo de pesquisa, sendo que, além dos critérios descritos anteriormente no item *Objetivos*, relacionados à rede que pertence cada escola, pública estadual, pública municipal ou rede particular; aos agentes, quanto à sua classe sócio-econômica-cultural (pais), formação e experiência profissional dos professores e série escolar dos alunos, foi também definido o número de entrevistas que seriam realizadas.

Quanto ao último item, número de entrevistas, houve uma restrição, pois o campo de pesquisa, no caso o município de Campinas, é muito amplo, sendo praticamente impossível para um único pesquisador (sem financiamento), abranger a área total, além do fator tempo inferir de forma decisiva para determinação do número de agentes que deveriam ser entrevistados.

Dadas as circunstâncias, os resultados que serão posteriormente mostrados, podem ser considerados indicadores de análise e pistas para futuras pesquisas que possam estar relacionadas ao tema abordado.

Assim, já nos colocamos cientes das limitações que as análises e interpretações das entrevistas poderão sofrer.

Outra observação que merece ser mencionada, diz respeito às entrevistas realizadas na rede privada de ensino. Estas entrevistas podem ser vistas como referências circunstanciais, pois o direcionamento da pesquisa voltou-se para rede pública de ensino, principalmente pelo fato dessa ser maior, abrangendo assim, grande parte do ensino brasileiro.

Maiores detalhes sobre estes tópicos podem ser encontrados no item **4.1**.

E finalmente, as últimas etapas realizadas foram: a **elaboração dos roteiros de pesquisa I e II** (elaborados com o auxílio do orientador) e a **análise dos dados** apresentados nas entrevistas. As primeiras entrevistas baseadas no roteiro I, nos levaram a elaboração de um posterior, pois sentimos a necessidade de nos aprofundar em determinados pontos levantados pelos entrevistados. Pontos estes que seriam de grande relevância para uma análise mais criteriosa em relação à postura dos agentes integrantes do sistema escolar, no que diz respeito às possíveis implicações do fenômeno da Globalização nas escolas de Campinas.

1.4. Apresentação do Trabalho

Inicialmente, neste primeiro capítulo, apresentamos o problema, os objetivos e a metodologia utilizada para alcançarmos os objetivos.

No segundo capítulo, mostraremos a passagem de Habermas pela Escola de Frankfurt e apresentaremos em linhas gerais a Teoria da Comunicação e o conceito de Mundo da Vida, para assim buscarmos compreender, à luz dessa teoria, as transformações que vêm sofrendo as sociedades capitalistas no mundo moderno.

No capítulo três, faremos uma análise da Educação no atual contexto de Globalização, discutindo novos conceitos que estão sendo introduzidos na área educacional, como o de Qualidade Total na Educação e a postura das escolas frente a esta realidade emergente.

No capítulo quatro, analisaremos então as escolas de Campinas, através da análise das entrevistas que foram realizadas em duas etapas com os principais componentes escolares: alunos, professores, diretores, pais e supervisores educacionais.

E, finalmente, no quinto capítulo, serão apresentadas as conclusões e algumas sugestões elaboradas a partir do estudo dos dados apresentados.

Segue também a bibliografia consultada e alguns anexos que consideramos relevantes para a complementação do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. *Habermas e a Escola de Frankfurt*

A Escola de Frankfurt nasceu de um movimento intelectual após a 1ª Guerra Mundial, que procurou trazer para a Alemanha a teoria marxista, seguindo uma linha não ortodoxa.

Essa heterodoxia se apresentava através de estudos principalmente da História, com ênfase em acontecimentos como o Bolchevique, a vitória do Nazismo na Alemanha e o crescimento potencial dos Estados Unidos com o fim da guerra. A reflexão a respeito dos motivos que levou a ocorrer esses fatos e suas conseqüências, levaram os participantes da escola de Frankfurt a desenvolver a chamada Teoria Crítica da Sociedade.

Para isto, além da análise histórica, os frankfurtianos valeram-se da psicanálise de Freud; instrumentando-se, assim, para a construção da teoria.

Na década de 50, Jürgen Habermas, que já havia estudado Filosofia, História, Psicologia, Economia e Literatura Alemã nas Universidades de Göttingen, Zurich e Bonn, doutorando-se com uma tese sobre Schelling, foi convidado a atuar como assistente de pesquisa no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, que era então dirigido por Horkheimer e Adorno.

Habermas começou, então, a dedicar-se a pesquisas empíricas e lá permaneceu até o início de seu rompimento com a Escola, quando Adorno e Horkheimer rejeitaram o patrocínio para sua tese de livre docência, que teve como título "Mudança Estrutural na Esfera Pública".

Mas o maior motivo do afastamento de Habermas da Escola de Frankfurt foi devido à sua rejeição à postura crítica e pessimista de seus antigos mestres em relação à Razão Instrumental .

Contudo, comparando alguns pontos do pensamento de Habermas em relação ao pensamento de Adorno e Horkheimer, podemos encontrar algumas convergências entre estes teóricos, conforme mostra Lúcia Maria de Carvalho Aragão em seu livro "Razão Comunicativa e Teoria Crítica em Jürgen Habermas":

- a questão da perda do potencial emancipatório da classe operária e sua total submissão ao sistema;

- a questão do descrédito em relação às formas ou ativismo político, sendo contrários ao ativismo político de Marcuse;

- a recusa de uma teleologia imanente à história, de modo que nenhuma teoria pode servir de paradigma para orientar diretamente a ação.

Mas a principal característica que distingue Habermas de Adorno e Horkheimer é seu otimismo em relação a uma reconstrução da esfera pública, onde as pessoas passariam a decidir sobre a orientação das ações sociais democráticas dialogadas, e isso as levaria a um consenso em função da racionalidade das ações e não pela coação.

Novamente citamos a obra de Lúcia Maria de Carvalho Aragão, que assim coloca a respeito da teoria habermasiana:

"... A análise histórico-social de Habermas está determinada por questões filosóficas que vão estabelecer o curso e os limites de sua teoria social crítica, especialmente em função de suas posições a respeito da razão e do ser do mundo, das relações que o homem estabelece entre razão e mundo através de interesses, da linguagem, de sua capacidade de aprendizagem e da ação social..."

Seu otimismo teórico é baseado na hipótese de que a linguagem é o que distingue a humanidade dos demais seres, caracterizando-a e inclinando-a para a comunicabilidade; levando-a assim, a um entendimento.

Partindo desse princípio, Habermas procura encontrar na razão fundamentos para seus supostos, construindo os conceitos de Razão Comunicativa e Mundo da Vida.

A seguir, procuraremos apresentar os principais conceitos da Ação Comunicativa, mostrando sua importância para o estudo das sociedades capitalistas atuais.

2.2. Teoria da Razão Comunicativa

Habermas parte do paradigma de comunicação para fundamentar sua teoria, indo de encontro, assim, ao pessimismo crítico de Adorno e Horkheimer em relação à Razão Instrumental .

“... Eu pretendo argüir que uma mudança de paradigma para a teoria da comunicação tornará possível um retorno à tarefa que foi interrompida com a crítica da razão instrumental, e isto nos permitirá retomar as tarefas desde então negligenciadas, de uma teoria crítica da sociedade...” (Habermas)

Partindo do conceito de descentração de Piaget, que deixa de lado a compreensão egocêntrica do mundo, Habermas “dialoga” com Marx, Weber, Durkheim, Adorno, Horkheimer, Marcuse entre outros, para assim chegar ao entendimento, diferenciando-se da razão instrumental que estrutura-se no uso não comunicativo do saber em ações e relação afins.

Em seu conceito de razão comunicativa, ele diferencia os mundos objetivo, social e subjetivo propondo uma união e ligação entre eles, para assim, ajudarem-se mutuamente.

A razão comunicativa surge como uma interação de ao menos dois participantes, que agem e falam, estabelecendo relações interpessoais, com o objetivo de alcançar uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação, e sobre os respectivos planos de ação, coordenando suas ações para chegar a um entendimento.

Para alcançar esse entendimento através da ação comunicativa, é necessário definir o contexto em que estes procedimentos acontecem, pois aquilo que o falante quer dizer através de sua comunicação depende do conhecimento cultural acumulado anteriormente. É aqui que Habermas introduz o conceito de Mundo da Vida, que veremos no item **2.2.1.** deste trabalho.

Para Habermas, existe uma relação direta entre ação comunicativa e mundo da vida, pois a primeira reproduz as estruturas simbólicas do segundo, a saber, a cultura, a sociedade e a personalidade.

Dessa forma, através do entendimento comum, a ação comunicativa transmite e renova o saber cultural, coordenando a ação social e propiciando a integração sob o aspecto da socialização; formando, assim, a personalidade individual e a consciência social básica.

2.2.1. O mundo da vida e o sistema

Para Habermas, as sociedades foram compostas inicialmente por um todo intersubjetivo do reconhecimento de tradições, valores e normas que as integrava. Porém, ao longo da história, esse todo foi sendo dividido em algumas partes, devido ao aumento complexo das sociedades, em função das necessidades de reprodução material, e também devido às funções de reprodução simbólica, tendo cada parte ficado responsável por áreas específicas: o *sistema* — constituído por vários subsistemas (economia, administração, jurídico, militar e ciência) — e o *mundo da vida*, que é constituído pela cultura (conjunto de conhecimentos em que os participantes buscam interpretações para compreender alguma coisa que foge de seu conhecimento), sociedade (regras que regulam as relações do grupo social) e pessoa (é o que torna o sujeito capaz de formar sua própria personalidade).

Assim sendo, o conjunto de objetos (ações, atos de fala, textos, tradições, técnicas, instituições, documentos, etc.) forma uma realidade estruturada simbolicamente. E é esta realidade pré-estruturada, não problemática, constituída por um saber implícito, que é denominada mundo-da-vida.

Ele é responsável pela característica integradora essencial para as sociedades, sendo o lugar das interações orientadas por normas que são mediadas linguisticamente.

Habermas diz que quando as pessoas participam de processos de interpretação cooperativo, empregam esse conceito de mundo de forma implícita, sendo que a tradição cultural de uma comunidade constitui o mundo da vida, e os indivíduos já encontram esse mundo interpretado, partilhando-o e tornando-o base para a ação comunicativa.

“... O mundo-da-vida é, por assim dizer, o lugar transcendental onde se encontram falantes e ouvintes, onde podem erguer reciprocamente pretensões de que suas asserções se adequam ao mundo (objetivo, social, ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar essas pretensões de validade, acertar seus desacordos e chegar a acordos...” (Aragão, Lúcia Maria de Carvalho - op. cit.)

Entretanto, a partir da época moderna, esses dois mundos passam a se “descolar”, tornando-se excludentes. O sistema cresce complexa e desordenadamente, desestruturando o mundo da vida, provocando distúrbios tanto no mundo da vida como também ameaçando o próprio todo, já que a integração social corre o risco de não mais existir. A necessidade de dinheiro e poder substitui as necessidades básicas, e as relações exclusivamente econômicas e jurídicas sobressaem-se.

Com essa “desmoralização social”, a capacidade integradora do mundo da vida praticamente desaparece.

Habermas coloca que o atual mundo da vida gira em torno apenas do sistema cultural (que reproduz os costumes e normas de ação — no nosso caso, a escola é que reproduz a ordem social vigente, buscando atender às necessidades unicamente do sistema de mercado) e do sistema pessoal (responsável pela socialização e manutenção dos valores morais) sendo que a sociedade enquanto um todo institucional passa a ser organizada formalmente pelo direito privado e fica restrita a valores pessoais.

Ocorre, então, uma nítida divergência entre o que é legal e o que é moral, percebido na distinção entre a sociedade civil e o sistema de personalidade.

Segundo Habermas, aqui é que a ação comunicativa deve entrar como resposta aos problemas surgidos com o desenvolvimento da sociedade.

Habermas acredita, assim, que as sociedades devem ser um todo coeso com a união dos dois mundos, e não a destruição ou total transformação de um, no caso o sistêmico, como acreditam os marxistas ortodoxos; para ele, a “democracia processual” (José Marcelino de Rezende Pinto, in “Administração e Liberdade”) seria o caminho para se chegar ao entendimento, através da ação comunicativa.

2.2.2. A sociedade capitalista e a ação comunicativa

Conforme visto anteriormente, Habermas acredita que as sociedades capitalistas surgem a partir da diferença entre o sistema econômico e a ordem política, a partir das “sociedades estratificadas politicamente do feudalismo europeu” (José Marcelino de Rezende Pinto op. cit.). Duas características, segundo Habermas, são marcantes nestas sociedades: a produção descentralizada e regulada não politicamente através do mercado (mão invisível do mercado), e um estado que deixa de atuar enquanto produtor, obtendo seus recursos através dos impostos pagos pelo sistema privado, cuja atividade básica é garantir a atividade produtiva desse sistema.

Habermas ainda coloca como outras características da sociedade capitalista a monetarização da força de trabalho e a burocratização do governo. Ele diz que isso não ocorreu sem resistência, havendo muitas revoltas por parte dos trabalhadores que lutavam contra o estado absolutista. Porém, com o tempo, essa nova formação social ganhou aceitação e permanência devido à sua superior eficiência sobre as instituições feudais, no que diz respeito à reprodução material.

Vimos até aqui que, atualmente, com a desconexão do mundo da vida e do sistema, a razão técnica instrumental sobrepõe-se em relação à razão racional comunicativa.

Na tentativa de encontrar um possível caminho de junção das duas, Habermas propõe uma organização onde as esferas públicas autônomas alcançariam uma combinação de poder e autolimitação, atuando sobre os mecanismos de auto-regulação do Estado e de economia, visando uma formação totalmente democrática da vontade. O princípio para isso seria “um deslocamento das energias utópicas do campo de trabalho para o campo da comunicação” (José Marcelino de Rezende Pinto, op. cit.), objetivando assim, um entendimento que levaria as sociedades a uma igualdade de condições, instrumentalizando-as para saber lidar com os problemas decorrentes do curso de modernização e evolução.

No caso da escola, poderíamos vê-la como um lugar estratégico, um elo de ligação entre o sistema político e a população, proporcionando pré-condições através do conhecimento e do saber, transmitindo noções básicas sobre democracia e cidadania.

Isso envolveria todos os níveis que compõem o sistema educacional, desde a formação politizada dos professores e a integração dos pais com a comunidade escolar, até o compromisso de garantir na escola o espaço necessário para esse tipo de ação.

Poderia-se, assim, garantir condições básicas para uma prática comunicativa cotidiana, propiciando a integração entre os participantes de acordo com seus próprios interesses, que seria realizar uma vida melhor.

Passaremos, a partir daqui, ao estudo mais específico da educação brasileira, analisando o amplo universo em que ela está inserida.

Veremos como os meios de comunicação e as transformações ocorridas na sociedade com o fenômeno da globalização estão influenciando no cotidiano escolar, e como os agentes que integram o sistema escolar estão percebendo isso ou percebendo-se no atual contexto.

3. EDUCAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

3.1. Os Meios de Comunicação, Globalização e Educação

A comunicação está presente na sociedade desde os mais remotos tempos, e constitui o "*processo social básico*" (Melo, José Marques "Comunicação Social: Teoria e Pesquisa" - Editora Vozes - Petrópolis, 1978) contudo, somente no século XX é que se iniciaram estudos específicos sobre o tema, devido principalmente ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

"A imprensa já havia se consolidado, a literatura popular obtinha enorme aceitação e começavam a se aperfeiçoar o cinema, o rádio e a propaganda" (Santos, Roberto E. - *Introdução à Teoria da Comunicação* - S. P. IMS, 1992).

A partir de então, os meios de comunicação e seus efeitos começaram a ser objeto de estudo, possibilitando a conceitualização dos fenômenos de comunicação.

A seguir, alguns dos principais conceitos sobre comunicação:

Na área **sociológica**, a comunicação é considerada como um elemento desencadeador e delimitador da interação social; já a **antropologia** vê a comunicação como instrumento formador de cultura.

Na **psicologia** (mais especificamente na linha behaviorista), a comunicação é tida como um processo modelador do comportamento humano.

Segundo José Marques de Melo, três **correntes filosóficas** vêem a comunicação de formas distintas: a corrente *transcendentalista* tem uma postura metafísica, onde o conhecimento é adquirido a priori; a

comunicação é tida como universal, podendo ocorrer com e entre todos os seres humanos. A corrente *naturalista* vê a comunicação como um ato possível, somente devido ao fato dos sujeitos terem estrutura física e intelectual semelhantes, encontrando-se em uma realidade comum. E a corrente *marxista* vê a comunicação como um fator de evolução social, sendo elemento indispensável à cooperação e coexistência.

Dentro dessas linhas e outras mais, teorias sobre a comunicação vão sendo desenvolvidas, e, simultaneamente, a comunicação é parte efetiva da atual sociedade. Sua presença e intervenção no cotidiano dos indivíduos é incontestável, basta clicar um botão e o mundo penetra em nossas casas instantaneamente.

Renato Ortiz, em seu livro "Mundialização e Cultura", assim coloca:

"...somos cidadãos do mundo... mesmo quando não nos deslocamos, o que significa dizer que o mundo chegou até nós, penetrou nosso cotidiano..."

Termos como "modernidade" e "avanços tecnológicos" estão ligados diretamente à comunicação, entrecruzando-se; outros elementos também caracterizam a sociedade moderna, como alta tecnologia, velocidade, consumismo, multimídia, etc.

Estes elementos perpassam o cotidiano de cada indivíduo, sendo que alguns sentem as influências e transformações de maneira mais intensa que outros, mas, mesmo aqueles mais resistentes, querendo ou não, estão envolvidos nesta enorme veiculação.

Pode-se dizer que isto é um reflexo da globalização, que tem nos meios de comunicação um forte aliado.

É importante ressaltar que o termo Globalização é atual, mas, na verdade, o fenômeno da globalização teve seu início há muito tempo, tendo seu maior impulso ocorrido com a indústria das comunicações, mais

especificamente com o surgimento do cinema e do telefone, seguidos pelo rádio e televisão.

Nunca se falou tanto em educação no meio empresarial e com apoio tão forte dos meios de comunicação; como pretexto, fala-se em qualidade educacional e mudanças curriculares, mas poucos percebem que tais mudanças têm como principal objetivo a preparação do cidadão para as novas necessidades da sociedade capitalista.

Estamos passando da submissão e robotização taylorista no processo de trabalho, para uma profissionalização "polivalente", onde se produz qualitativamente, contribuindo assim para a modernização e avanço tecnológico da sociedade, e não necessariamente para o crescimento individual do trabalhador.

Neste processo, governo, meios de comunicação e empresariado uniram-se para reestruturar a educação, para que esta lhes prepare o profissional ideal.

Redes de televisão transmitem programas educativos. Fala-se em educação à distância como possível saída para a escolarização da população (que não teve ou não tem acesso ao ensino regular), além dessa ser apontada como meio auxiliar no aperfeiçoamento e ampliação do conhecimento dos professores, e também enriquecer os debates em sala de aula com os alunos.

Para esse projeto de educação à distância ser colocado em prática, o governo repassou verbas do salário educação para que as escolas estaduais adquirissem "Kits Tecnológicos" (antena parabólica, vídeo cassete e fitas de vídeo). A proposta deste projeto é fundamentada teoricamente e conta com uma equipe que parece estar empenhada em levar o trabalho adiante.

Desde agosto de 1995, as escolas estão recebendo cerca de R\$ 1.500,00 para a compra e instalação desses recursos, para que em seguida se iniciasse a utilização do material. Hoje, porém, quase um ano

depois, muitos professores só ouviram falar da Televisão Educativa, presenciaram a instalação da antena parabólica em suas escolas, mas não utilizaram tais recursos. E por quê ?

Esse fato daqui a algum tempo, poderá ser um exemplo típico da falta de informações quanto à utilização do material, ou da falta de instalações físicas adequadas para exibição dos programas, ou ainda de uma certa resistência por parte dos professores.

No artigo "Parabólica convive com falta de Livros", do jornal Folha de São Paulo de 11/05/96, encontra-se o seguinte comentário crítico:

"Falta telha na quadra poliesportiva, mas a antena parabólica está no teto da E.E.P.G. Ascânio de Azevedo Castilho, na Cidade Líder (Zona Leste de São Paulo)"

Ao entrevistarmos alguns professores sobre a utilização dos programas educativos em suas aulas, as reações foram as mais diversas:

"Onde eu poderia estar assistindo com as crianças esses programas, se a escola não possui sala de vídeo e nem ao menos biblioteca ?"

"Ouvi dizer que tem alguns programas só para os professores, mas quando eu poderia assisti-los? Antes tínhamos as aulas de Educação Artística e Educação Física como espaço para atividades do tipo, mas e agora?"

"Eu acho que esse dinheiro poderia ir para outras prioridades da escola..."

No caso desses professores, além de não terem recebido nenhum tipo de preparação para utilização desses materiais, alguns nem sabem o que vem a ser a Televisão Educativa. Em uma das escolas visitadas, a

revista que deveria ser distribuída bimestralmente com a programação¹ e demais comentários dos programas não chegou às mãos dos professores. A escola recebeu apenas um exemplar em setembro/95 e ele ficou guardado na secretaria da escola.

Por outro lado, nas escolas municipais de Campinas estão sendo montadas salas de informática, para que os alunos tenham contato com a tecnologia. Um projeto que parece estar sendo bem sucedido é o "Projeto Eureka" *. Trata-se de uma parceria entre a prefeitura de Campinas e a Unicamp, que tem como objetivo a implantação do uso do computador como instrumento pedagógico. Busca-se uma metodologia de apropriação desta nova ferramenta didática para que ela possa ser reproduzida de forma integrada a outras tecnologias e sistemas escolares, além da rede municipal de ensino e da FUMEC.

Em todas essas experiências, parte-se do pressuposto de que estes recursos podem ser de grande importância para a melhoria da qualidade do ensino público, fazendo com que seus alunos não se tornem ainda mais atrasados em relação aos estudantes da rede privada, porém é preciso que o professor tenha conhecimento e saiba como aproveitá-los em suas aulas, pois...

"... não são, entretanto, novas tecnologias que demarcam o caminho do progresso de uma formação social nas etapas progressivas de reflexão; por seu intermédio se suprime o caráter dogmático de formas de dominação e de ideologias superadas, a pressão do quadro institucional é sublimada e o agir próprio à comunicação libera-se como (um) agir que promove a comunicação propriamente dita. Com isso antecipa-se o objetivo de tal dinâmica, a saber: a organização da sociedade exclusivamente sobre a base de uma discussão livre de qualquer forma de dominação repressiva." (Aragão, Lúcia Maria de Carvalho, op.cit.)

¹ A programação desta revista, bem como um breve histórico do * Projeto Eureka, encontram-se nos anexos.

3.2. Metamorfose Mundial - No Contexto da Educação

"A dimensão global supera o aspecto nacional. Para que os homens se encontrem e se reconheçam no universo da modernidade é preciso que sejam forjadas outras referências culturais..." (Renato Ortiz)

No decorrer do século XX, a nova ordem mundial vem causando inúmeras transformações em praticamente todas as áreas das sociedades em geral. Acontecimentos como a 1ª e 2ª Guerras Mundiais, Depressão de 29, Revoluções Socialistas, Guerra Fria, desenvolvimento de sofisticadas tecnologias e dos meios de comunicação, entre outros, marcaram a história da humanidade.

Todos esses acontecimentos, em especial o avanço das modernas tecnologias e dos meios de comunicação de massa, podem ser apontados como aceleradores do processo de Globalização.

Este fenômeno está modificando nossos hábitos, comportamentos e valores; os sinais podem ser percebidos na política, economia, na mídia, etc. A Globalização se generaliza rapidamente, adentrando fábricas, sindicatos, escolas, meios de comunicação e indústria cultural; tudo em escala nacional e mundial, colocando-nos assim diante de um novo ciclo histórico, de uma ampla ocidentalização do mundo, tendo como bases o mercado e o liberalismo econômico.

Esse novo ciclo de ocidentalização tem sido fortemente influenciado por um processo de reestruturação das organizações públicas e privadas, que vêm utilizando enormes recursos econômicos, investindo em assistência técnica especializada, em programas de treinamento de pessoal, programas de intercâmbio para estudantes, professores, pesquisadores, administradores, etc.

Assim, as sociedades atuais estão caminhando em direção a uma sociedade global ou mundial, onde fronteiras territoriais, culturais e políticas estão caindo por terra; mas, ao mesmo tempo, essa sociedade compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais desiguais, e apesar da força com que chega a globalização, seu processo não deixa de ser complexo, pois não encontra a mesma realidade em todos os lugares.

As nações, com suas culturas e tradições, reagem de maneira diferente a esse processo.

“ ... a globalização é, antes de mais nada, a globalização do capitalismo com toda sua brutalidade, sua soma de problemas e desigualdades sociais, desemprego estrutural, racismos, fundamentalismos. Todavia, esse quadro precisa ser conhecido, se quisermos buscar caminhos alternativos em face dessa realidade. É preciso compreender em que consiste essa realidade.” (Ianni, in Correio Popular - Caderno C pág. C - 3, 01/06/96).

Com a crescente globalização, ocorre também a desterritorialização da economia e da política, com organizações e agências transnacionais que se dedicam a orientar as economias, já que os atuais sistemas nacionais estão deixando de ser considerados auto reguláveis, e a mão invisível do mercado mundial está se tornando cada vez mais o principal fator de um crescimento equilibrado idealizado pelo liberalismo.

Organizações como BIRD, FMI, BID, CEE, etc., são consideradas instituições reguladoras do fluxo global do capital, transformando moedas nacionais em universais.

Está surgindo, assim, um novo termo para designar as possibilidades atuais do Estado: “Supranacional”.

“A centralização internacional do capital também pode fazer-se acompanhar pelo desmantelamento do poder de vários Estados nacionais burgueses e pelo surgimento de um novo paradigma estatal federal, um Estado burguês supranacional” (Ernest Mendel - O capitalismo Tardio, Abril Cultural, São Paulo, 1982) .

Segundo Otávio Ianni, esta pode ser considerada uma expressão da sociedade global em formação, uma metáfora; porém, apesar do pensamento científico ainda estar surpreendido pelas novas características da realidade social, a sociedade nacional está caminhando a largos passos para a sociedade global.

Com o capitalismo atingindo escalas globais, desenvolve-se um processo de desmoronamento do Estado-nação². Tentativas de desenvolvimento nacional com pretensão de soberania são impossibilitadas em todos os seus aspectos: econômicos, culturais, sociais e até políticos; pode-se tomar como exemplos atuais Cuba, que está encontrando barreiras quase intransponíveis para sua sobrevivência, e o Leste Europeu.

Uma das interfaces dessa sociedade global está relacionada a problemas como direitos humanos, educação, saúde, meios de comunicação de massa, conservação do meio ambiente, etc. Estes problemas, considerados típicos de uma determinada nação, com suas peculiaridades e singularidades, estão agora, guardadas as devidas proporções, tornando-se mundiais, pois o Estado-nação parece não ser capaz de resolver sozinho os problemas.

² Esta discussão ainda está em aberto; autores contemporâneos como Umberto Cordani e Paulo Nogueira Batista têm visões opostas quanto ao declínio do Estado Nação. Nogueira cita, em artigo da Folha de São Paulo, em 30/05/96: “...na verdade, o alcance da globalização é muito menor do que sugere o falatório a que estamos submetidos... na economia mundial a demanda interna dos países absorve cerca de 80% da produção e gera 90% dos empregos. A poupança doméstica financia mais de 95% da formação do capital...”

Já Cordani, coloca em seu artigo “As Ciências da Terra e a Mundialização das Sociedades ” : “... Na nova ordem mundial, sob a égide da economia capitalista neoliberal, operam novas forças sociais, econômicas e políticas, em escala mundial, que desafiam e reduzem os espaços do Estado-Nação... os Estados enfraquecidos perdem sua capacidade de controlar o fluxo de capitais ao mesmo tempo em que diminui a sua capacidade de gerar recursos através de taxas e impostos...”

A nível cultural, a desterritorialização, citada anteriormente, manifesta-se através dos diálogos freqüentes entre os intelectuais. Instituições de ensino, centros e institutos de pesquisa multiplicam-se por todo o mundo, desenvolvendo relações recíprocas baseadas em projetos de pesquisas que envolvem diversos países e recursos financeiros em diferentes moedas.

E assim como o operário se vê obrigado a adaptar-se às novas tendências do mercado de trabalho, os cientistas também estão tendo que ampliar suas pesquisas além de seus antes reduzidos campos de estudo especializado.

Em meio a tantas transformações, um setor que não poderia ficar alheio — o educacional — também parece estar sentindo estas mudanças. Começaremos, a partir daqui, a direcionar o estudo para o objeto de pesquisa deste trabalho, que é a análise das influências da globalização na área da educação.

3.3. A Educação e a Qualidade Total

“ No atual contexto do capitalismo, principalmente com a introdução de mudanças de ordem tecnológica e gerencial nos setores da produção e nos serviços, a administração educacional se vê colocada frente a “novos” paradigmas de produtividade e qualidade ”
(Fernando Selmar Fidalgo)

A Qualidade de Ensino, ao que parece, é hoje uma preocupação mundial, mas isso se deve ao fato do **capital** ser mundial e este ter como principal preocupação os novos modelos de lucro e acumulação.

A Qualidade Total na Educação (QTE) busca a excelência através do controle total do processo educacional, abrangendo as relações de trabalho e as relações pedagógicas, pois exige a participação de todos numa relação de fornecedor e cliente, apresentando-se como um modelo de gestão do trabalho diferenciado do taylorismo/fordismo pelo seu caráter “participativo e desalienante”, tendo o aluno como cliente preferencial.

Esse discurso desbanca o discurso da igualdade, justiça e participação política na esfera pública de discussão e decisão, tornando-se praticamente impossível, segundo ele, pensar numa sociedade que questione as leis do mercado e do capital, encobrindo, assim, as contradições do capitalismo.

Fala-se em gestão democrática, porém defende-se a supremacia da técnica sobre a política e a participação. Dessa forma, a QTE tem uma visão reducionista quando considera que os problemas educacionais podem ser resolvidos através de soluções técnicas e da boa vontade dos profissionais, além de adotar critérios desenvolvidos dentro dos quadros do tecnicismo.

Nela, tudo se reduz a uma questão de melhor gestão e administração, de reformas de métodos de ensino e conteúdos

curriculares; e a educação passa a ser vista como um problema exclusivamente técnico, portanto, não político.

Percebe-se, assim, que de democracia a QTE pouco possui, já que a verdadeira gestão democrática deveria envolver formas de organização administrativas e pedagógicas, promovendo a interação de todos os componentes da comunidade escolar, ou seja, funcionários, alunos, pais, professores e direção.

Essa organização deveria ter objetivos definidos, visando uma gestão verdadeiramente democrática e com real qualidade de ensino, pois falar em qualidade de ensino (por se tratar de um processo educativo) é falar de qualidade de formação do homem, e não é possível pensar em qualidade de ensino sem falar em qualidade de vida.

O enfoque adotado em programas de Qualidade Total de Educação (como é o caso da Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo)³ demonstra uma nítida abordagem gerencial, cuja preocupação primordial não é precisamente a qualidade de ensino; embora apresente tentativas de solução de problemas como a evasão e o fracasso escolar.

O alto índice desses fatores centra atenção na forma de como o trabalho é organizado na escola, como se esta fosse a principal matriz dos problemas educacionais.

Responsabilizam os profissionais da escola pelos descaminhos da educação, esquecendo-se de que estes também são produtos deste mesmo processo, mascarando os reais interesses que orientam para onde a educação caminha.

“... Só vocês, professores, podem dar vida a recursos didáticos, metodologias, conteúdos e, com o apoio da equipe técnico-administrativa da escola, fazer com que as esperanças e sonhos dos alunos se concretizem em uma escola de qualidade...” (Rose

³ Um exemplo se encontra nos anexos, trata-se de uma “cartilha” para professores e alunos que o governo distribuiu nas escolas estaduais falando sobre a reestruturação do ensino público.

Neubauer - Secretária da Educação de São Paulo, in Educação Paulista: Corrigindo Rumos. A escola de cara nova. Manual do Professor).

Os problemas enfrentados na educação brasileira têm raízes históricas, sendo que sua extinção depende de uma ampla reformulação dos propósitos e políticas da educação em nosso país, além de uma mudança de postura e da substituição de alguns paradigmas em relação à sociedade, pois é do conhecimento de todos a precariedade das escolas públicas em nosso país, uma vez que a falta de materiais pedagógicos e a má formação dos professores são apontados como algumas das principais causas da deficiência do ensino. Porém, isso se deve, antes de tudo, ao descompromisso das autoridades com a educação.

“As escolas públicas não estão no estado em que estão simplesmente porque gerenciam mal seus recursos ou porque seus métodos ou currículos são inadequados. Elas não têm os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição subordinada em relação às relações dominantes de poder. Seus métodos e currículos podem ser inadequados, mas isso não pode ser discutido fora de um contexto de falta total de recursos e de poder. Por isso, a questão da qualidade também não pode ser formulada fora desse contexto... A qualidade já existe... mas apenas para alguns...” (Tomaz Tadeu da Silva - “A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia” in Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - Visões Críticas, Ed. Vozes, 1994).

Como falar de Qualidade Total neste contexto? Como cobrar dedicação exclusiva dos professores, quando tantos necessitam recorrer à dobra de turnos para complementação salarial?

Isso só poderá ser respondido quando as funções desta escola puderem ser amplamente discutidas e reformuladas por todos, mas para o Estado capitalista, a preocupação fundamental é com a qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho e com a reprodução das formas de pensar a sociedade, o mundo e a vida, formas estas que devem ser convenientes ao capital.

Isso se expressa no gerenciamento e direcionamento técnico, político e ideológico que o Estado está dando à educação, tornando-a uma prática social formadora, profissional e ideológica, reproduzindo formas de pensar o mundo e preparando o indivíduo para uma vivência social e profissional no mercado de trabalho atual.

Em sua teoria da Razão Comunicativa, Habermas coloca a ação comunicativa como a única maneira de combater a dominação social, e se contrapõe a essa dominação buscando a emancipação de todas as formas de coação:

“... uma sociedade deve sua emancipação da instância da natureza exterior aos processos de trabalho: à produção de um saber tecnicamente aplicável (inclusive à transformação da ciência natural em maquinarias); a emancipação frente à coerção da natureza interna se processa quando as instituições detentoras do poder coercitivo são substituídas por organizações da interação social exclusivamente comprometidas com uma comunicação isenta de dominação” (Habermas).

3.4. Um novo componente no cotidiano escolar: O Computador

Uma das mais recentes propostas para tentar se combater as deficiências do ensino, principalmente na rede pública, é a modernização através da introdução de tecnologia na educação.

Essa preocupação é importante, porém é preciso ter cuidado ao refletir a relação entre tecnologia na educação e a qualidade de ensino, pois a simples introdução da tecnologia na educação não significa qualidade de ensino, já que dependerá de como se lida e se relaciona com ela.

“A qualidade não está somente na modernização do ensino, mas sim no tipo de relação comunicativa e informativa que a organização do ensino pode proporcionar aos estudantes; relação esta que deve ser crítica, participativa e principalmente ativa por parte dos estudantes” (Papert, Simon - “A Máquina das Crianças”).

Deve ser feito um questionamento frente à validade da máquina como instrumento pedagógico, pois caso não haja qualidade em sua utilização com objetivos definidos, o computador corre o risco de ser mais uma novidade, como ocorreu com o retro projetor e a matemática moderna, que fizeram com que se acreditasse que sua introdução no ensino traria excelentes resultados e, no entanto, percebe-se hoje que o ensino continua no mesmo patamar.

Aderir aos softwares padronizados e comercializados por empresas estrangeiras seria provavelmente um caminho para apenas sofisticar os modelos de livros didáticos. Uma saída seria a criação de softwares nacionais a partir da realidade nacional, e não simples traduções dos softwares importados.

Outro ponto a ser observado é a possibilidade de limitação da criatividade, onde o aluno se limita a executar tarefas pré-determinadas pelos softwares. É necessário que os programas permitam que o usuário realmente interaja com a máquina, e não apenas a manipule passivamente.

E, finalmente, um outro cuidado que se deve ter diz respeito à substituição da interação entre professor e aluno, apesar de nossa realidade educacional demonstrar que, com a excessiva carga horária dos professores, essa interação já está prejudicada, e o computador não seria o único gerador dessa situação.

É preciso que o computador seja utilizado de tal forma que auxilie professor e aluno na solução de situações do processo ensino-aprendizagem, já que estamos caminhando para esta realidade inevitável, que é a entrada do computador em sala de aula. Porém, seria necessário que sua introdução fosse controlada e de acordo com nosso contexto cultural, ficando o controle da situação nas mãos das crianças, acompanhadas pelos professores, e não na máquina e nas mãos de programadores.

Um exemplo já citado é o Projeto Eureka, que vem sendo desenvolvido nas Escolas Municipais de Campinas.

Trabalhos assim podem até estar relacionados com a questão da Qualidade Total na Educação, mas são desenvolvidos de forma consciente, com a preparação a priori dos educadores, dando-lhes suporte teórico e prático, para que o trabalho em sala de aula seja produtivo e os alunos utilizem a máquina como um recurso a mais para promover a compreensão dos conteúdos abordados no decorrer do ano letivo.

3.5. A Educação, seus desencontros e a Globalização

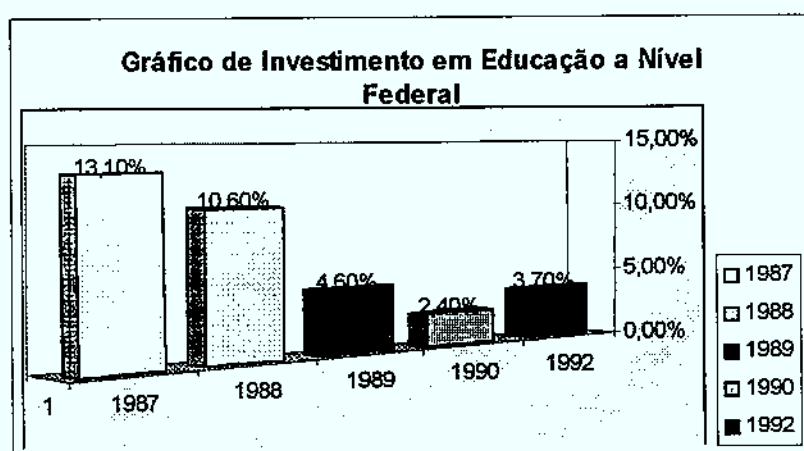
“... Em países de periferia como o Brasil, a incorporação às ditas economias globais, a dita globalização, suscita problemas de gravidade extrema, que ameaçam os trabalhadores, os sindicatos, as classes médias em desnivelamento e os ideais de desbarbarização do mundo. Os efeitos negativos previsíveis desse processo em marcha, é a herança bárbara que se choca com as aspirações de igualdade, liberdade, democracia, cidadania, universalização da educação de qualidade e tudo o mais...”
(Florestan Fernandes)

Na tentativa de superação dos inúmeros problemas no setor educacional, os países latino americanos vêm percorrendo, nas últimas décadas, caminhos que os levaram a um quadro atualmente desolador em relação à escolarização. Eles têm constantemente tomado os modelos de países desenvolvidos e adotado sua política, economia e educação, à revelia das diferentes realidades e contextos históricos, culturais e sociais. No caso específico do Brasil, acrescenta-se, ainda, a heterogeneidade originada na diversidade étnico-cultural.

Nos países desenvolvidos, a educação é reconhecida como direito social e é garantida pelo Estado; enquanto no Brasil este direito é praticamente formal, levando-se em conta o alto índice de analfabetismo que persiste desde os tempos de colônia. Este é o principal desafio da educação fundamental, pois o índice de repetência chega a 50% na primeira série, fazendo do Brasil um dos países com maior taxa de analfabetismo da América Latina. Apesar de nos últimos anos a taxa de escolaridade estar sendo apontada em torno de 90% no ensino básico, e a Constituição Federal de 1988 assegurar o direito à educação, permanece o impasse: transformar o acesso nominal à educação em acesso real aos direitos da cidadania, pois a escola tem um papel fundamental em seu desenvolvimento. O professor Sérgio Costa Ribeiro, do Instituto de Estudos Avançados da USP, em entrevista à Revista Nova Escola, diz:

“...O que distingue um cidadão de um não-cidadão é exatamente a educação. A idéia de cidadão vem dos gregos e está ligada à idéia de democracia, de participação dos indivíduos de uma sociedade nas decisões coletivas de um país ou de uma comunidade. E o conceito de cidadania moderno tem relação com o indivíduo capaz de dominar os códigos internacionais nos conhecimentos universais para poder competir em nível mundial...”

Porém, como garantir a queda do analfabetismo e a formação integral do indivíduo enquanto cidadão, se os investimentos em educação, além de baixos, são mal distribuídos? Nos últimos anos, o investimento na área educacional girou em torno de 3,5% do PIB, e este número veio sendo reduzido de ano para ano, conforme demonstra o gráfico⁴ abaixo:

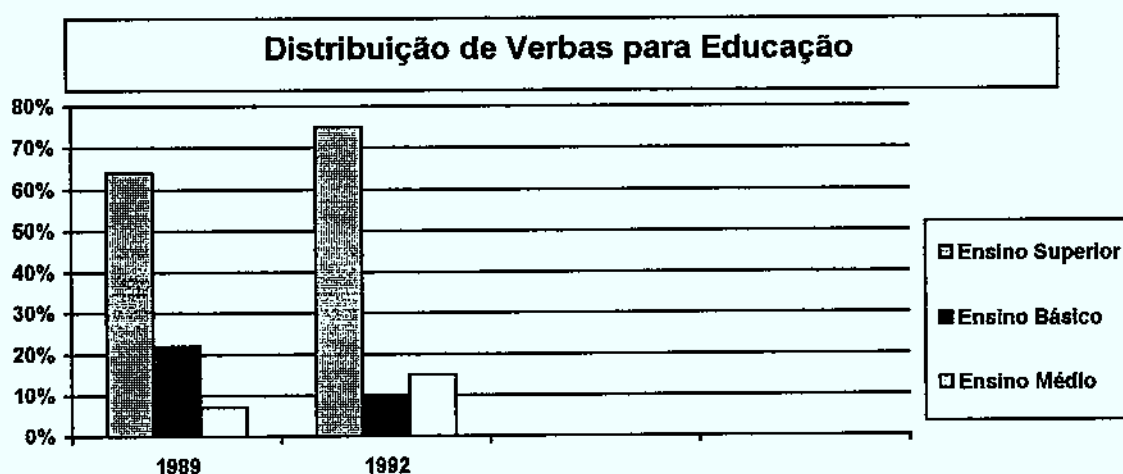


Além da redução, o investimento em educação fundamental é cada vez menor, tanto a nível nacional, como estadual ou municipal.

Em 1989, 64% das verbas do MEC foram para o ensino superior, 22% para o ensino básico e 7% para o ensino médio. Já em 1992, 75% foram para o ensino superior, 15% para o ensino médio e apenas 10% para o ensino básico.

⁴ Fonte: Revista Nova Escola, dezembro de 1993, página 14.

Observemos o gráfico⁵:



Vários fatores contribuem para esta má distribuição de verbas na Educação e dentre eles se destaca a Burocracia. O enorme número de órgãos e leis que controlam o fluxo das verbas a nível federal, estadual e municipal torna as operações muito lentas.

Pode-se citar como exemplo o Salário Educação. Ele é recolhido da folha de pagamento das empresas, depositado nos bancos, enviado para o Banco do Brasil, depois para o INSS, em seguida vai para o Tesouro Nacional, que só então repassa para o MEC. Daí para chegar às escolas, ainda tem que ser dividido; o MEC retira sua parte, envia para o FNDE e este finalmente despacha para as Secretarias de Estado e Prefeituras...

Exemplos como este fazem com que a Educação no país seja tão problemática em todos os seus níveis; verifica-se, assim, que além dos problemas internos, a educação enfrenta outros de ordem nacional (burocrático, por exemplo), que entravam o desenvolvimento educacional no país. E, somado a estes, temos o processo de globalização da economia, aliado à forma excludente e seletiva assumida pelo desenvolvimento econômico, tendo como marco teórico o modelo neoliberal que está contribuindo muito para o atual quadro em que se encontra a educação brasileira.

⁵ Fonte: Revista Nova Escola, dezembro de 1993, página 14.

Esse modelo neoliberal é caracterizado pela intervenção e regulamentação mínima do Estado na economia e nas atividades econômicas privadas, deixando os mecanismos do mercado agirem livremente e despolitizando, assim, as relações sociais. Outras características do neoliberalismo podem ser: a liberalização da entrada e saída do capital estrangeiro; a abertura comercial de serviços; a ruptura de monopólios públicos, privatização e corte, ou abandono das políticas públicas sociais, etc.

Com a ampliação do mercado e a eliminação das barreiras alfandegárias e comerciais, parte-se cada vez mais para uma economia internacionalizada. Dessa forma, aumenta a necessidade de competitividade entre as empresas e a necessidade de se reestruturarem em termos tecnológicos e gerenciais. Passou-se, então, à adoção de medidas como o enxugamento da administração e da produção, restringindo o quadro de pessoal, cobrando maior competência e entrosamento no trabalho, com flexibilidade e polivalência de sua formação, terceirização das funções secundárias, etc.

Como resultado deste processo, ao longo da década de 90 verificou-se altos níveis de desemprego, recessão, aumento da violência, e na educação, baixa qualidade real de ensino, falta de verbas, etc.

Este quadro emergente de mudanças radicais em praticamente todos os setores demanda um novo perfil de trabalhador, que não corresponde ao existente até então. Faz-se necessário preparar e educar o profissional para que este possa desempenhar atividades mais complexas, que envolvam principalmente a utilização de sofisticadas tecnologias.

Os problemas políticos, sociais e econômicos se devem em grande parte aos fatores citados acima e à posição ocupada pelo Brasil no cenário mundial, decorrente do quadro de mudanças da ordem internacional. Neste contexto, destacam-se dois pontos :

1 - A crise e reorganização do trabalho nas nações hegemônicas com o esgotamento do padrão tayloristaffordista de organização do trabalho, que tem como principal característica a divisão e fragmentação do trabalho, onde os trabalhadores são facilmente substituídos e a aprendizagem do trabalho é realizada no próprio local. Neste sistema, a educação do trabalhador era limitada pelas exigências da produção fabril, mecânica e repetitiva, e a ordem produtiva formava técnicos especialistas que cumpriam determinadas funções mais complexas.

2 - A emergência de um novo padrão de acumulação de capital com base nas novas tecnologias, que tem a microeletrônica como carro chefe e nas novas tecnologias de gestão, que traçam o trilho estreito para a maior produtividade.

Têm-se, por outro lado, a queda dos regimes socialistas no Leste Europeu e União Soviética, que diminuiu consideravelmente a contestação ao capitalismo. Dessa forma, não há o que ameace a ordem por ele estabelecida, e as propostas para os problemas que surgem não apontam mais para qualquer alternativa de ruptura com o sistema.

A crise econômica faz aumentar a concentração de riqueza, e os benefícios da sociedade de consumo são desfrutados por um grupo cada vez mais restrito. Este fenômeno não é uma característica apenas brasileira, e sim, mundial.

Para a superação dessa crise, algumas soluções surgem, indicando o caminho da ampliação dos mercados com a extinção das fronteiras nacionais. Blocos de países⁶ unem-se para eliminar as barreiras alfandegárias e comerciais, partindo assim para uma realidade econômica cada vez mais internacionalizada.

⁶ No caso do Brasil, o bloco econômico formado foi denominado Mercosul, que reúne os seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e pode ser visto como uma exigência da economia mundial contemporânea. Porém, uma de suas principais deficiências é a não-previsão de avanços importantes fora da área comercial. O aspecto educacional e fatores culturais de integração como a cooperação científica parecem esquecidos.

*" ...Temos aí o cenário mais próximo e imediato em que deve desenvolver-se a integração progressiva entre os países latino-americanos. Os sistemas modernos internacionais ampliaram-se de uma tal forma que deixou de ser uma opção para esses países: aderirem ou não a eles ou ficarem sozinhos. Ao invés disso, esses sistemas regionais tornaram-se uma saída estratégica necessária para sua sobrevivência em meio à globalização do mundo atual. Os parâmetros de produção, comunicação e política internacionais tornaram-se uma referência também necessária para todos os seus grupos de interesses, sejam eles regionais, nacionais ou locais. Daí porque a formação educacional dos seus integrantes precisa ser necessária e progressivamente redimensionada..." (Demange, Nilson Joseph, *Transferência Cultural: A Educação num contexto de Globalização. Revista Pró-Posições*, nº 15, nov./94).*

Nestes tempos de globalização e internacionalização, os projetos nacionais estão cada vez mais ligados diretamente à realidade internacional.

Surge, paralelamente, um novo modelo de formação dos trabalhadores, onde é necessário educá-los para que saibam utilizar a tecnologia avançada. Eles devem ser formados para desempenhar atividades cada vez mais complexas, num mercado mais restrito e competitivo.

A mão-de-obra parcelar, barata e facilmente substituível se transformou agora em mão-de-obra qualificada para atender às necessidades diferenciadas do momento. Dessa maneira, os melhores postos de trabalho e o mercado consumidor tornam-se mais elitizados, ao

mesmo tempo em que centenas de trabalhadores ficam desempregados e tornam-se socialmente marginalizados.

Neste contexto, a crise, especificamente brasileira, assume graves proporções, trazendo sérias conseqüências para a maioria da população. Os custos sociais da modernidade não foram nem estão sendo benéficos para a grande massa.

Diante do quadro externo da divisão internacional do trabalho e da situação interna, o Brasil está frente a diferentes perspectivas que estão vinculadas a diversos projetos políticos e sociais. Sendo assim, enfrentar a questão educacional é crucial, pois nesta situação, o conhecimento proporcionado pela escola é fundamental, e ela não deveria contribuir com essa modernização excludente e disfarçada pelo discurso de modernização.

A qualificação educacional deveria ser direcionada, além da capacitação técnica e científica, para um projeto que priorizasse a formação da cidadania, mas, para que isso viesse a acontecer, seria necessário o apoio de movimentos sociais que buscassem a afirmação da democracia no país, ou seja, de agentes culturais, organizações não-governamentais, universidades, sindicatos e movimentos sociais que entrassem no campo dos acordos, fazendo com que suas iniciativas adquirissem um maior peso.

Em relação a essa discussão, no ano de 1995, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) preparou seminários, distribuiu livretos⁷ e sugeriu mobilizações dos cidadãos para que se unissem em favor de projetos e propostas educacionais contrárias às reformas do governo que estavam por vir.

A Secretaria da Educação, por outro lado, implantou a Reestruturação do Ensino Público na Rede Estadual, e distribuiu material para professores e alunos sobre a reestruturação do ensino.

⁷ Este exemplar se encontra nos anexos.

Vejamos dois trechos desses materiais e em seguida o trecho de uma reportagem referente à reestruturação do Ensino Público do Estado de São Paulo:

“...É preciso, mais do que nunca, ter claro que a atuação de todos os sindicatos cutistas é indispensável para que a bandeira da “Educação: Direito de Todos, Dever do Estado”, símbolo de um projeto educativo onde a educação pública tenha profundo significado na vida dos brasileiros e na construção da sua cidadania, deixe de ser apenas uma declaração de intenções. É preciso que os sindicalistas participem e mesmo liderem, onde necessário, uma luta quotidiana pela intervenção na definição das políticas públicas e pelo seu controle público, empenhando-se particularmente na superação do estado de calamidade pública em que se encontra a educação...”

Já a secretaria do Estado da Educação coloca em seu livreto:

“...A reorganização das escolas irá melhorar a qualidade de ensino e o aproveitamento dos alunos. As condições de trabalho e os salários dos professores também vão melhorar. E o melhor de tudo é que isto vai garantir, para todos os alunos, aprendizagem e progresso durante os oito anos de escola obrigatória...”

Em um protesto de pais e professores no final de 95 contra a reestruturação do ensino, uma das manifestantes assim coloca:

“...Queremos a suspensão imediata da reforma e a instalação de um fórum de discussão com representação de todos os setores...” (in Folha de

São Paulo, em 24/11/95 - Cotidiano. "Professores marcam ato contra Reforma na Educação")

Com estes exemplos, verifica-se ao menos que estão surgindo movimentos, ainda que com posturas diferentes, que colocam a educação em discussão, já que o Brasil está sofrendo pressões para ajustar apenas sua economia.

Devido a essas pressões, estão surgindo reformas econômicas e políticas de estabilização com o objetivo de aumentar a competitividade, enquanto os investimentos em políticas sociais diminuem, vide exemplos citados anteriormente em relação à pequena porcentagem do PIB que é direcionada à área educacional.

Um outro exemplo do descaso com a educação é a votação da LDB. Fruto de ampla mobilização dos educadores, ela acena para mudanças na forma de organização da educação brasileira, mas permanece parada no Congresso Nacional. Percebe-se, com isso, que a educação, como foi concebida pelo movimento dos educadores, não tem tido prioridade nos governos, haja vista os exemplos citados acima e a crise em que o ensino vive mergulhado.

4. AS ESCOLAS DE CAMPINAS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

4.1 . O campo de pesquisa e a seleção dos agentes

Sendo o principal objetivo deste trabalho analisar o impacto da Globalização sobre as escolas da cidade de Campinas, procuramos verificar se as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, no processo de modernização, estão chegando às salas de aula. Foram realizadas, para isso, entrevistas com os principais componentes do sistema educacional: professores, alunos, pais, diretores e supervisores de ensino.

Estas entrevistas exerceram um importante papel no levantamento e análise dos dados, tendo a escola como a principal fonte. Nela, vários fatores estão ligados, tais como a formação dos professores, sua atualização e o nível cultural dos pais, em relação aos quais podemos supor que exista maior ou menor exigência de qualidade e condições de trabalho influenciando no andamento pedagógico da escola.

Optamos por delimitar o campo de pesquisa na zona urbana da cidade de Campinas, já que a área total do município é muito abrangente, não sendo possível para um único pesquisador atendê-la de forma completa, além de ser necessário dispendir um longo período de tempo em campo. Por essas razões, foram escolhidas unidades de ensino localizadas em pontos diversos e estratégicos da cidade, de modo que estas representassem, de acordo com os resultados dos dados, uma amostra significativa e fidedigna do todo.

O quadro a seguir demonstra as escolas visitadas, bem como sua categoria de rede, ou seja, rede pública — municipal ou estadual — ou rede privada, os bairros e agentes entrevistados em cada uma delas.

ESCOLAS	REDE	BAIRRO	AGENTE
Progresso Campineiro	Particular	Centro	Pais
Anglo	Particular	Centro	Aluno
Salesiano São José	Particular	Região do Taquaral	Pais/Aluno
Educap	Particular	Região do Taquaral	Aluno
Objetivo Júnior	Particular	Barão Geraldo	Aluno/Pais
Benevenuto Figueiredo Torres	Municipal	Jardim São José	Alunos/Pais/Professor/Diretor
CAIC (Centro Integral de Atendimento à Criança - Profº Zeferino Vaz)	Municipal	Vila União	Aluno/Pais
Hilton Federici	Estadual	Vila Santa Isabel	Alunos
Maria Alice Colevati Rodrigues	Estadual	Vila Independência	Professor/Diretor/Pais
José Pedro de Oliveira	Estadual	Barão Geraldo	Professores
Barão Geraldo de Rezende	Estadual	Barão Geraldo	Professores/Diretor
CEFAM (Centro de Aperfeiçoamento do Magistério)	Estadual	São Bernardo	Professor
Consuelo Freire Brandão	Estadual	Vila Pompéia	Diretor

* Além dos agentes citados acima, neste primeiro momento de pesquisa entrevistamos, ainda, dois supervisores de ensino da rede pública e particular.

Em relação à categoria de agentes selecionados, participaram do processo de questionamento professores secundaristas, ou seja, com segundo grau Magistério e professores com nível superior; além de procurarmos entrevistar professores com ampla experiência docente e aqueles que estão iniciando na carreira, desejamos, assim, que o trabalho pudesse contar com um abrangente universo de possibilidades e posturas.

Os pais de alunos também foram agentes essenciais na coleta de dados, já que eles têm o poder de influenciar no andamento pedagógico da escola, de acordo com o nível de participação e interesse da comunidade.

Nesse grupo, também estabelecemos critérios de escolha de possíveis entrevistados, selecionando pais dos mais diversos níveis de instrução e atividade profissional; para contarmos, assim, com um quadro diverso de respostas.

Ainda fazendo parte da principal categoria de agentes selecionados, temos os alunos, que no processo educacional são considerados os mais importantes componentes. Com estes, também buscamos coletar dados de todas as categorias que compõem o nível fundamental de instrução: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Durante a pesquisa, foram levantadas questões tais como: quais as mudanças efetivas que ocorrem nas escolas, quais as implicações da revolução tecnológica, seus pontos positivos e negativos, quais os acontecimentos considerados mais importantes ocorridos nos últimos anos, etc.

Este trabalho de campo permitiu levantar uma base empírica de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois, sem ele, a pesquisa não passaria de pressupostos teóricos distantes da realidade.

Os quadros a seguir demonstram as questões levantadas no primeiro roteiro de entrevistas aos professores, diretores, supervisores, pais, alunos e suas respectivas respostas, sendo que, a partir delas, teve origem um segundo roteiro, com ênfase nas preocupações e problemas levantados pelos entrevistados.

4.2. Entrevistas I

Tabulação dos Primeiros Roteiros respondidos por Professores, Diretores e Supervisores de Ensino no ano de 1995.

1 - Você tem acompanhado, através dos meios de comunicação, os principais fatos ocorridos nos últimos anos? Quais você considera mais importantes?

Esta tabela foi organizada de acordo com o item Categoria de Assunto

*Respostas	No. res	Categori	Profiss	Escolar	Rede
1. Queda do Muro de Berlim	3	P	PR/DI	M/S	ES
2. Fim da União Soviética	2	P	PR/DI	S	ES
3. Imprensa sem Censura	1	P	DI	S	ES
4. Guerra na Bósnia	1	P	PR	S	PA
5. Testes Nucleares	1	P	PR	S	PA
6. Assassinato de Yitzhak Rabin	1	P	DI	S	MU
7. Paz no Oriente Médio	1	P	DI	S	ES
8. Diretas Já	1	P	DI	S	MU
9. Fim da Ditadura	1	P	PR	M	MU
10. Fim do Governo Collor	1	P	PR	M	MU
11. Queda das Barreiras Político/Ideológicas	1	P	SU	S	ES
12. CPI	1	P/EC	PR	M	MU
13. Globalização	1	P/EC	SU	S	ES
14. Mercosul	2	P/EC	PR/DI	S	ES
15. Situação do Ser Humano como Indivíduo na Nova Ordem Mundial	1	P/EC/S	PR	S	ES
16. Movimentos neonazista	1	P/S	PR	S	ES
17. Conservação da Floresta Amazônica	2	P/S	PR	M	ES
18. Municipalização do Ensino Primário	2	P/ED	PR	M	MU
19. Reestruturação do Ensino Público	3	ED/EC	PR/DI	S	ES
20. Movimentos Ecológicos	1	S	SU	S	PA
21. Problemas com Menor Abandonado	1	S	DI	S	ES
22. Encontros Nacionais da Mulher	1	S	PR	M	ES
23. Busca de cura para AIDS	1	S	PR	M	ES
24. Vacina contra Ébola	1	S	DI	S	ES
25. Internet	1	TG	PR	S	ES

*Esta pergunta foi respondida por 14 pessoas e muitas delas citaram mais de um fato importante.

LEGENDA		
Categoria	Descrição	Sigla
Assunto	Político	P
	Econômico	EC
	Social	S
	Educação	ED
	Tecnologia	TG
Profissão	Professor	PR
	Diretor	DI
	Supervisor	SU
Escolaridade	Superior	S
	Magistério	M
Rede	Estadual	Es
	Municipal	Mu
	Particular	PA

2 - Qual a sua postura em relação às influências e modelos internacionais que estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira?

Esta tabela foi organizada de acordo com o item Número de Respostas

*Respostas	No. resp	Profiss	Escolar	Rede	Posição
1. Desemprego	3	PR	M/S	MU/ES	C
2. Modelos não condizem com nossa realidade	2	PR	S	ES	C
3. Diminuição da Mortalidade Infantil	2	PR/DI	S	ES	F
4. Mundo ficou menor devido às comunicações	1	DI	S	ES	F
5. A escola deve acompanhar mudanças, conscientemente	1	SU	S	PA	F
6. Modelos sendo adequados à nossa realidade, é a favor	1	DI	S	MU	F
7. Conhecimento de grandes Metrôpoles e suas culturas	1	PR	M	MU	F
8. Desvalorização de nossa Cultura	1	PR	M	MU	C
9. Falência de empresas	1	PR	S	ES	C
10. Consumismo exagerado	1	PR	M	MU	C
11. Pessoas com dificuldades de se perceberem nas mudanças	1	DI	S	ES	C
12. Perda de identidade como nação	1	DI	S	ES	C
13. É contra modelos neoliberais na política brasileira	1	DI	S	ES	C
14. Preocupação quanto à postura que será tomada pela escola	1	SU	S	ES	
15. Sem postura definida	1	PR	S	PA	
16. Nenhuma Resposta	1	PR	M	ES	

*Esta pergunta foi respondida por 14 pessoas, e algumas mostraram pontos positivos e negativos.

LEGENDA		
Categoria	Descrição	Sigla
Posição	A Favor	F
	Contra	C
Profissão	Professor	PR
	Diretor	DI
	Supervisor	SU
Escolaridade	Superior	S
	Magistério	M
Rede	Estadual	Es
	Municipal	Mu
	Particular	PA

3 - Como você vê a influência da Tecnologia na Educação?

Esta tabela foi organizada de acordo com o Item Número de Respostas

Respostas	No. resp	Profiss	Escolar	Rede	Posição
1. Escolas estaduais ainda com giz e apagador, sem equipamentos modernos e com situação precária.	3	PR	M/S	MU/ ES	F
2. Forma de crescimento, mas para dar certo é preciso preparação e capacitação, e não achar que isso será a salvação para a educação.	3	PR/SU	M/S	ES/PA	F
3. Escolas públicas ainda sem mudanças devido à tecnologia.	3	DI/SU	S	ES	-
4. Benéfica, desde que a máquina não substitua o professor.	2	PR/DI	S	ES	F
5. Importante equipar e modernizar a escola para auxiliar professores e alunos.	1	PR	S	PA	F
6. Escola deveria colocar o aluno em contato com a tecnologia, mas está distante dos avanços tecnológicos.	1	PR	M	ES	F
7. Favorável, mas as diferenças de uma escola para outra é muito grande, umas com aplicação de tecnologia no currículo, outras sem currículos definidos.	1	DI	S	MU	F

LEGENDA		
Categoria	Descrição	Sigla
Posição	a Favor	F
	Contra	C
Profissão	Professor	PR
	Diretor	DI
	Supervisor	SU
Escolaridade	Superior	S
	Magistério	M
Rede	Estadual	Es
	Municipal	Mu
	Particular	PA

4 - Em sua escola, quais as mudanças curriculares ocorridas ou que estão por vir devido a essas mudanças que estão ocorrendo a nível mundial?
(Globalização)

Respostas	No. resp	Profiss	Escolar	Rede
1. Pequena ou Nenhuma Mudança	8	PR/DI/SU	S	ES/MU
2. Reestruturação do Ensino (eliminação/ acréscimo de matérias, separação do primário / ginásio / colégio, Municipalização do ensino, ensino à distância, informática na educação e contratação de funcionários especialistas em informática).	6	PR/SU	M/S	MU/ ES/ PA
3. Delegado de Ensino não é mais cargo de confiança	1	PR	S	ES

5 - Quais suas perspectivas em relação à Educação no atual governo?

Respostas	No. Resp
1. Descrédito no atual governo em relação a assumir a Educação como prioridade, investindo na formação de professores, salários, etc.	14

6 - Fale sobre o Plano Decenal

Respostas	Nº resp	Profiss	Escolar	Rede
1. Plano não saiu do papel	1	SU	S	ES
2. Precisa ser melhor estudado	1	PR	S	PA
3. Nada de oficial, só reportagens	1	PR	S	ES
4. Não teve informações	1	DI	S	ES
5. Não responderam	8			

7 - Fale sobre a Qualidade Total na Educação

Respostas	Nº resp	Profiss	Escolar	Rede
1. Baixos salários, falta de cursos de aperfeiçoamento, falta de material didático, etc., faz com que a qualidade de ensino brasileiro seja uma das piores do mundo.	1	PR	M	MU
2. A qualidade vem decaindo , desmotivando alunos e professores.	1	PR	S	ES
3. Preocupação em relação à Qualidade Total na Educação, devido aos modelos internacionais fechados.	1	PR	S	ES
4. Nenhuma mudança desde que ouviu falar.	1	DI	S	ES
5. Não houve aplicação do projeto	1	SU	S	ES
6. Não responderam	9			

LEGENDA		
Categoria	Descrição	Sigla
Profissão	Professor	PR
	Diretor	DI
	Supervisor	SU
Escolaridade	Superior	S
	Magistério	M
Rede	Estadual	ES
	Municipal	MU
	Particular	PA

*Tabulação dos Primeiros Roteiros respondidos por Pais de Alunos
no Ano de 1995.*

1 - Por que escolheu esta escola ?

Respostas	No. resp	Profissão	Escolar	Rede
1. Proximidade da residência	1	Auxiliar de Enfermagem	T	MU
2. Proximidade da residência	1	Dona de casa	P	MU
3. Proximidade da residência	1	Supervisor de Vendas	P	ES
4. Proximidade da residência	1	Dona de casa	S	PA
5. Proposta de ensino adequada às necessidades e proximidade da residência	1	Analista de Sistemas	S	PA

2 - Cite pontos positivos e negativos do ensino oferecido nesta escola

Respostas - Positivos	No. resp	Profissão	Escolar	Rede
1. Bom Ensino (estímulo à criatividade, criança é respeitada como criança, atividades ao ar livre, método construtivista)	1	Analista de Sistemas	S	PA
2. A escola oferece variadas atividades extra-classe, como basquete, digitação, etc. e tem bons horários.	1	Supervisor de Vendas	P	MU
3. Ensino bem dirigido, boa merenda, atividades complementares, como futebol, por exemplo.	1	Auxiliar de Enfermagem	T	MU
4. Não responderam	2			
Respostas - Negativos				
5. Falta espaço	1	Analista de Sistemas	S	PA
6. Avaliação Tradicional	1	Analista de Sistemas	S	PA
7. Falta aulas sobre sexo e drogas	1	Dona de Casa	S	PA
8. Falta segurança	1	Dona de Casa	P	MU

3 - O que você considera importante para o ensino e educação dos alunos e que poderia ser oferecido pela escola ?

Respostas	No. resp	Rede
1. Um maior número de aulas extras (esporte, música, línguas, educação sexual e orientação quanto ao consumo de drogas)	2	MU/PA
2. Mais professores	1	MU
3. Período Integral	1	MU

4 - Quais as suas perspectivas em relação à Educação brasileira no atual governo?

Respostas	No. resp	Escolar	Rede
1. Esperança no Governo	2	S	PA
2. Descrédito no governo	2	P/T	MU
3. Não respondeu	1	P	MU

5 - Como você vê as transformações que estão ocorrendo a nível mundial, em relação ao avanço da tecnologia ?

Respostas	No. resp	Escolar	Rede
1. A favor	3	S/P	PA/MU
2. Receio	1	P	MU
3. Não vê mudanças no ensino	1	T	MU

LEGENDA		
Categoria	Descrição	Sigla
Profissão	Professor	PR
	Diretor	DI
	Supervisor	SU
Escolaridade	Superior	S
	Magistério	M
Rede	Estadual	Es
	Municipal	Mu
	Particular	PA

Tabulação Dos Roteiros Respondidos Por Alunos No Ano De 1995.

1 - O que você acha da escola que você estuda ?

Respostas	No. resp
1. Gosta da escola	8
2. Acha a escola legal	2
3. Considera um pouco fraca	1

2 - Se você pudesse mudar ou acrescentar alguma coisa no ensino, o que você faria?

Respostas	No. resp
1. Gostaria de aula de informática	4
2. Mudança no aspecto físico (aumentar o número de quadras esportivas ou restaurá-las)	3
3. Modificar Currículo ou Método (mais aulas de Educação Física e Educação Artística, aulas fora da sala, mudança no método de ensinar matemática)	3
4. Não mudaria nada	1

3 - Qual (is) é (são) a (s) aula (s) que você mais gosta ? Por quê ?

Respostas	No. resp
1. Educação Física	5
2. Ciências	4
3. Português, Estudos Sociais, Matemática e Educação Artística	2

4 - Caso você tenha aulas de Informática, diga como elas auxiliam nos seus estudos.

Respostas	No. resp
1. Auxilia na escrita (Português)	1
2. Auxilia o raciocínio (Matemática)	1
3. Não respondeu	1

Obs.: Os demais não responderam porque não têm aulas de informática

5 - Como estas aulas são ministradas ?

Respostas	No. resp
1. Professora direciona com exercícios prontos	3

Obs.: Os demais não responderam porque não têm aulas de informática

6 - Existe alguma coisa que você considera importante e gostaria que a escola oferecesse para os alunos ?

Respostas	No. resp
1. Aulas de Informática	5
2. Restauração da quadra esportiva	1
3. Mais aulas de Educação Física e Educação Artística	3
4. Aulas extra-classe	2

4.3. Entrevistas II

Tabulação dos roteiros respondidos por pais de alunos no ano de 1996.

1 - O que você acha da Reestruturação do Ensino Público promovida pelo governo ?

Respostas	No. resp
1. Aprovou	4
2. Reprovou	3
3. Não tem opinião formada	1

2 - O que você considera como prioridade na educação e que deveria ser preocupação do governo?

Respostas	No. resp
1. Melhorar salário dos professores	4
2. Destinar mais verbas para Educação	2
3. Equipar as escolas	1
4. Investir no ensino (Cursos para professores)	1
5. Voltar a valorizar o valor moral e cívico dos cidadãos	1

3 - Como você vê o uso do computador e da televisão no dia-a-dia e na educação ?

Respostas	No. resp
1. Aprova (acha que a educação tem que acompanhar modernidade)	6
2. Aprova moderadamente (uso correto)	3

Tabulação dos Roteiros respondidos por Professores no ano de 1996.

1 - O que você acha da Reestruturação do Ensino público adotada pelo Governo?

Respostas	No. resp
1. Aprova	2
2. Reprova	4
3. Precisa de tempo para ser melhorado	2

2 - Quais os objetivos do governo com esta Reestruturação ? (Segundo seu ponto de vista)

Respostas	No. resp
1. Econômico	3
2. Melhorar o atendimento ao aluno de acordo com a faixa etária	2
3. Objetivo político sem preocupações pedagógicas	1
4. Investir nos professores de acordo com sua categoria	1
5. Sobrecarregar o professor	1

3 - Como você vê a preocupação do governo, dos meios de comunicação, e do empresariado em relação à educação, atualmente ?

Respostas	No. resp
1. Preocupação com a educação não é prioridade (aparências, interesses políticos, financeiros e de produtividade)	7

4 - Com acontecimentos marcantes a nível mundial nos últimos anos, como a Queda do Muro de Berlim, a dissolução da URSS, o fim das barreiras alfandegárias, o avanço das novas tecnologias, etc., quais os rumos que você considera que as sociedades em geral tomarão em relação à educação, já que as transformações continuam a ocorrer em todos os setores ?

Respostas	No. resp
1. Educação não influenciada, sem modificações, não é prioridade do governo	2
2. Escola deve ficar atenta para transformações e acompanhá-las	2
3. Comunidade deveria assumir as responsabilidades e direitos que lhe cabem na escola	1
4. Governo deve investir na Educação	1
5. Deve-se ficar atento à educação dos alunos para prepará-los para o futuro.	1

4.4 . Análise Das Entrevistas I

Os dados permitem-nos mostrar que os profissionais da Educação estão atentos, em sua grande maioria, aos fatos políticos ocorridos a nível nacional e mundial, conforme podemos observar nas respostas à questão número um.

Dos vinte e cinco itens mencionados, onze deles dizem respeito exclusivamente à política, quatro são relacionados à política e economia e dois deles à política e fatos sociais.

Este último item aparece em segundo lugar, tendo sido citados cinco acontecimentos relacionados à política e sociedade. Os fatos econômicos também são citados algumas vezes, ficando em terceiro lugar, ao passo que acontecimentos relacionados à educação não foram mencionados com maior frequência, exceto a questão da reestruturação do ensino público, que foi mencionada por professores e diretores.

Quanto à influência dos modelos internacionais na sociedade brasileira, os profissionais da educação mostram-se preocupados com suas conseqüências, principalmente com o fator desemprego; foi também levantado o problema de que esses modelos não são condizentes com nossa realidade, desvalorizando nossa cultura e conseqüentemente havendo perda da identidade como nação.

Essas posturas ratificam nossas colocações no decorrer do trabalho, quando mencionamos que os modelos internacionais não poderiam ser adotados à política nacional sem ao menos ser levado em consideração o fato de existirem diferenças sociais e histórico-culturais; impossibilitando, assim, a importação fechada de "pacotes de modelos" para soluções dos problemas internos, principalmente relacionados à educação.

Em relação à influência da tecnologia na Educação, os entrevistados não se colocam radicalmente contra. Eles mostram-se conscientes da importância que há no fato da escola acompanhar o desenvolvimento, principalmente em relação à informática.

Isso, contudo, não significa que essas pessoas não têm uma postura crítica quanto à atual realidade do ensino público; eles percebem as precárias condições da educação pública nacional e sabem que, com isso, fica difícil se pensar em qualquer tipo de avanço imediato. Mostram-se relativamente abertos para mudanças, desde que estas sejam introduzidas de maneira organizada, não precipitada e com a participação de todos os agentes que participam do processo educacional.

É mencionado também o fato das escolas públicas ainda não terem sido atingidas com mudanças concretas ou de maior porte relacionadas ao avanço da tecnologia, situação esta praticamente oposta ao que vem ocorrendo nas escolas particulares, que estão saindo em busca da modernização (entenda-se aqui, informatização). Esta constatação pode ser verificada em um dos itens mencionados na resposta à questão número quatro, onde um diretor de uma escola da rede privada menciona que dentre as mudanças ocorridas na escola, houve a contratação de funcionários especialistas em informática. Em sua entrevista, ele assim coloca:

“... uma das mudanças que ocorreu na escola que dirijo, foi a contratação de profissionais de informática no quadro de professores, além do treinamento para os outros professores, e a aquisição de computadores não para os laboratórios, e sim para serem utilizados na sala de aula...” (Diretor de escola da rede privada)

Quando questionamos a respeito das mudanças curriculares nas escolas devido à Globalização, a grande maioria dos professores e diretores da rede pública disseram não ter ocorrido nenhuma mudança ou apenas pequenas mudanças.

Um fato mencionado por eles como possível consequência desse fenômeno foi a Reestruturação do Ensino Público. Este foi um dos itens que nos levaram à elaboração de um segundo roteiro de entrevistas, pois, no primeiro roteiro, demos ênfase à questão do Plano Decenal, que conforme podemos verificar nas respostas à questão número seis, em sua grande maioria, os entrevistados não responderam à questão, e aqueles que responderam, fizeram-no de maneira muito vaga.

Percebe-se com isto que este Plano, que na época parecia ser uma medida extremamente importante, a nível nacional e internacional, não chegou a ser implementado nas escolas, haja vista a falta de informação dos próprios profissionais da educação. Na fase de elaboração deste plano houve a participação de vários países, conforme **anexo 7**, e seus principais objetivos eram solucionar problemas estritamente educacionais, como, por exemplo, a erradicação do analfabetismo em dez anos.

Em relação à Qualidade Total na Educação, os poucos entrevistados que responderam a questão, fizeram-no de forma genérica, mostrando maior preocupação com a baixa qualidade de ensino e não com a Qualidade Total. Aqueles que não responderam, fizeram-no por não ter tido contato com o assunto de forma direta.

Uma unanimidade que pode ser observada nas respostas desses profissionais é o descrédito no atual governo em colocar a educação como prioridade nacional.

Essa característica, ao que parece, ao longo da história brasileira, tem sido dos governantes em geral, que têm deixado a educação em esfera inferior a outros problemas, sejam de ordem política ou econômica.

Os pais de alunos, por sua vez, têm opiniões divergentes quanto ao compromisso do governo em priorizar a educação, não se mostrando tão descrentes quanto os profissionais da educação. Como os professores, a maioria mostra-se favorável em relação aos avanços da tecnologia e suas repercussões na Educação.

O que se nota, contudo, é a mudança de enfoque dada a este fato pelos pais de alunos de escolas da rede pública e pelos da rede privada. Enquanto os primeiros vêm na informática, especificamente, um caminho para garantir um futuro melhor para seus filhos, os pais das escolas da rede privada vêm a informática como algo atual, que já faz parte do cotidiano.

Já os alunos da rede pública, apesar de em sua maioria não terem acesso a esses recursos na escola, mostram-se atentos às mudanças, reivindicando essa modernização, conforme podemos perceber nas respostas às questões número dois e número seis; além de estarem preocupados com problemas do cotidiano escolar, como por exemplo a estrutura física do colégio.

Este fator será tratado posteriormente no item cinco deste trabalho, durante a análise da questão da Reestruturação do Ensino Público.

Finalizamos esta análise com dois trechos de entrevistas dadas por alunos da rede pública e da rede privada, respectivamente, exemplificando a questão da informática no cotidiano dos alunos:

“Eu queria que na minha escola tivesse curso de computador, porque no futuro não vai ter emprego para quem não souber computação...”

(aluno da rede pública de ensino, 4a. série)

“... as aulas de informática são legais... tem vinte computadores e sentam um ou dois alunos por computador... as aulas de informática ajudam na matemática...”

(aluno da 2ª série de um Colégio Particular de Campinas)

4.5. Análise das Entrevistas II

Como o primeiro roteiro de entrevistas abriu de forma muito ampla a questão da educação e dos acontecimentos sociais em geral, decidimos elaborar um segundo roteiro, direcionando as questões para educação, com itens que foram selecionados a partir das respostas do primeiro roteiro. Tencionamos, assim, chegar à verificação da existência ou não da influência da Globalização nas escolas de Campinas e sua análise para, a partir de então, tentar apontar caminhos que possam levar a possíveis meios de organização da comunidade, partindo dos princípios teóricos da Razão Comunicativa de Jürgen Habermas.

De acordo com as respostas à primeira questão do segundo roteiro, podemos observar que os pais e os professores não reprovam unanimemente a medida tomada pelo governo em relação à Reestruturação do Ensino Público no Estado de São Paulo. Contudo, eles não deixam de ter uma visão crítica em relação à mudança, já que ela veio de cima para baixo, sem consultar, ainda que de forma pequena, os principais interessados na melhoria do ensino.

E, apesar da grande maioria dos entrevistados deixarem transparecer que acreditam que as atitudes do governo em relação à educação têm cunho exclusivamente político e econômico, alguns ainda buscam esperanças e novos rumos em direção à real qualidade de ensino, conforme demonstram as respostas de pais de alunos e professores a essa questão.

Ao serem questionados sobre o uso do computador na Educação e no dia-a-dia, os pais, não se colocam contra esse recurso, porém mostram-se preocupados quanto à sua utilização adequada no cotidiano escolar.

E, finalmente, ao responderem sobre os rumos da educação em meio a tantas transformações sociais, os professores mostram-se críticos, mas não radicalmente descrentes, quanto a possíveis caminhos que a educação possa tomar, conforme respostas à questão número quatro.

Constatamos, desta maneira, que algumas mudanças estão ocorrendo na educação, e que tanto a comunidade escolar quanto a sociedade em geral estão relativamente abertas para elas, desde que as decisões sejam discutidas em todos os níveis, antes de serem impostas.

Passaremos, agora, para as conclusões a que estas análises nos levaram, e procuraremos apontar caminhos que possam levar a possíveis meios de organização da comunidade, partindo dos princípios da teoria da Razão Comunicativa de Jürgen Habermas.

5. CONCLUSÃO

“...Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los enfileirados em sala sem ar, fazendo exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem...” (Drummond)

Partindo da análise das entrevistas, percebemos que há uma relativa consciência por parte dos integrantes da comunidade escolar em relação às transformações sociais e as mudanças que vêm ocorrendo na escola.

Essa consciência, porém, não é unânime, e a participação pode ser considerada ainda pequena. Dessa maneira, constata-se que essa consciência ainda não pode ser considerada como conscientização, já que essas pessoas não visualizam de forma sistemática e organizada possíveis caminhos que levariam a soluções dos problemas que a educação brasileira enfrenta .

Pode-se considerar, contudo, que um primeiro passo já foi dado em relação a este caminho, pois a partir do momento em que as pessoas percebem os problemas, não os ignorando, começam a surgir espaços para discussões.

Uma constatação clara nas entrevistas é que o ensino público, como está estruturado hoje, não vem atendendo as necessidades e expectativas da comunidade, nem dos profissionais da educação...

*“... A escola deveria colocar o aluno em contato com o conhecimento tecnológico, mas não tem feito isso...”
(professora primária, secundarista, rede estadual)*

“... As transformações são muitas, mas na prática, continua a mesma coisa, as crianças estão sem estímulo para o estudo...” (mãe de aluno, 1ª série, rede municipal)

“... A professora disse para minha mãe que vai ter computador na escola...Eu sou louca para aprender a mexer...” (aluna da 3ª série, rede municipal)

...e nem as exigências da sociedade atual, pois nas escolas particulares a atualização é constante; caso contrário, a clientela procura outras alternativas que atendam suas necessidades.

“...As escolas precisam se preparar para educar e formar esse novo perfil, que é um indivíduo mais exigente, consciente e criativo...” (mãe de aluno, 1ª série, rede privada)

Na tentativa de encontrar saídas para esses problemas, o governo estadual propôs (ou impôs?) a Reestruturação do Ensino Público no Estado de São Paulo, e está incentivando a Educação à Distância, mas parece não ouvir aqueles que estão diretamente ligados ao ensino, que são os maiores interessados em melhorias. Na capa de um dos folhetos sobre a reestruturação do ensino, encontra-se o seguinte texto:

“...Uma escola para a criança, outra para o adolescente. Anita e Pedro estudam na mesma escola. A partir de 1996, vão ficar em escolas diferentes. Os dois vão sair ganhando...”

Enquanto, no segundo roteiro de entrevistas, um casal de pais e uma professora respondem da seguinte forma ao serem questionados sobre o assunto:

“...Não sentimos mudanças no ensino. O problema é o número elevado de alunos por sala e a falta de professores...” (pais de aluno da 2ª série da rede estadual)

“...Não gostei. Tivemos que mudar de escola (professores e alunos). Pior foi para os alunos que não estudam na escola perto de suas casas...” (Professora primária, universitária, rede estadual)

Essas posturas não são unânimes, conforme pudemos observar no item 4.3 do trabalho, pois tanto pais quanto professores dividem opiniões favoráveis e contrárias ao assunto.

Atender a todas as expectativas pode não ser possível; porém, essa medida do governo veio de forma impositiva, não deixando espaço para o que Habermas chamaria de "democracia processual", onde os agentes do processo participariam da reconstrução da esfera pública, decidindo sob a orientação das ações sociais democráticas dialogadas. Isso levaria a um consenso em função da racionalidade das ações, e não pela coação, garantindo condições básicas para uma prática comunicativa cotidiana.

Mas, no caso da Reestruturação do Ensino Público paulista, não houve esse espaço, sendo que decisões como a exclusão das disciplinas de Educação Física e Educação Artística do currículo comum do ensino fundamental deixaram insatisfeitos praticamente todos os componentes do sistema escolar.

No caso de Educação Artística, o educando tinha o espaço possível (ainda que não funcionasse de maneira perfeita) para desenvolver sua criatividade e ter contato com a arte, através da orientação do professor especialista da área, já que o professor "polivalente" não foi preparado, em sua grande maioria, para assumir essas aulas de forma adequada. Assim, deixa-se de utilizar todas as possibilidades de enriquecimento do currículo que a disciplina pode proporcionar.

Na área de Educação Física ocorre o mesmo problema, pois, nestas aulas, os alunos tinham um momento único de sociabilização, desenvolvimento físico, motor, enfim, todos os benefícios que a atividade física pode proporcionar ao ser humano.

Esta disciplina, assim como a Educação Artística, proporcionava a interdisciplinaridade através da troca de idéias e experiências entre os docentes, ocasionando grande aproveitamento de diversos conteúdos curriculares.

A insatisfação dos alunos pode ser constatada no item 4.1., onde eles elegem a disciplina de Educação Física como uma das matérias mais interessantes, seguidas por outras como Ciências e Educação Artística, que também proporcionavam momentos de ricos conhecimentos de forma não tradicional, ou seja, alunos enfileirados e professor à frente da sala.

Observemos alguns trechos de entrevistas dadas por alunos:

“...A aula que eu mais gosto é de Educação Física, porque posso brincar com jogos, sair da classe, etc...(aluna da rede estadual, 4ª série)

“...Eu gosto mais de Educação Artística porque eu posso desenhar, pintar, fazer máscaras...mas também gosto de Português e Matemática, porque não dá para ficar sem, senão não ia aprender a ler, somar, etc. (aluno da 2ª série da rede municipal de ensino)

“...As aulas que eu mais gosto são de Educação Física, Música, Ciências e Inglês; Matemática também, apesar de ser complicado...” (aluno da 3ª série da rede privada)

Dessa forma, constata-se que, infelizmente, as mudanças que estão ocorrendo no âmbito escolar priorizam necessidades do governo, como a contenção de despesas e corte de pessoal, mas a preocupação com a qualidade real de ensino deixa a desejar.

Além da Reestruturação, outras mudanças podem ser observadas na escola, e estas podem estar relacionadas com a Globalização. Alguns exemplos: a implementação de projetos como a Educação à Distância, através da Televisão Educativa (TVE) na rede estadual de ensino, e a informatização das escolas municipais.

Quanto à TVE, muita polêmica gira em torno de sua utilização. Alguns professores acham que a verba destinada à compra dos “Kits Tecnológicos” deveria ir para prioridades de cada escola, outros nem sabem como utilizá-la.

Esse projeto tem grandes chances de sucesso nas escolas, pois a primeira impressão que se tem, ao ler um exemplar da revista, é que se trata de um projeto sério e com probabilidade de dar certo.

Porém, estas revistas não estão sendo distribuídas regularmente às escolas, e as poucas que chegam não se encontram à disposição dos professores para consulta diária e prévia seleção de matérias e preparação das aulas.

Eis, a seguir, dois trechos de um exemplar dessa revista:

“Um canal de TV foi criado especialmente para a educação. É o primeiro passo para a constituição de um sistema nacional de educação à distância” (Maria Helena Guimarães de Castro, secretária de Desenvolvimento, Inovação e avaliação Educacional do MEC)

“O Brasil chega ao final do século XX confrontado com três grandes desafios: (1) *inserir-se de forma competitiva numa economia internacional globalizada*⁸; (2) erradicar as desigualdades sociais intoleráveis e (3) aumentar os níveis de participação democrática da população e de respeito aos direitos humanos.

Implantar tendências irreversíveis na direção de uma economia competitiva, de uma sociedade mais justa e de um estado democrático de direito forte e consolidado são, portanto, nossos grandes objetivos nos campos do desenvolvimento econômico, social e político. Se não formos capazes de fazer isso, teremos perdido nossa última chance de entrar de cabeça erguida no século XXI.

No interior de um projeto nacional assim delineado, a educação básica assume um papel inédito, em termos de relevância e transcendência. De fato, ao longo de toda a nossa evolução histórica, jamais foi tão decisivo — em termos econômicos, sociais e políticos — o

⁸ Grifo da autora

papel a ser desempenhado pela escola. A educação emerge nesse contexto como política-mãe da prosperidade econômica, da justiça social e da democracia abrangente e estável.

A consciência desse novo papel implica na introdução de profundas mudanças de conteúdo, método e gestão nas estratégias de educação básica, de modo que o sistema de ensino possa sincronizar-se com os processos de transformação econômica, de equidade social e de aprofundamento democrático em que o Brasil está empenhado neste momento decisivo de sua história.

Se estas mudanças não chegarem à escola, ou melhor, à sala de aula, todo esforço de transformação, que hoje se procura empreender no País, não obterá mais que resultados parciais e limitados, incapazes, portanto, de romper as amarras que nos prendem ao subdesenvolvimento⁹.

Para isso, teremos de ser capazes de começar a construir a escola fundamental necessária. A escola que o Brasil requer para desenvolver-se econômica, social e politicamente. A escola que nossas crianças precisam, para ter sucesso na sala de aula e na vida. A escola que, para as famílias e as comunidades, seja alguma coisa pela qual valha a pena lutar. A escola pública não mais como escola do governo, mas como escola de todos.”

Destacamos, porém, que se não for realizado um trabalho de preparação, a começar dos professores, viabilizando qualitativamente a utilização da Televisão Educativa, o projeto poderá banalizar-se e ser esquecido no tempo, como foi o caso do Plano Decenal.

O outro projeto, mas que abrange a rede municipal de ensino diz respeito à informatização das escolas.

⁹ Grifo da autora

Um trabalho já mencionado no decorrer da pesquisa foi o "Projeto Eureka" que, como o anterior, parece ter condições de dar certo. Mas este tem um ponto que se diferencia qualitativamente do projeto TVE: o investimento na formação e preparação dos professores, antes do computador chegar à escola. Isso faz com que o docente não se sinta inseguro diante da máquina e tenha condições de realmente integrar este instrumento no processo de ensino-aprendizagem.

Uma equipe especialista no assunto é responsável por cursos intensivos, grupos de trabalho, reuniões e acompanhamento das escolas no início do trabalho. É uma maneira de concretizar a integração comunidade/escola/universidade/governo. A seguir, um breve histórico do Projeto Eureka:

"O Programa Eureka foi concebido como uma parceria entre a Prefeitura e a UNICAMP com o intuito de viabilizar a implantação, na Rede Municipal de Ensino e Fumec, do uso do computador como instrumento pedagógico a partir da experiência da UNICAMP na área. O objetivo é a criação de uma metodologia de absorção e apropriação desta nova ferramenta didática pelos educadores da rede, para que esta possa ser reproduzida com outras tecnologias e em outros sistemas escolares.

A Prefeitura e UNICAMP mantêm um convênio amplo abrangendo os setores de saúde, educação, habitação, etc. Apesar do primeiro curso de formação para educadores ocorrer em 1990, só em maio de 1994 foi assinado um aditivo específico entre a Prefeitura e UNICAMP para desenvolver o Programa Eureka.

Embora a proposta original do Eureka já visasse a criação de laboratórios de informática em toda a rede municipal, ela ficou inicialmente restrita às EMPGs "Júlio de Mesquita Filho" e "Dulce Bento Nascimento" e a EMEI "Agostinho Páttaro". Mais tarde a EMPG "Padre Francisco Silva" e a EMEI da UNICAMP aderiram ao Eureka. Vale ressaltar que o interesse do corpo docente foi sempre o fator preponderante para a

manutenção do projeto e a infra-estrutura física configurou-se como o fator limitante de sua expansão. Com a decisão política da atual gestão da Prefeitura de instalar laboratórios de informática nas 36 EMPG, professores do ensino fundamental, de suplência e de educação de jovens e adultos estão se engajando no Programa.

O Eureka é essencialmente um programa de formação continuada, que permite aos educadores da rede apropriarem-se, de forma crítica e criativa, da informática em suas atividades pedagógicas. Ele está estruturado em dois módulos: o *intensivo*, com imersão na filosofia Logo e aquisição de técnicas envolvidas em sua aplicação através de cursos oferecidos pela Escola de Extensão/Faculdade de Educação da UNICAMP e o módulo *Extensivo*, uma estrutura de suporte ao professor, num primeiro nível na própria escola (*Grupo de Trabalho*) e, num segundo nível, na rede municipal como um todo (*Grupo de Trabalho por Área, Grupo de Monitores, oficinas e seminários*).

A fim de operacionalizar estes módulos, foram criadas as *Equipe de Apoio*, vinculada à Coordenadoria de Projetos Especiais da SME, e *Equipe de Instrutores*, para ministrar os cursos do Módulo Intensivo, formadas por professores da Rede e da Fumec, integrados no Programa Eureka. A *Comissão de Educação e Informática* da SME é responsável pela formulação da política do Programa Eureka, além de supervisioná-lo e avaliá-lo.”

Medidas como essas proporcionam ao ensino público a possibilidade de acompanhamento do processo de modernização que vem ocorrendo nas sociedades atuais; sem, com isso, impor, de forma vertical, modelos fechados importados de realidades e contextos estranhos à educação brasileira.

Assim, podemos identificar um pequeno espaço na escola, onde a Razão Comunicativa se manifesta, pois os participantes estão agindo com o objetivo de alcançar a compreensão sobre a situação — no caso, modernização no sistema de ensino — e, através da interação, busca-se chegar a um entendimento, planejando e coordenando as ações.

Neste pequeno exemplo, verificamos que há a possibilidade da teoria de Habermas ser aplicada no cotidiano, sem destruir ou transformar de forma radical o sistema, já que, através da democracia e da ação comunicativa, pode-se chegar ao entendimento.

No caso da escola, poderíamos vê-la como um ponto crucial de união entre o sistema político e a comunidade, que proporcionariam condições de transmitir, através do conhecimento, noções básicas sobre cidadania e democracia. Para isso, seria necessário o envolvimento de todos os agentes que compõem a comunidade escolar — professores, alunos, corpo administrativo e pais — para garantir, assim, esse espaço na escola.

Procuramos, com esse trabalho, demonstrar que, apesar do grave quadro em que se encontra a educação no país, há saídas para o desenvolvimento qualitativo do ensino, mas para isso faz-se necessário discutir e reformular as funções da escola, com apoio de movimentos sociais (organizações não governamentais, universidades, etc.) que buscam a verdadeira implementação da democracia no país, na tentativa de entrar num campo de acordos, fazendo com que essas iniciativas se façam valer.

Habermas diz que a ação comunicativa é a única maneira de combater a dominação social, contrapondo-se à dominação e buscando a emancipação de todas as formas de coação, fugindo, no caso da escola, do gerenciamento técnico, político e ideológico que o Estado está lhe dando, o que faz com que ela se torne uma prática social formadora profissional e ideológica, reproduzindo formas de pensar o mundo, e preparando o indivíduo para uma vivência social e profissional no mercado de trabalho atual, mercado este que exige um novo perfil de trabalhador, preparado e educado para desenvolver atividades mais complexas.

Assim, a escola pode ser considerada o ponto de partida para o início dessa organização, já que em seu interior vários fatores fundamentais estão ligados, como é o caso do nível cultural dos pais, além da questão da formação e atualização dos professores, pois, com uma boa formação, esses profissionais podem iniciar em seus alunos a formação de uma consciência crítica do mundo como um todo.

Para isso, antes de tudo, faz-se necessário que a formação democrática dos professores seja politizada, bem estruturada, e, após o período de preparação, haja uma constante atualização do profissional, seja através de pesquisas, cursos e intercâmbios, ou de encontros e congressos.

O professor, atento ao mundo e suas constantes mudanças, tem maiores condições de enriquecer suas aulas, promovendo atividades que integrem comunidade-escola, fazendo assim, a ponte entre sistema governamental e escola. Uma ação fundamental do governo seria propiciar condições para que esses profissionais tivessem acesso a esse tipo de formação e atualização.

O que falta, fundamentalmente, é o entendimento sobre a necessidade de uma maior proximidade entre os governantes e a população, para o primeiro procurar atender, se este for seu real interesse, as prioridades do segundo, sem que isso implique em deixar de atender as exigências que se colocam a países como o nosso, que buscam, ainda que de formas não totalmente democráticas, não “perder o trem do futuro...”

Nota dos autores: Ressaltamos, novamente, que a pequena mostra empírica analisada neste trabalho, pode ser considerada apenas pistas, para futuras pesquisas que possam se relacionar com o tema aqui abordado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANFOPE** - Associação Nacional pela formação dos Profissionais da Educação. Documento Final do VII Encontro Nacional em Niterói, 1994.
- ARAGÃO**, Maria Lúcia de Carvalho. "Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- ARANHA**, Maria Lúcia de Arruda e **MARTINS**, Maria Helena Pires. "Filosofando". São Paulo: Ed. Moderna, 1986.
- BASSI**, Sílvio. "As cartilhas da era digital" in Revista Informática - Exame, págs. 17-22, setembro/94.
- BASSI**, Sílvio. "Professores Eletrônicos" in Revista Informática - Exame, págs. 22-26, agosto/94.
- BATISTA**, Paulo Nogueira Jr. "O Mito da Globalização" in Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pág. 02, 25/05/96.
- BERNARDO**, Maria Amália. "Como preparar seu filho (e você também) para o ano 2000" in Revista Exame, págs. 36-46, 17/08/94.
- BERTOLOTO**, Rodrigo. "Parabólica convive com falta de livros" in Folha de São Paulo, Caderno Brasil, pág. 7, 11/05/96.
- BONALUME**, Ricardo Neto. "Brasil se especializa na Tecnologia de Fachada". in Folha de São Paulo, Caderno Ciência, 23/04/95.
- CACCIAMALLI**, Maria Cristina. "Crise Atual no País não é inexorável" in Folha de São Paulo, Caderno Mais, 03/03/96.
- CARMO**, João Clodomiro. "O que é Informática". São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, nº 158, 1987.

- CASTANHEIRA**, Joaquim. "A Nova Aliança nos Negócios in Revista Exame, págs. 86-91, Out/94.
- CASTANHEIRA**, Joaquim. "A Reengenharia Contestada" in Revista Exame, págs. 112-118, Ago/95.
- CORDANI**, Umberto G. e outros. "Dossiê da Globalização", vol. 9, no. 25. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, Set/Dez, 1995.
- CONSTANTINO**, Luciana. "Sala de Aula Reúne Alunos de 1ª a 4a. Séries" In Folha de São Paulo, Caderno Brasil, pág. 6, 11/05/90.
- COSTA**, Caio Túlio. "Salvem nossas Almas" in Folha de São Paulo, Revista da Folha, pág. 78, 1995.
- COUTINHO**, Denise. "Escolas oferecem aulas específicas". in Estado de São Paulo, Caderno Informática - pág. G4, 27/11/95.
- DEMANGE**, Nilson Joseph. "Modernidade e Educação na América Latina", in: Revista Pró-Posições, n. 6, dez./1991.
- DEMANGE**, Nilson Joseph. "Transferência Cultural: A Educação num contexto de Globalização", in : Revista Pró-Posições, n. 15, 1994.
- DEMARTINI**, Zeila de Brito. "Trabalhando com Relatos Oraís : Reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa". in CERU, Textos 3 - 2a. série - 1992.
- ENGUITA**, Mariano. A Face Oculta da Escola. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FIDALGO**, F. S. "Gerência da Qualidade Total na Educação: A Privatização do Público", in: Controle da Qualidade Total. Uma Nova Pedagogia do Capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, págs. 65-92, 1994.

- FRARE**, José Luiz. "Brasil - O futuro ameaçado pela má qualidade da escola" in Revista Nova Escola, págs. 12-22, dez/93.
- GARON**, Cláudio. "História do Brasil estimula a estudar" in Folha de São Paulo, Caderno Informática, pág. 6-9, 22/11/1995.
- GONÇALVES**, Marcos Augusto. "Fim do trabalho encerra o século" in Folha de São Paulo, Caderno Mais, 03/03/96.
- HABERMAS**, Jürgen. "Pensamento Pós-Metafísico - Estudos Filosóficos". Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1990.
- HINGEL**, Murilo de A. "Plano Decenal de Educação para Todos". Brasília: MEC, 1993.
- HIRATA**, H.(org.). Sobre o Modelo Japonês, São Paulo: EDUSP, 1993.
- IANNI**, Otávio. "Metáforas da Globalização" in: Revista Idéias, nº 1, Editora da UNICAMP.
- IANNI**, Otávio. A Sociedade Global, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.
- JORGE**, Wanda. "Escolas exigem criatividade do software educativo" in Correio Popular de Campinas, Caderno Informática, pág. 1, 26/09/95.
- KAUFFMANN**, Carlos. "Drucker escreve sobre o governo" in Folha de São Paulo, Caderno Management, págs. 3 e 4, 14/08/95.
- LAGÔA**, Ana. "América Latina - O Brasil não está sozinho na tentativa de melhorar a Educação" in Revista Nova Escola, págs. 34-43, abril/94.
- LAGÔA**, Ana. "Só a escola autônoma pode melhorar o ensino" in Revista Nova Escola, págs. 22-25, nov/91.
- LEITE**, Marco e outros. "O futuro invade a escola" in Revista Globo Ciência, págs. 32-38, agosto/ 95.

- LEITE**, Mirian L. M. e **SIMSON**, Olga R. M. von. "Imagem e Linguagem: Reflexões de Pesquisa". in CERU, Textos 3 - 2a. série - 1992.
- LEITE**, Paulo Moreira. "Males Globalizados" in Revista Veja, págs. 23-25, Fev/96.
- LUNA**, Kelly. "Informática é fundamental para obter colocação" in Correio Popular de Campinas, Caderno empregos, pág. 1, 08/10/95.
- MACHADO**, Lucila R. S. "Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora", in Trabalho e Educação. Campinas: Ed. Papirus / CEDES / ANPEd / ANDE, 1992.
- MELLO**, José Paulo. "A Ofensiva Neoliberal e seu significado" in Crise do Socialismo - Ofensiva Neo Liberal. Coleção Questões de Nossa Época, nº 20. Cortez Editora, 1994.
- MELO**, José Marques- "Comunicação Social: Teoria e Pesquisa" - Petrópolis: Vozes, 1978.
- MENDONÇA**, Sérgio Eduardo Arbuhe e outros. "Trabalho Infantil em Franca- Crianças que Estudam e Trabalham". Caderno de Formação. Campinas, SP: Ed. Linhas Gerais, 1995.
- MENEZES**, Adriana. "O mundo sem fronteiras" in Correio Popular de Campinas, Caderno C, pág. 1-4, 01/06/96.
- MIRANDA**, Carlos Eduardo A. "Qualidade de ensino: um debate Pedagógico" in Revista da Educação, nº.1, págs. 28-37, fev/94.
- MONTENEGRO**, Marcelo. "Um Passo Decisivo" in Revista Caderno de 3º Mundo, págs. 23-30, DEZ/94.
- MORAIS**, Fernando. "A Escola Padrão"- Sec. de Est. da Educação, 1991.
- MORAIS**, Fernando. "Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo". Secretaria de Estado da Educação, 1991.

- MORAIS**, Maria. "Microcomputador e chupeta não combinam" in Folha de São Paulo, Caderno Informática, pág. 6-2, 22/11/1995.
- NASCIMENTO**, Antenor Neto. "A Roda Global" in Revista Veja. págs. 80-93, 03/04/96.
- NEUBAUER**, Rose da Silva. "Educação Paulista: Corrigindo Rumos - Mudar para melhorar" in Mimeo.
- OLIVEIRA**, Dalila Andrade. "Qualidade Total na Educação: Questões relativas ao processo de trabalho e à gestão da escola" in: Controle da Qualidade Total. Uma Nova Pedagogia do Capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, págs. 95-102, 1994.
- OREALC/UNESCO**. "América Latina: Nova Etapa do Desenvolvimento Educacional", in Cadernos de Pesquisa, São Paulo: 1993, no. 87.
- ORTIZ**, Renato. Mundialização e Cultura, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- OTTONE**, Ernesto. "Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação da Produção com Equidade - Uma visão de síntese" in: Transformação Produtiva e Equidade. A Questão do Ensino Básico". São Paulo: PAPIRUS Editora, págs. 41-49, 1994.
- PAIVA**, Vanilda e **WARDE**, Miriam Jorge. "Novo Paradigma de Desenvolvimento e Centralidade do ensino básico" in: Controle da Qualidade Total. Uma Nova Pedagogia do Capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, págs. 95-102, 1994.
- PAPERT**, Seymour. "Escola em Mudança e Resistência à Mudança" in A máquina das Crianças. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAPERT**, Seymour. "Professores" in A máquina das Crianças, São Paulo: Brasiliense, 1985.

- PINTO**, José Marcelino de Rezende. "Administração e Liberdade - Um estudo do Conselho de Escola à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas". Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas- SP, 1994.
- PRAXEDES**, Walter e Nelson Piletti. "O Mercosul e a Sociedade Global". História em Movimento. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- QUEIROZ**, Maria I.P. "O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: Algumas reflexões". in CERU , Textos 3 - 2a. série - 1992.
- RIPPER**, Afira Vianna. "O computador chega à escola. Para quê?" in Mimeo.
- ROSSETTI**, Fernando. "Professores marcam ato contra reforma na Educação" in Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, págs. 3 e 4, 24/11/95.
- ROUANET**, Sérgio Paulo e **FREITAG**, Bárbara. "Habermas: Entrevista Exclusiva - Conversa com Habermas", Folha de São Paulo, Caderno Mais, pág. 5-4, 30/04/96.
- SANTOS**, Roberto Elísio. "Introdução à teoria da comunicação". Coleção Pistas. São Bernado do Campo: Editora do IMS, 1992.
- SARDENBERG**, Carlos Alberto. "Economistas discutem a Globalização" in Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pág. 2-10, 25/05/96.
- SHIROMA**, E. O. "O Modelo Japonês e a Educação do Trabalhador" in: Revista Pró-Posições, n. 5, ago./1991.
- SILVA**, José Luis. "Florestan ataca o Consenso" in Folha de São Paulo, Caderno Mais, págs. 5-4 e 5-5, 20/08/1995.
- SILVA**, Tomaz Tadeu da."A nova direita e as transformações na Pedagogia da Política e na Política da Pedagogia" in Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação - Visões Críticas. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

SIMSON, Olga R.M. von. "Reflexões de uma Socióloga sobre o uso do Método Biográfico". Campinas, 1995 . Mimeo.

TANURI, Otávio. "Metáforas da Globalização" in Revista Idéias, Campinas, SP, págs. 7-21, Jan/Jun/94.

TRIGO, Maria H.B. e **BRIOSCHI**, Lucila. "Interação e comunicação no processo de pesquisa: Reflexões sobre a pesquisa sociológica". in: CERU, Textos 3 - 2a. série - 1992.

VALENTE, José Armando. "Por que o computador na educação?". Capítulo 2 in NIED - Núcleo de Informática Aplicada à Educação - Universidade Estadual de Campinas, SP, 1992.

VAZ, Maria Silva Tocci. "Excelência em Educação" In Revista dos Expoentes , - EGE - Pinhais - Paraná, pág. 11, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1

REVISTA DA TELEVISÃO EDUCATIVA

REVISTA DA

Ano 1 Nº 1 setembro/outubro 1995 ISSN 0104-9747

III encola

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO


SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL - SEDIAE

Prezado Diretor

Com a instalação da antena parabólica, da televisão e do videocassete, sua escola deve estar apta a sintonizar o "TV ESCOLA", canal do MEC que veicula programação dirigida à capacitação de professores do Ensino Fundamental e é um rico material para ser explorado com os alunos.

Agora precisamos divulgar à comunidade escolar a disponibilidade desses recursos e incentivar sua utilização. Leve ao conhecimento dos professores a Revista e os Cadernos "TV ESCOLA" enviados pelo MEC a sua unidade, garanta acesso fácil à grade de programação e incentive-os a assistirem aos programas.

Se sua escola está com dificuldades na instalação dos equipamentos e na recepção do canal "TV ESCOLA", agilize as soluções. O uso da televisão e do vídeo é mais um projeto da Secretaria da Educação com o objetivo de promover a qualidade do ensino e deve ser inserido em caráter definitivo no cotidiano da vida escolar.



João Batista Vota
Delegado de Ensino

10/01/02


Prezado Diretor

Nesta oportunidade encaminhamos para utilização das escolas a publicação
"TV Escola: Orientações para o uso da Televisão e do Vídeo em Sala de Aula".

Esta publicação tem por objetivo subsidiar a escola na instalação e
manutenção dos equipamentos do kit tecnológico, além de sugerir formas de utilização e
exploração da programação do canal TV Escola pelos professores e alunos.

Encontra-se também à disposição, nessa Delegacia, para empréstimo e
cópia, o vídeo "Uma Janela para o Mundo", que auxilia a direção das unidades
escolares na montagem adequada de uma telessala.

Atenciosamente



João Batista Vota
Delegado de Ensino

Serviço Público Federal

Ministério da Educação e do Desporto

Delegacia do MEC em São Paulo

OF. Nº 541 /96/GAB/DEMEC-SP

São Paulo, 13 de março de 1996.


O Ministério da Educação e do Desporto estará realizando, no dia **22 de março, das 9:00 às 12:00hs.**, o primeiro programa da **TV Executiva MEC** no ano de 1996.

A TV Executiva consiste na transmissão de teleconferências, via satélite, que podem ser recebidas em auditórios da EMBRATEL em todo o país, e em Telepostos e Escolas dotadas de televisor e antena parabólica. Nos auditórios da EMBRATEL, o público pode participar, enviando questões à mesa de expositores através de fax ou telex, ou pelo retorno de áudio.

O primeiro programa terá como tema **CENSO EDUCACIONAL**, e contará com a participação do Senhor Ministro Paulo Renato Souza.

A presença de V.Sa. em qualquer dos auditórios (em anexo) é de fundamental importância. Pedimos ainda a gentileza de divulgar este convite a diretores ou professores das escolas pertencentes a sua Delegacia, pois serão eles parte importante na forma de avaliação proposta. Para qualquer outra informação, favor entrar em contato com Vania Oliveira pelo fax: (061) 323-6028/225-1910 ou Vera Marisa pelo tel: (011) 825-0039/0361 r.122 ou 117.

Atenciosamente,


LUIZ MARIC DO VALE D'AVILA
Delegado Interino do MEC em São Paulo

Multiplicar em cópias e passar para os Arquivos Interiores
15/3/96

Caro leitor

Nosso País, com as dimensões continentais que possui e com a variada gama de problemas que se acumulam na área educacional, não poderia mais ignorar as grandes possibilidades da televisão como veículo de educação. Por isso, desde o primeiro momento, o presidente Fernando Henrique tem demonstrado enorme interesse em sua utilização como apoio à formação dos professores e às atividades em sala de aula.

É, portanto, com grande alegria, que concretizamos essa idéia através de um canal de televisão, totalmente voltado para a educação: a TV Escola, que a partir de agora passa a existir como um importante aliado dos milhões de profissionais que, Brasil afora, lutam pela melhoria da qualidade do ensino.

A TV Escola não chega para substituir os professores. Ao contrário, ela deverá ampliar os instrumentos com os quais os professores poderão contar para aprimorar seus próprios conhecimentos e, por outro lado, para enriquecer o universo de aprendizagem de seus alunos, dentro do espaço escolar.

Ao iniciar suas atividades, a TV Escola estará emitindo, diariamente, quatro horas de programação educativa, repetidas em três horários distintos no decorrer do dia. Os programas serão gravados pelas escolas, formando assim um rico acervo para utilização dos professores.

A *Revista da TV Escola*, que ora o Ministério da Educação e do Desporto coloca em suas mãos, visa subsidiar a utilização dos programas educativos, auxiliando-o a tirar o máximo proveito das transmissões da TV Escola, na perspectiva de estabelecermos parceria na consecução da tarefa de elevar a educação aos necessários patamares de universalização e qualidade.

Atenciosamente,

PAULO RENATO SOUZA
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A TV ESCOLA

ENTREVISTA

Um canal de TV foi criado especialmente para a educação. É o primeiro passo para a constituição de um sistema nacional de educação à distância, revela nesta entrevista a professora Maria Helena Guimarães de Castro, secretária de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional do MEC



Revista da TV Escola – O que levou o MEC a criar a TV Escola?

Maria Helena Guimarães de Castro – A criação da TV Escola responde a duas grandes diretrizes estabelecidas no programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A primeira delas é o compromisso com as ações voltadas para a valorização do Magistério, uma vez que nossa programação irá priorizar a capacitação e formação continuada dos professores das redes públicas de educação básica. A segunda diretriz está compromissada com a melhoria da qualidade do ensino. Aqui a TV Escola entra como um recurso de apoio à sala de aula, oferecendo programas de qualidade que complementem o trabalho do professor e auxiliem no processo

de ensino-aprendizagem. A programação educativa, através da televisão e acompanhada de material impresso, permitirá estabelecer formas criativas de interação entre professores e alunos. Isso irá criar condições para a construção de uma nova pedagogia compromissada tanto com o processo de aprender a aprender com prazer e entusiasmo quanto com o sucesso do aluno e com a educação de qualidade. O Governo Federal acredita que a TV Escola é um instrumento importante de apoio aos Estados e municípios na caminhada em favor da melhoria da qualidade da educação. Por isso estamos abertos a receber sugestões dos Estados e dos municípios e da sociedade em geral no sentido de fazer da TV Escola um canal

de comunicação permanente com alunos e professores.

RTV Escola – Quantos alunos e professores serão beneficiados com a TV Escola?

Maria Helena – Inicialmente serão beneficiadas 30 mil escolas públicas do País com mais de 250 alunos. Com isso o MEC estará atingindo cerca de 20 milhões de alunos do Ensino Fundamental e 800 mil professores. No início de 1996, a TV Escola deverá atingir as escolas públicas com mais de 150 alunos.

RTV Escola – Como a escola vai se equipar para receber a TV Escola?

Maria Helena – O MEC está repassando recursos para que isso seja possível. Cada escola recebe 1.500 reais, para

que possa adquirir o *kit* tecnológico, composto por um aparelho de TV, um de videocassete, uma antena parabólica e uma caixa com 10 fitas de vídeo. Os recursos são oriundos da cota federal do salário-educação, que é vinculada ao Ensino Fundamental. Em contrapartida à ação do MEC, cabe aos Estados e municípios a responsabilidade de arcar com os gastos de instalação, manutenção e segurança dos equipamentos. As escolas receberão do MEC o material impresso que acompanhará os programas veiculados pela TV Escola. Esse material é essencial para assegurar resultados mais efetivos na utilização dos programas de educação à distância. Outro ponto importante a destacar é o repasse direto de recursos para as escolas iniciado pelo MEC/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o que assegura maior autonomia financeira às escolas. Os programas transmitidos pela TV Escola serão gravados com as fitas compradas pela escola, que vai poder assim organizar a sua própria videoteca, para utilização dos professores e dos alunos.

RTV Escola – Como será a transmissão dos programas?

Maria Helena – A transmissão dos programas será através de um canal criado especialmente para veicular a programação da TV Escola, via satélite, em circuito fechado. A rigor, a programação só será captada através de antena parabólica. Entretanto, acreditamos que muitas TVs educativas terão interesse em estabelecer parcerias com o MEC, incluindo alguns programas da TV Escola em sua grade de programação, em circuito aberto, de modo a atingir seu público regional.

RTV Escola – E a programação?

Maria Helena – A programação inicial, em caráter experimental, terá quatro horas de duração e será repetida três vezes por dia. A grade de programação terá duas horas diárias dedicadas à formação e capacitação dos professores e diretores das escolas. Três aspectos principais serão enfocados, como questões de ensino-aprendizagem das disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, temas relacionados ao livro didático

co e ao estímulo à leitura. Haverá ainda programas dedicados sobretudo aos diretores, que enfatizam a importância da gestão escolar mais autônoma, participativa e eficiente. O importante é contribuir para o debate e a formação de uma nova cultura, que privilegie a formação em serviço e se volte para o conjunto da comunidade escolar; composta por pais, professores, diretores, funcionários e alunos. Outras duas horas de programação diária serão destinadas a servir de apoio à sala de aula, além de contribuir para a formação de cidadãos plenos, objetivo maior de uma educação séria, comprometida com o conjunto da sociedade brasileira.

RTV Escola – As escolas irão receber orientações para trabalhar com a TV Escola?

Maria Helena – O ideal é que cada escola desenvolva um trabalho em equipe, sob a liderança dos professores, para organizar a recepção dos programas. Já existem, em todos os Estados, equipes de supervisão de educação à distância, responsáveis pela recepção organizada, acompanhamento e avaliação do programa *Salto para o Futuro*. Essas equipes deverão, em conjunto com técnicos das DEMECs (Delegacias do MEC), dar orientação para a utilização dos programas da TV Escola. De toda forma, é fundamental que os gestores responsáveis pelas redes estadual e municipal de ensino mobilizem os profissionais de educação para a utilização adequada da programação, assegurando condições de trabalho propícias ao seu aproveitamento. Quando possível, a escola deverá encarregar um funcionário para gravar e organizar os programas televisionados e oferecer treinamento adequado ao cumprimento dessa tarefa. Da parte do MEC, estaremos oferecendo assistência técnica aos Estados e municípios, no sentido de orientá-los na utilização, acompanhamento e avaliação dos programas. Os professores receberão orientação das equipes estaduais de supervisão de educação à distância e, a médio prazo, espera-se que as secretarias estaduais e municipais de Educação estabeleçam convênios com as universidades mais próximas para o treinamento de monitores, acompanhamento e avaliação da utilização dos programas.

RTV Escola – Os professores, em geral, trabalham muito. Como irão encontrar tempo para fazer o curso de atualização da TV Escola?

Maria Helena – Este ponto é essencial. Só é possível avançar o processo de melhoria da qualidade de ensino se houver um claro compromisso dos três níveis de governo com a valorização do Magistério, o que significa investir em plano de carreira e salários dignos. Uma educação de qualidade supõe que os professores tenham tempo disponível (previsto no plano de carreira) para capacitação e formação continuada em serviço. Trata-se de um batalha que todos nós, empenhados na construção de um sistema educacional efetivo, devemos enfrentar. Não é possível falar em qualidade ignorando a necessidade de repensar a política educacional do País. Neste sentido, cabe aos gestores das redes estadual e municipal assegurar condições favoráveis à utilização dos programas da TV Escola. Sabemos que isso é um processo e que não acontece de um dia para o outro. O importante é começar a mostrar que todos, alunos, professores, diretores, funcionários, pais e comunidade, estamos levando a sério a educação que é, sem dúvida, a política prioritária na construção de um país mais justo e moderno.

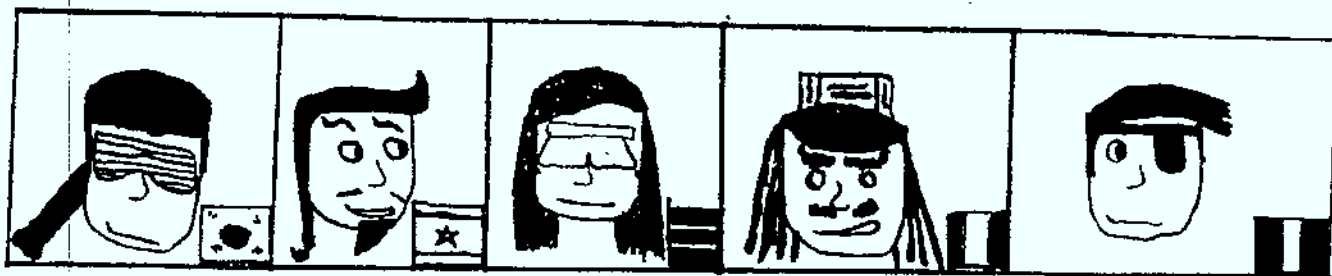
RTV Escola – O que mais se pretende fazer para a educação à distância no País?

Maria Helena – Há, ainda, muito por fazer. É preciso investir em programas de apoio ao ensino médio e profissionalizante e em telecuriosos que possam eventualmente contribuir para a expansão do acesso ao sistema. É preciso desenvolver programas de formação inicial à distância, instituindo em parceria com as universidades cursos de graduação e extensão que contribuam para a qualificação profissional. É preciso investir pesadamente em programas de informática educativa, que certamente irão revolucionar nosso sistema de ensino, ainda preso a uma certa concepção pedagógica tradicional. Temos de estar atentos à necessidade de incorporar recursos tecnológicos disponíveis ao dia-a-dia da escola e, mais que isso, as inovações educacionais exigidas pelo mundo moderno.

PARABÓLICA DO MUNDO

Isa Grinspum Ferraz

Videoeducação é muito mais do que apenas ver televisão



O professor Antônio Cândido disse certa vez, em um programa de televisão, que na sua opinião os meios de comunicação de massa modernos são uma estranha forma de educação. Em um mundo onde as crianças podem, ao voltar da escola, ligar a TV e conhecer assim todos os dramas que os homens têm vivido – as guerras, gente morrendo de fome, a injustiça social –, algo de novo deverá surgir: uma nova consciência humanitária, um movimento de toda a sociedade indignada, disposta a lutar por um mundo melhor.

A mídia, principalmente a televisão, tem, de fato, um enorme impacto no Brasil. Por isso mesmo, ela tem um importante papel a cumprir como instrumento de educação. Educação no sentido amplo, que permite descobrir ligações entre os fatos, pistas, caminhos.

A televisão torna possível que homens de todas as partes do mundo se conheçam, saibam de suas diferenças e possam aceitá-las. Os recursos da imagem e do som, assim como as novas tecnologias que vêm sendo criadas pelos homens, ampliam-se a cada dia e possibilitam que a televisão traga até nós, com muita rapidez, uma imensa quantidade de informações sobre as mais variadas áreas do conhecimento, como nas Ciências, na Matemática, na História e na Geografia. Tudo em nossa casa. Ou em nossas salas de aula, com um simples girar de botão.

Hoje a educação à distância é uma prática muito difundida em quase todo o mundo. Dezenas de experiências vêm sendo realizadas em vários países e por diferentes motivos. No Canadá, por exemplo, a principal razão que levou à criação de um poderoso sistema de videoeducação foi a enorme extensão de seu território e o fato de que grande parte dele passa alguns meses do ano inteiramente coberto de gelo, o que dificulta o deslocamento das crianças até as escolas. Em países como a Índia, a questão crucial está ligada ao enorme contingente de sua população e à dificuldade de oferecer para todos uma educação de boa qualidade. Em um e em outro caso, a televisão faz chegar aos lugares mais longínquos informações de alta qualidade. Mas a videoeducação não é apenas uma espécie de remédio para resolver problemas que também ocorrem no Brasil, em

função de seu enorme território e das dificuldades pelas quais a educação vem passando. Além disso, a videoeducação pode tornar acessível aos professores e alunos conteúdos e procedimentos que reforcem o amor pelo conhecimento e um desejo de criatividade para enfrentar com autonomia e liberdade os desafios que a vida apresenta.

A TV pode e deve ser utilizada como meio de democratizar o saber. Se se tira vantagens da familiaridade que toda a população brasileira já tem com o veículo, a televisão torna-se uma grande aliada. No contexto da escola, o meio se transforma. Muitas janelas se abrem para auxiliar os professores na tarefa cada dia mais difícil de ensinar, já que hoje a informação se renova e se acumula com grande velocidade. Além disso, a televisão pode ajudar a preencher lacunas na formação básica de muitos professores.

As possibilidades do uso da programação são várias. No entanto hoje sabemos com segurança que o tipo de experiência que a televisão propicia é de natureza muito diferente da experiência direta com as coisas. As imagens da TV passam muito rapidamente e há sempre muitas coisas que dispersam a nossa atenção. Assim é preciso considerar que quando falamos de videoeducação devemos ter sempre em mente um sistema que inclui muito mais do que apenas "ver televisão". São necessários outros recursos materiais complementares, essenciais para sedimentar e aprofundar os temas tratados.

O educador Darcy Ribeiro costuma dizer com entusiasmo: "Meninos, eu vi. Lá fora as escolas se encheram de milhões de cintilantes aparelhos de TV que extasiam seus estudantes e professores". Para ele, esse é um procedimento necessário em países como o nosso, que se atrasaram na estruturação de seus sistemas educacionais básicos. E válido, sobretudo, para a formação e o aperfeiçoamento do Magistério, ponto considerado mais importante – "o músculo e o nervo da educação" – nas palavras de Darcy Ribeiro.

Porém, tudo o que a TV – janela aberta para o mundo – pode propiciar só ganha significado quando diante dela temos crianças e adultos aptos para selecionar criticamente as informações veiculadas.



Noções de Coisas

Divertidos e inteligentes. São assim os programas desta série, dedicada a jovens e adultos. Baseada no livro *Noções de Coisas*, do educador Darcy Ribeiro, a série convida o público a olhar de maneira original para as questões da vida cotidiana, das ciências e das humanidades. Uma das frases do livro traduz bem a idéia dessa série: "Este mundo é mais complicado do que parece. Abra bem seus olhos de ver, acenda seus ouvidos de

escutar, ative seu faro de cheirar, mobilize o tato de apalpar e sentir, use a boca de degustar... Trate de aprender tudo o que puder. Saber demais não ocupa lugar. A ignorância, sim. A sabedoria anda solta por aí, para a gente aprender o que quiser".

São 15 programas de 10 minutos cada, todos eles produzidos em 1994 pela Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

- | | | |
|------------------------------|-----------------------|------------------|
| 1. A humanidade | 6. Poluição | 11. Bicharada |
| 2. A Terra, os anos, os dias | 7. Índios civilizados | 12. Caretas |
| 3. Rabos e pêlos | 8. Cultura | 13. Pulgas |
| 4. Letras | 9. Gerações | 14. Brasil |
| 5. Números | 10. A boa vida | 15. Teia da vida |

Um Salto para o Futuro

Um Salto para o Futuro, projeto de educação à distância iniciado em 1991, produzido pela Fundação Roquette-Pinto e com grande audiência de norte a sul do País, irá exibir na TV Escola duas séries novas. Uma delas é a Série VIII de Ensino Fundamental, que possui 41 programas, e a outra é a Série de Educação Infantil, com 20 programas. Nessas séries são discutidos o papel do professor nos dias de hoje, os fundamentos e metodologias que podem contribuir para sua prática e também os conteúdos e conceitos que devem ser trabalhados nas diferentes fases do desenvolvimento das crianças. Os programas levam a uma reflexão sobre o modo de ser infantil e sobre os processos de desenvolvimento e

interatividade que os pequenos estabelecem com o mundo que está a sua volta. Os conteúdos e conceitos enfocados são tratados de maneira articulada e interdisciplinar. A discussão sobre as metodologias que podem ser adotadas levam em conta os pressupostos do desenvolvimento infantil e os novos recursos tecnológicos hoje disponíveis. Além disso, os programas trazem para a telenha projetos e experiências pedagógicas que valorizam a criatividade, a inovação e que se adaptam à realidade de diferentes grupos sociais. E não é só: *Um Salto para o Futuro* irá trazer ainda muitas informações sobre a produção do conhecimento e das manifestações artísticas ao longo da história da humanidade.

A TV ESCOLA APRESENTA...

Quatro séries de programas educativos, todos eles feitos por professores que conhecem de perto a realidade da sala de aula

SÉRIE CONVERSA DE PROFESSOR

SÉRIE ESCOLA HOJE

SÉRIE LIVROS E ETC.

SÉRIE VIAGENS DE LEITURA



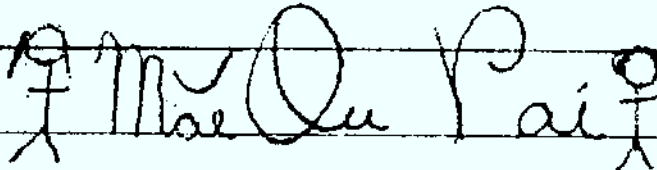
SÉRIE CONVERSA DE PROFESSOR

As dificuldades mais comuns dos alunos na aprendizagem de Língua Portuguesa, Ciências e Matemática são aqui tratadas

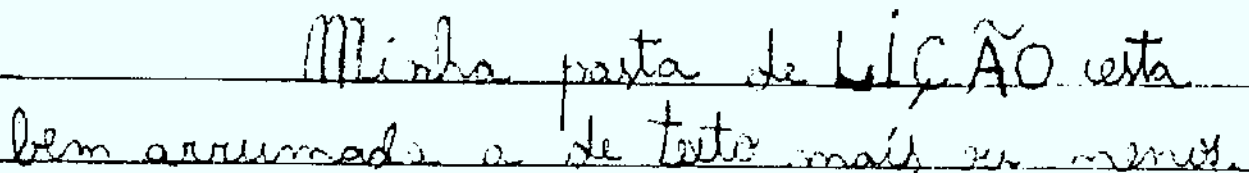
Língua Portuguesa

Professora Regina Maria Habner

Ler e escrever são condições indispensáveis para uma participação maior na vida do País



Mãe ou Pai?



Minha pasta de LÍÇÃO está bem arrumada e de texto mais ou menos.

A linguagem é um elemento muito importante para qualquer sociedade porque é através dela que as pessoas se relacionam. Toda forma de interação social depende, em maior ou menor grau, do uso da linguagem. A bem da verdade, na medida em que a linguagem possibilita que os homens se comuniquem, podemos dizer que ela é uma condição fundamental para o desenvolvimento do nosso pensamento, da nossa capacidade de reflexão. Ela contribui para a estruturação da sociedade e é parte de nossa história e identidade.

Hoje, o conhecimento lingüístico é requisito fundamental para o exercício da cidadania. Há, por um lado, uma exigência em relação à língua oral: saber expressar-se adequadamente frente a situações e interlocutores diversos; saber "ouvir" criticamente as mensagens veiculadas tanto na comunicação interpessoal como nos meios de comunicação de massa. Por outro, exige-se um domínio da língua escrita que possibilite ler e escrever textos pertencentes a uma grande variedade de discursos em distintos contextos sociais de comunicação. Enfim, expressar-se adequadamente, ler e escrever são condições necessárias e indispensáveis para o acesso aos conhecimentos formalizados e para maior participação na comunidade local e no País. Por esta razão, o ensino da língua é tão importante na escola fundamental de um país como o Brasil que busca a democratização social e cultural.

Ocorre que a escola pública não tem cumprido seu papel de ensinar à maioria das crianças a ler e a escrever e é preciso reverter esse quadro tão conhecido pelas altas taxas de repetência e evasão. Um dos aspectos que contribui para o fracasso da escola é o modo como ela vem trabalhando a linguagem oral e escrita. A transmissão de significados entre os falantes de uma mesma língua não acontece de uma única forma. Existem muitas variáveis que interferem no modo como as pessoas se expressam: região de origem, idade, sexo, classe social, ocupação, crenças e idéias sobre o mundo.

As crianças, ao ingressar na escola, conhecem e usam a língua aprendida com a família e os membros da sua comunidade e, por isso, seu desempenho lingüístico depende desse contexto social e cultural. Ora, com frequência, a escola despreza os conhecimentos e as experiências trazidas pelos alunos, a forma de expressão de seus valores e tradições. Nem leva em conta que muitas crianças vivem em meios onde a escrita é pouco valorizada e utilizada.

Não bastando a falta de percepção das condições das crianças ao entrarem na escola, existem também as idéias antigas que prevalecem na prática de sala de aula no ensino da língua. Observando-se as atividades com língua oral e escrita desenvolvidas nas escolas, é possível afirmar que, ao longo do tempo, foi sendo inventada uma língua-

Monique - PORTO LEGURO

Hóteis e Pousadas boas

NOTA: B

43 horas de correio
Cuidado com o sol e com picare-
tas

gem "escolar", principalmente no que se refere à escrita. Os textos oferecidos aos alunos são, com raras exceções, fragmentos descontextualizados, sem significação maior que a de ensinar regras ortográficas ou servir para cópias e exercícios de repetição.

As produções de texto, raramente realizadas, objetivam quase sempre a avaliação do aluno, ignorando as inúmeras possibilidades de escrita com intenção comunicativa. Para reverter esse quadro, cabe à escola favorecer a compreensão das diferentes variantes lingüísticas, propiciar situações de aprendizagem com sentido para as crianças, rever idéias, materiais e modos de ensinar a língua.

Criar um ambiente propício à leitura e fazer circular diferentes tipos de texto, recuperando a função social da escrita na escola, são algumas das condições básicas para essa transformação.

Os programas de Língua Portuguesa tratam dessas questões e devem ser entendidos como uma conversa de

professor para professor sobre a prática de sala de aula. Dúvidas, dificuldades e medo de arriscar novas metodologias de trabalho devem ser compartilhados entre docentes que procuram mudar a escola. Esses programas podem servir como sinalizadores de questões que os professores devem procurar aprofundar, através de leituras e discussões nas reuniões de trabalho na escola.

Para que serve a escrita?

Nos programas de Língua Portuguesa da série *Conversa de Professor* começaremos discutindo a linguagem oral na escola. Muitos professores ficam preocupados com as falas de seus alunos. O que fazer para que eles se expressem corretamente? Que atividades propor?

Essas são algumas das inquietações de professores que procuram saídas e modificam seu modo de ensinar para atender melhor os seus alunos.

A organização de um ambiente que favoreça a interação

O palma

O palma é um texto,
em versos,
e dividido,

em versos. Ela começa,

E em que lugar fica a estrofe

entre as crianças, o espaço para que expressem dúvidas e troquem idéias são condições para qualquer tipo de trabalho com a linguagem. Essas conclusões de alguns professores que procuram alternativas para o ensino de língua estarão presentes em um dos programas, que, certamente, não dará conta da complexidade do problema, mas poderá dar algumas dicas de como começar a enfrentá-lo.

Pensar o ensino da língua escrita de um modo integrado à vida da comunidade local tem sido a experiência de muitos professores que buscam modificar sua prática, oferecendo a seus alunos diferentes possibilidades de leitura e escrita. O jornal da cidade, as revistas, convites e folhetos de propaganda podem se constituir em materiais valiosos para as aulas. Tudo depende de como utilizá-los. Afinal, o que os alunos devem ler? Os textos das cartilhas e livros didáticos não são suficientes como leitura? Como escolher textos para as aulas? Essas questões estão presentes nos relatos de experiência dos professores que participam da nossa programação.

Ao falarmos da leitura na escola, temos o hábito de imediatamente relacioná-la aos textos e exercícios que propomos para ensinar nossos alunos. Na vida cotidiana, no entanto, a leitura ocupa espaços e significados bem diferentes daqueles que lhe damos na escola.

Como trazer para a escola essa leitura viva, cheia de significados e intenções e oferecer oportunidades aos alunos de se transformarem realmente em leitores?

Em um dos programas estaremos discutindo a importância das crianças presenciarem atos de leitura significativos. A leitura de histórias e notícias feita pelo professor, os comentários coletivos sobre diferentes textos incluídos na rotina das aulas podem favorecer o aprendizado da leitura. Vamos dar algumas idéias de como trabalhar a leitura na sua classe. Ler histórias em voz alta para as crianças não é perder tempo de aula? Como fazer com que as

crianças leiam corretamente e gostem de ler? O que se deve ler? Novamente, é a palavra de professores que buscam modificar suas aulas, suas dúvidas e acertos que traremos como foco deste diálogo.

Vamos tratar também do sentido das palavras e dos textos na sala de aula.

Muitas crianças repetem de ano na escola porque, apesar de ler um texto, não conseguem responder a perguntas simples a respeito das informações que ele contém. A que se atribui essa dificuldade? Como fazer para que as crianças compreendam o que lêem? O estudo do vocabulário ajuda? Esses problemas estarão sendo discutidos aqui e, quem sabe, as propostas de trabalho que aparecem no programa poderão ajudar de alguma maneira.

Se a leitura vai mal na escola, muito pior é a produção escrita dos alunos. Eles não usam parágrafos, esquecem as letras maiúsculas, erram a ortografia das palavras e, por mais que o professor explique, continuam com as mesmas dificuldades. Onde estará o problema? Será falta de treino? Um dos programas irá mostrar o que dizem alguns professores sobre a importância das propostas de produção de textos estarem inseridas em projetos de escrita com finalidades reais. A escrita de um jornal de classe ou da escola, o livro de histórias, o registro de experiências feitos para ser lidos pelos alunos, colegas de outras classes, professores, pais e quem mais puder ser incluído no rol dos leitores.

Muitas vezes, nós professores, somos capazes de perceber que os textos escritos por nossos alunos não estão bons e, nestes casos, geralmente dizemos a eles que "precisam melhorar". O problema está no fato de que esses alunos não conseguem saber o que falta no texto deles. Ocorre que durante as aulas nem sempre lhes fornecemos suficientes informações sobre os diferentes tipos de textos para que eles identifiquem suas próprias falhas e consigam produções mais estruturadas e eficientes do ponto de

AMIGOS DA FAIXA NOBRE, EU TORÇO PARA O HOUSTON
ROCKET MEU. NO MEU É GABRIEL TENHO 10 ANOS MEU
IDOLHO É AQUILOHARION. QUERIA DAR OS PARABEIS
PELA MELHSSIMA TRASMISSOES QUE VEM FA-
ZENDO. QUERIA QUE VOCES DA FAIXA NOBRE
TRASMITISSEM MAIS A LIGA NBA E
DIVULGASSEM MAIS PRINCIPALMENTE
OS TIMES MENOS CONHECIDOS E
QUERIA GANHA UMA BOLA DE BASQUETE

vista do leitor. Como ter idéias? Como começar um texto? Como saber que tipo de estrutura é adequada à situação? Estas podem ser algumas das perguntas das crianças ao escreverem um texto e é o tema de um dos programas de Língua Portuguesa, no qual estaremos tratando das características de determinados textos, como a carta, e de como os alunos podem utilizá-las.

Como ficam as aulas de redação? O que pode ajudar os alunos a escreverem melhor? Muitos professores entendem a produção de textos como um processo de construção. Assim, ao proporem um trabalho de escrita aos alunos, trabalham com esboços que vão sendo reformulados a partir das contribuições dos colegas e do professor. Através das discussões sobre os textos, esses docentes vão trabalhando o conhecimento das diferentes estruturas dos diversos textos e desenvolvendo a percepção de seus alunos sobre o foco da escrita.

Nestes últimos anos, muito se tem falado sobre o ensino da gramática no 1º Grau. Há docentes que consideram o estudo da gramática fundamental para que os alunos aprendam a falar e escrever, segundo as normas da língua padrão. Outros aboliram completamente os pontos e exercícios gramaticais de suas aulas. Essas posições têm fundamento? Como ficam os itens do "programa oficial" de ensino? Para discutir este tema polêmico na tela da TV Escola, buscamos a contribuição de vários profissionais da educação.

Indicações bibliográficas:

- Calkins, Lucy. *A arte de ensinar e escrever*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- Davis, Claudia; Silva, M^a Alice S.S. e Espodito, Yara L. *Papel e valor das interações em sala de aula*. Cadernos de pesquisa, São Paulo. N^o 71, p. 49-54, nov. 1989.
- Ferreira, Emilia (ed.). *Alfabetização em processo*. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
- Foucambert, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- Geraldi, João Wanderley. *O texto na sala de aula - leitura e produção - 3ª ed.* Cascavel (PR), Assoeste, 1984. Cap. Concepção de linguagem e ensino em Português, p. 41-8.
- Kato, Mary. *O aprendizado da leitura*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- Lajolo, Marisa. *O texto não é pretexto*. In Zilberman, Regina (org). *Leitura em crise na escola - as alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- Osakabe, Haquira. *Linguagem e educação*. In Martins, M^a Helena (org.) *Questões de Linguagem*. São Paulo, Contexto, 1991. P. 7-10.
- Smith, F. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. 2ª ed., Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- Tersi, Sylvia Bueno. *A construção da leitura*. Campinas; Editora da Unicamp, 1995.

levarata a mulher e a

Uma dia, uma mulher (que morria de medo de levarata) abriu o seu marido e viu uma levarata na mulher. Tomou coragem e pegou seu chinelo e quando a mulher foi matar a levarata a levarata rosnou, a mulher disse:
- Nossa-ainda bem sou

ANEXO 2

PROGRAMAÇÃO DA TELEVISÃO EDUCATIVA 2º SEMESTRE DE 1995



GRADE DE PROGRAMAÇÃO

Caráter experimental

A programação regular da TV Escola está dividida em três blocos.

O primeiro tem duração aproximada de 65 minutos, o segundo, de 105 minutos e o terceiro, de 60 minutos.

O primeiro bloco é composto por 3 programas dirigidos à capacitação de professores.

O segundo bloco tem uma pauta variada que obedece sempre à seguinte ordem:

- 1º Um documentário brasileiro (de 20 a 50 minutos aproximadamente)
- 2º Um vídeo brasileiro (de duração menor)
- 3º Três vídeos pedagógicos (de curta duração)
- 4º Um documentário estrangeiro (de 20 a 50 minutos aproximadamente).

O terceiro bloco é composto pelo programa *Um Salto para o Futuro*, da Fundação Roquette-Pinto, de duração aproximada de 60 minutos.

Ao longo das emissões diárias da TV Escola, um apresentador fará a introdução e comentários sobre cada programa. De 15 em 15 dias, a programação regular será aberta com o vídeo introdutório da TV Escola, com duração aproximada de 20 minutos.

Os três primeiros dias da TV Escola – 4, 5 e 6 de setembro – terão um formato distinto da programação regular. Nesses dias será exibida uma amostra variada de vídeos, contemplando os diversos gêneros e temáticas que os programas da TV Escola deverão apresentar ao longo da sua fase experimental. A programação desses dias será reexibida nos dias letivos de semanas com feriados nacionais: os dias 4, 5 e 6 de setembro, 9, 10 e 11 de outubro e 30, 31 de outubro e 1º de novembro.

4/9 SEGUNDA		5/9 TERÇA		6/9 QUARTA	
001	Vídeo introdutório	20'	001	Vídeo introdutório	20'
002	Biosfera I	05'	002	Biosfera II	25'
003	Tchou tchou	10'	013	Matrioska	05'
004	E a velha a fiar	07'	014	Carros de bois	10'
005	Rocinha criança	25'	080	Mangue	25'
006	A dança dos quadrados	04'	015	A dança dos triângulos	04'
007	TV O. Geog. 1	05'	016	TV O. Geog. 2	05'
008	Animais nascidos de ovos	10'	017	Ritmos da natureza	05'
009	Mpingo I	25'	048	Rede Geral - Televisão e escolaridade	10'
010	Tôra, o entalhador	08'	009	Mpingo II	25'
011	A menina que viu o mundo de cima I	20'	018	O menor elefante do mundo	10'
012	A flor do mamulengo	13'	011	A menina que viu o mundo de cima II	20'
S1	Um Salto para o Futuro	60'	019	Pavão misterioso	10'
			S2	Um Salto para o Futuro	60'
			001	Vídeo introdutório	20'
			020	Mamíferos marítimos	27'
			021	Sombra e água fresca	08'
			022	Ilha das Flores	12'
			023	O Aleijadinho	22'
			024	A coruja e o ganso	11'
			025	TV O. Geog. 3	05'
			026	Use a sua imaginação	05'
			027	Um futuro melhor	24'
			028	O gato e o rato	10'
			011	A menina que viu o mundo de cima III	20'
			029	Noções de Coisas - A teia da vida	10'
			S3	Um Salto para o Futuro	60'

TV ESCOLA GRADE DE PROGRAMAÇÃO

Caráter experimental

11/9 SEGUNDA	12/9 TERÇA	13/9 QUARTA	14/9 QUINTA	15/9 SEXTA
039 Viagens de Leitura 1	047 Livros e Etc. I	055 Rede Geral 3	066 Retrato de um século	
040 Clac Matemática 1	051 Conversa de Professor -	057 Clac Matemática 2	031 Conversa de Professor -	
041 Clac História 1	Introdutório	058 Clac História 2	Introdutório	
	048 Clac Filosofia 1		068 Clac Ciências 2	
053 Cada menino é um menino II	050 Profissão doméstica	060 As meninas do Rio	070 Folias de Reis	
042 A fumaça misteriosa	051 Noções de Coisas - Bicharada	061 Desjeos animados	071 Vaquejada	
043 Por que usamos dinheiro?	052 Por que existem leis?	062 Por que precisamos uns dos outros?	072 Rap	
044 Subtração	053 Multiplicação	063 Divisão	073 Por que ler é importante?	
045 Qual o maior ser vivo?	054 O nascimento do filhote de baleia	064 A borboleta - Ciclo vital de um inseto	074 Descobrimos frações	
046 O povo Kimberley II	055 TV Tradição e Cultura I	065 TV Tradição e Cultura II	075 A abelha, um inseto social	
			076 Farmácia da selva	
55 Um Salto para o Futuro	56 Um Salto para o Futuro	57 Um Salto para o Futuro	58 Um Salto para o Futuro	
18/9 SEGUNDA	19/9 TERÇA	20/9 QUARTA	21/9 QUINTA	22/9 SEXTA
086 Viagens de Leitura 2	095 Livro e Etc. 2	104 Rede Geral 4	114 Modernismo: os anos 20	
087 Clac Matemática 3	096 Conversa de Professor	105 Clac Matemática 4	115 Conversa de Professor LP 1	
088 Clac História 3	Clências 1	106 Clac História 4	116 Clac Ciências 4	
	097 Clac Filosofia 2			
089 Antunes Filho I	089 Antunes Filho II	108 Galápagos: paraíso ameaçado	117 Duas palavrinhas	
090 Canções populares 2	099 Aboio e cantigas	109 Engenheiros e usinas	118 Cantos de trabalho	
091 Sorzinho em casa	100 Cuidado com estranhos	110 A pessoa mais importante (3 episódios)	119 Ópa, cretill (4 episódios)	
092 Linhas, ângulos, triângulos e quadriláteros	101 Círculos, semicírculos e arcos	111 Cilindros, prismas e pirâmides	120 Planos inclinados	
093 O crescimento dos filhotes	102 Animais nascidos de ovos	112 Animais autoproteção	121 A camuflagem da natureza	
094 Caçadores e bombardeiros	103 Triângulo dos corais	115 Florestas em extinção	122 Lucros do veneno	
59 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	61 Um Salto para o Futuro	62 Um Salto para o Futuro	
25/9 SEGUNDA	26/9 TERÇA	27/9 QUARTA	28/9 QUINTA	29/9 SEXTA
131 Viagens de Leitura 3	140 Livro e Etc. 3	149 Rede Geral 5	158 No tempo da 2ª Guerra	
132 Clac Matemática 3	141 Conversa de Professor	150 Clac Matemática 6	159 Conversa de Professor LP 2	
133 Clac História 3	Clências 2	151 Clac História 5	160 Clac Ciências 6	
	142 Clac Filosofia 3			
154 Uma pequena história do cinema: "Buster Keaton"	143 Sta. Marta: duas semanas no morro	152 Um sonho virado do avesso I	152 Um sonho virado do avesso II	
135 São João del Rei	144 Pardo misterioso	153 A flor do mamulengo	162 Circo Oi, Oi, Oi	
136 Direitos e deveres (3 episódios)	145 Eu ainda vou crescer	154 Com que cu pareço (3 episódios)	163 Não é divertido sentir raiva (3 episódios)	
137 Roldanas	146 Rodas e eixos	155 Trabalho conjunto	164 Para onde vão os balões perdidos?	
138 A evolução da vida 2 - Os vertebrados	147 Os anfíbios e suas características	156 Os répteis e suas características	165 Os mamíferos e suas características	
139 Um mundo, uma só voz II	148 O direito das nações indígenas	157 Mamíferos e marinhos	166 Um mundo, uma arte 1	
60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	
3/10 SEGUNDA	3/10 TERÇA	4/10 QUARTA	5/10 QUINTA	6/10 SEXTA
176 Viagens de Leitura 4	184 Livro e Etc. 4	193 Rede Geral 6	202 Novos rumos: o pós-guerra	
177 Clac Matemática 7	185 Conversa de Professor	194 Clac Matemática 8	203 Conversa de Professor LP 3	
178 Clac História 7	Clências 3	195 Clac História 6	204 Clac Ciências 8	
	186 Clac Filosofia 4			
170 Bandeirantes do século 20 II	187 Pré-história da pedra furada I	197 Ecologia (Leon Hirshman)	205 República Dominicana	
135 São João del Rei	188 Alinhavando uma vida melhor	198 Os cinco sentidos (3 episódios)	206 João de Barro	
180 De que tamanho é grande (3 episódios)	189 Não perca o equilíbrio (3 episódios)	199 Dá para sentir numa nuvem?	207 O paladar (3 episódios)	
181 Para onde vão a água da chuva?	190 Será que chove no deserto?	200 Animais vertebrados	208 Verão, inverno (3 episódios)	
182 As aves e suas características	191 Animais invertebrados	201 Mulheres no paraíso	209 Por que não cresce grama na lua?	
183 A marcha II	192 A marcha III		210 Um mundo, uma arte 2	
60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	
6/10 SEGUNDA	17/10 TERÇA	18/10 QUARTA	19/10 QUINTA	20/10 SEXTA
220 Viagens de Leitura 5	229 Livro e Etc. 5	237 Rede Geral 7	243 A era JK	
221 Clac Matemática 9	230 Conversa de Professor	238 Clac Matemática 10	242 Conversa de Professor LP 4	
222 Clac História 9	Clências 4	239 Clac História 10	246 Clac Ciências 10	
	231 Clac Filosofia 5			
214 Uma pequena história do cinema: Parte 2	232 Empurrando a barriga para o mundo	245 Alejadinho	247 Os segredos do delta	
224 Bola mágica + o maior tesouro do mundo	233 Sob o ditame do rude almagoso	246 Meio ambientalmente	248 Romeiros da guia	
225 Hora do lanche (3 episódios)	234 Brincando de matemática 1 (4 episódios)	247 Meu amigo canguru	249 Meu cachorro, meu amigo	
226 Brincando de aritmética I	235 E de energia	248 Brincando de aritmética 3	250 Brincando de aritmética 4	
227 E de ecologia	236 Famílias felizes 2	249 Ciclo alimentar e cadeias alimentares	251 Interdependência de plantas e animais	
228 Famílias felizes 3	237 Um Salto para o Futuro	244 A guerra do sol	252 Um mundo, uma arte 3	
60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	
9/10 SEGUNDA	24/10 TERÇA	25/10 QUARTA	26/10 QUINTA	27/10 SEXTA
262 Viagens de Leitura 6	271 Livros e Etc. 6	280 Rede Geral 8	289 Nasce a República	
263 Clac Matemática 11	272 Conversa de Professor	281 Clac Matemática 12	290 Conversa de Professor LP 5	
264 Clac História 11	Clências 5	282 Clac História 12	291 Clac Ciências 12	
	273 Clac Filosofia 6			
265 Letras de um alfabeto I	265 Letras de um alfabeto II	283 50 anos de Pelé I	283 50 anos de Pelé II	
266 Carro de bois	275 Aruanda	284 A velha a fiar	293 Sob o ditame do rude almagoso	
267 O pão (2 episódios)	276 O café da manhã (3 episódios)	285 Os sapatos novos (2 episódios)	294 O tesouro do fundo do mar	
268 O colecionador de sons	277 O rato da cidade e do campo	286 Vento	295 Chuá	
269 A grande ameaça	278 Paraíso perdido (2 episódios)	287 O mar	296 Alexandre e a boa saúde	
270 Rebeldes do mundo esquecido	279 Medicina verde I	288 Medicina verde II	297 Um mundo, uma arte 4	
60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	60 Um Salto para o Futuro	

Número que antecede cada título corresponde ao código do programa
 Letras de programas seguidos de números arábicos indicam o título do programa de uma série

- Os títulos acompanhados de algarismos romanos indicam que o programa foi dividido em duas ou três partes, que serão exibidas em dias consecutivos, na sua respectiva faixa
- A duração dos programas - indicada em minutos - é sempre aproximada

ANEXO 3

PROJETO EUREKA

Eureka Hoje

Publicação do Programa EUREKA, Nº0 - Novembro de 1995

Histórico do Projeto - pág. 3

Formação dos Educadores - pág. 2

**Professores do Eureka participam do VII
Congresso Internacional Logo - pág. 6**

Experiência do Logo na FUMEC - pág. 5

**EMPG "Júlio de Mesquita Filho" realiza o sonho do
Laboratório pronto - pág. 4**

**EMEI "Agostinho Pátaro" realiza Feira
de Livros e Informática - pág. 6**

Contando História - pág. 8

EDITORIAL

Há quase 7 anos uma professora de pré-escola da rede municipal foi convidada por nós a fazer um curso de informática educativa na UNICAMP a fim de iniciar um projeto com a rede municipal de ensino. Nesse mesmo ano começou a levar seus alunos ao laboratório da UNICAMP para trabalharem no computador com a linguagem Logo. Nascia assim o Programa Eureka, fruto de uma parceria entre a SME e o LEIA com o duplo objetivo de formar e garantir uma estrutura de apoio ao professor para usar o computador como instrumento pedagógico, especialmente o Ambiente Logo, que é um ambiente criativo para o professor e o aluno. Nesses anos tivemos muitas dificuldades de implantar a infra-estrutura física mas a dedicação e perseverança dos professores e o entusiasmo dos alunos sustentou o programa. Agora, no momento de expansão dessa pedagogia para toda a rede municipal de primeiro grau e ensino supletivo desejamos criar através deste boletim um canal de comunicação entre as escolas. Neste primeiro número colaboraram vários professores das escolas pioneiras. Esperamos nos próximos números contar com a sua colaboração.

EUREKA HOJE

Publicação do Programa Eureka.

Jornalista Resp.: Soraia Viana

RP. 772/04/91 GO

Fotos: Isabela C. Lula

Antoninho Perri

Pref. Munic. Campinas

Diagramação: Alexandre D.

Trindade

FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Em julho, 25 profissionais da Rede e Fumec participaram do curso "O Computador como Instrumento Pedagógico I", que foi realizado no laboratório da EMPG Dulce Bento Nascimento, para os que não tinham tido nenhum contato com a Linguagem. No mesmo mês, outros 20 profissionais que já faziam parte do Programa Eureka, participaram do "O Computador como Instrumento Pedagógico II" no LEIA/UNICAMP. Esse curso foi ministrado pelas pesquisadoras do NIED/UNICAMP, Fernanda M. Freire Barreira e Maria Cecília Martins.

A partir daí, iniciou-se o processo de expansão do Programa com o curso "O Computador como Instrumento Pedagógico I" com quatro turmas no mês de agosto e setembro. Foram atendidos 90 profissionais da educação divididos em oito turmas de professores, duas turmas de Orientadores Pedagógicos, e uma específica para professores da Fumec.

Em outubro e novembro, iniciou-se outro curso para outras quatro turmas, somando mais de cem educadores. E mais, paralelo a estas turmas, foi oferecido o mesmo curso para duas turmas de especialistas e uma turma específica da Fumec.

Ao término de cada curso, os participantes fazem uma avaliação do curso com relação a diversos aspectos,

como: dinâmica, conteúdo, material, entre outros.

Estas avaliações têm sido bastante positivas, cerca de 80% dos professores tem considerado bom o curso. Através de sugestões e críticas, a Equipe de Instrutores (veja quadro ao lado) coordenada pela Profª Afira Vianna Ripper e com assessoria de profissionais ligados ao NIED/UNICAMP, tem procurado aperfeiçoar e melhorar a qualidade dos cursos.

Em resumo, como parte do módulo intensivo do Programa Eureka, desde o início do segundo semestre, foram oferecidos os cursos



de formação para professores e especialistas. Um total de 11 turmas, o que significa aproximadamente 300 educadores da Rede Municipal de Campinas e Fumec.

De acordo com Maria Cândia Muller, da E.A., o curso I, para iniciantes continuará sendo oferecido. "Nossa intenção é atender todos os educadores interessados em participar do Programa. Além disso, os cursos II e III, passarão a ser oferecidos nos moldes do curso I, ou seja, durante os semestres letivos, em períodos diversos, para que os professores possam participar".

EQUIPE DE INSTRUTORES NO SEGUNDO SEMESTRE DE 95.

Aimar Shimabukuro.....Bolsista RHAÉ - UNICAMP
Kátia Regina Scomparin.....EMEI Unicamp e Fumec
Marcos A. T. Bonani.....EMPG Padre Francisco Silva
Maria Alda Bockelmann.....Fumec
Maria Cândida Muller.....E.Apoio
Marta B. A. Drummond.....EMPG Dulce Bento Nascimento
Núria O. Blanch.....EMPG Fumec Júlio de Mesquita Filho
Sílvia Helena Pezzin.....EMEI Agostinho Pátaro

O Programa Eureka foi concebido como uma parceria entre a Prefeitura e a UNICAMP com o intuito de viabilizar a implantação, na Rede Municipal de Ensino e Fumec, do uso do computador como instrumento pedagógico a partir da experiência da UNICAMP na área. O objetivo é a criação de uma metodologia de absorção e apropriação desta nova ferramenta didática pelos educadores da rede que possa ser reproduzida com outras tecnologias e em outros sistemas escolares.

A Prefeitura e a UNICAMP mantêm um convênio amplo abrangendo os setores de saúde, educação, habitação, etc. Apesar do primeiro curso de formação para educadores ocorrer em 1990, só em maio de 1994 foi assinado um aditivo específico entre a Prefeitura e a UNICAMP para desenvolver o Programa Eureka.

Embora a proposta original do Eureka já visava a criação de laboratórios de informática em toda a rede municipal, ela ficou inicialmente restrita às EMPGs "Júlio de Mesquita Filho" e "Dulce Bento Nascimento" e a EMEI. "Agostinho Páttaro". Mais tarde a EMPG "Padre Francisco Silva" e a EMEI da UNICAMP aderiram ao Eureka. Vale ressaltar que o interesse do corpo docente foi sempre o fator preponderante para a manutenção do projeto e a infra-estrutura física configurou-se como o fator limitante de sua expansão.

Com a decisão política da atual gestão da Prefeitura de instalar laboratórios de informática nas 36 EMPG, professores do ensino fundamental, de suplência e de educação de jovens e adultos estão se engajando no Programa.

O Eureka é essencialmente um programa de formação continuada que permite aos educadores da rede apropriarem-se, de forma crítica e criativa, da informática em suas atividades pedagógicas. Ele está estruturado em dois módulos: o *Intensivo* com imersão na filosofia Logo e aquisição de técnicas envolvidas em sua aplicação através de cursos oferecidos pela Escola de Extensão / Faculdade de Educação da UNICAMP; e o módulo *Extensivo*, uma estrutura de suporte ao professor, num primeiro nível na própria escola (*Grupo de Trabalho*) e, num segundo nível, na rede municipal como um todo (*Grupo de Trabalho por Área, Grupo de Monitores*, oficinas e seminários).

A fim de operacionalizar estes módulos foram criadas as *Equipe de Apoio*, vinculada à Coordenadoria de Projetos Especiais da SME, e *Equipe de Instrutores*, para ministrar os cursos do Módulo Intensivo, formadas por professores da Rede e da Fumec integrados no Programa Eureka. A



Prof. Afira V. Ripper, coord. do Programa Eureka

Comissão de Educação e Informática da SME é responsável pela formulação da política do Programa Eureka além de supervisioná-lo e avaliá-lo. A coordenação do programa é da profa. Afira V. Ripper, sua idealizadora.

O Programa Eureka que desde 1990 se apoiava em alguns professores que acreditaram na proposta do Logo e aceitaram esse desafio, hoje conta com um grupo de professores organizados em quase todas as escolas da rede e com uma estrutura municipal que encampou a implantação do programa.

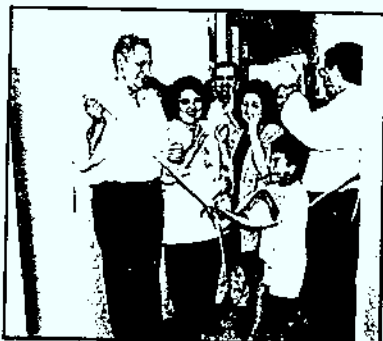
É importante ressaltar o apoio do Programa RHAÉ, do Ministério de Ciência e Tecnologia, cujas bolsas desde 1990 permitiram inclusive a formação de uma equipe de apoio antes da SME incorporar essa idéia; da FINEP, financiando a expansão atual e da IMA, possibilitando a instalação dos primeiros laboratórios e participando ativamente na expansão do programa para toda a rede.

4 REALIZANDO O SONHO

A escola Júlio de Mesquita foi a primeira escola a ser convidada para participar do Programa Eureka. Desde 1994, seu laboratório estava montado, só não foi entregue por causa da rede elétrica que não era adequada.

Mesmo assim, os professores que fazem parte do Programa, trabalhavam a filosofia Logo com os alunos, mesmo sem os computadores. "A lousa virava tela do computador" conta a professora Maria Therezinha P. Amaro. Quando o laboratório ficou pronto, os alunos já tinham uma certa intimidade

com a linguagem, que já vinha sendo trabalhada com eles. Por outro lado, as constantes reuniões não só integrou os professores da rede com os da Fumec, como também possibilitou discutir as questões que angustiavam. Para a coordenadora do GT, as trocas de experiências foram momentos muito importantes para o grupo.



Maria Therezinha P. Amaro

"Durante quase cinco anos, nós acalentamos um sonho: ver funcionar na íntegra o Programa Eureka. Isso porque durante esse tempo, nós nos reunimos para Gts, Gtas, cursos intensivos, seminários, workshops e oficinas, mas não podíamos levar nossos alunos ao laboratório, pois apesar de estar pronto, a instalação elétrica do prédio era inadequada.

Finalmente, depois de muitas reivindicações, ações dos Pais, do Conselho da Escola, dos Professores, da Comissão de Informática e da Equipe de Apoio. Houve afinal uma reforma na rede elétrica e reparos no telhado. Durante esses anos, quantos professores se cansaram de esperar, saíram, foram para outros projetos, outros ainda duvidavam que ele fosse acontecer. Mas um grupo fiel ao Programa resistiu e acreditou. E finalmente desde 14/07/95 temos nosso laboratório!"

Relatório da primeira aula de computador.

Eu nunca tinha visto um computador antes, achei muito bom, foi uma experiência ótima e espero ter mais aulas, porque gostei muito.

Fiquei com medo de mexer porque não tinha a menor idéia de como era mas foi muito bom. Só que o difícil era fazer aquela tartaruga

andar para frente e para traz, e faze-la virar para a direita e para a esquerda, pedir para ela não usar lápis e usar borracha.

Vou terminar o meu relatório agradecendo a professora por nos dar esta chance para todos nós.

OBRIGADO MESMO!!

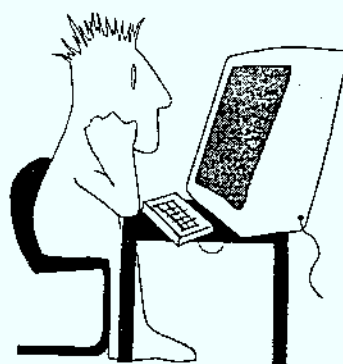
**Juarez PBB II
(Profª. Nuria)FUMEC
E.M.P.G. "Júlio de Mesquita
Filho"**

EMEI UNICAMP

O programa existe na EMEI há três anos e agora a maior parte dos profissionais está envolvida (monitores e professores). Trabalhamos com o MSX e os micros ficam nas salas de aula, atualmente seis salas já fazem uso do computador no seu dia-a-dia.

O grupo, além de se aprofundar na parte de programação, está preparando vários jogos que ajudam no trabalho com as crianças, assim asseguramos que toda a turma esteja envolvida com o Logo num determinado momento do dia.

Para a exposição que será realizada na EMEI no final do ano teremos um cantinho onde serão mostrados aos pais e para a comunidade o trabalho que está sendo desenvolvido no computador com a filosofia Logo.



O LOGO NA FUMEC

Desde 1990 a FUMEC participa do Programa Eureka. É um dos nomes que tem encampado a filosofia Logo nas salas de aula é a professora Maria Alda Bockelmamm. Ela trabalha com alunos de idade entre 15 e 60 anos e considera que o uso do computador como ferramenta do processo

educativo possibilita que eles atuem como agentes na construção do conhecimento. Assim, hoje a filosofia Logo já faz parte da rotina do trabalho nas salas de aulas.

A professora explica que o computador é usado nas aulas das cinco disciplinas ministradas na FUMEC. "Nossa tarefa tem sido construir uma prática pedagógica pioneira que permita alcançar os objetivos do curso, como avaliar o uso da linguagem Logo" acrescenta Maria Alda.

Algumas das experiências com o ensino através de computador que Maria Alda teve com seus alunos merecem destaque, como a que ocorreu na área de ciências, quando os alunos

puderam entender "passo a passo" as estações do ano, com a observação e registro da temperatura, tempo e fases da lua. Para esta atividade, os próprios alunos construíram

gráficos explicativos.

Em outro momento, envolvendo as áreas de geografia e matemática, os alunos aprenderam a lidar com



uma linguagem nova até então para eles, a dos mapas. Inicialmente discutiam significado dos mapas, e em seguida eles relacionavam Estado, País e Município através de uma representação gráfica.

Nesses dois casos, as atividades foram desenvolvidas no computador, onde sempre ocorre uma interação entre aluno, atividade e colega. A prof. Maria Alda faz questão de ressaltar que, com o ambiente Logo, o envolvimento do aluno com sua atividade é total, não há isolamento. Além desse processo de socialização, é interessante como também ocorre o processo de valorização da auto-estima.

GRUPO DE TRABALHO E GRUPO DE MONITORES

O Programa Eureka na sua fase de expansão está reestruturando o funcionamento de algumas de suas instâncias. O grupo de trabalho (GT), âncora do Programa, continua sendo o espaço principal de discussão dos professores em suas reuniões semanais (3h/a). Os monitores dos GT's reúnem-se às sextas-feiras com a equipe de apoio, para informes necessários ao andamento do Programa, e discussão dos aspectos pedagógicos.

CONTAGEM 5 REGRESSIVA

A EMPG Padre Francisco Silva no Jardim Londres está em contagem regressiva. Desde outubro de 1992 que participa do Programa Eureka e o laboratório deverá ser entregue até o final do ano. A sala está quase pronta, ainda faltam o ar condicionado e os estabilizadores. Segundo a Prefeitura Municipal, está sendo providenciado a abertura de licitação para a compra desse equipamento através do Projeto Impacto.

A escola tem cerca de 30 professores, sendo que dez deles fazem parte do Programa Eureka. Mesmo antes da entrega do laboratório, esses professores, juntamente com os da Fumec, vêm trabalhando com o construtivismo, filosofia que norteia a linguagem Logo.

Marcos Ponani, coordenador do GT, acredita que no próximo ano, mais professores participarão do programa. Para ele "a necessidade e a pressão dos pais, alunos e até mesmo dos professores, acabará influenciando quem ainda não está no programa". Hoje, além dos professores da rede, dois professores da Fumec também participam do programa.

Quando o laboratório for entregue, cerca de 300 alunos utilizarão os 16 computadores da escola. Professor Marcos conta que enquanto esperam pelo laboratório os professores procuram aplicar em sala de aula o que aprendem e discutem nas reuniões do GT.

6 FEIRA DE LIVROS E INFORMÁTICA NA EMEI "AGOSTINHO PÁTARO"



No dia 17 de novembro, a EMEI Agostinho Pátaro realizou a 3ª Feira de Livros e Informática. Novamente foi um sucesso. Crianças com seus pais, visitaram a escola, participando das diversas oficinas preparadas para o evento.

Cerca de 200 pessoas visitaram as oficinas de papel reciclado, confecção de livros e jogos infantis e ainda uma vasta exposição desses materiais. Ainda como parte das atividades, foi preparado o cantinho da Informática.

Em dois computadores, os alunos puderam mostrar seus projetos com o Logo para os pais e participantes da feira, além de outras crianças, que ainda não conheciam puderam experimentar "mexer com a tartaruginha do Logo".

Para a Diretora, Rosalind Ferreira Drago, essa é uma boa oportunidade de abrir a escola para que a comunidade conheça o trabalho desenvolvido ali. Segunda ela, nesse ano a feira procurou dar bastante ênfase à leitura. Prova disso é o espaço da escola reservado para a biblioteca, com empréstimo dos livros pelas crianças. Um projeto que está sendo encampado pelas EMEIs.

A prof. Afira Vianna Ripper, coordenadora do Programa Eureka, levou o prof. Bruno Vitale, da Universidade de Genebra, para conhecer o trabalho da escola.

Para animar ainda mais a Feira, que até parecia uma festa, o ator, Paulo Morais, contou história e brincou as crianças e os adultos.

VII CONGRESSO INTERNACIONAL LOGO

Realizado de 6 a 9 de novembro último, em Porto Alegre R/S, teve a participação do Programa Eureka através comunicação da profª Afira Vianna Ripper "O instrumento e outro na construção do conhecimento - Análise do Ambiente Logo" e dos posters das profas. Martha B. A. Drummond (EMPG Dulce B. Nascimento) "Experiência em animação com o Logo" e M. Alda Bockelmann (FUMEC) "Experiência na construção do Ambiente Logo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos".

Estas professoras montaram no stand do Eureka cartazes explicativos do trabalho de seus alunos e de alunos da EMPG "Júlio de Mesquita Filho" e das EMEIs "A. Pátaro" e UNICAMP.

Em um MSX mostraram programas dos seus alunos e dos alunos da profa. de Ciências da EMPG Dulce B. Nascimento, Valéria Miranda Catarino.

O prof. Seymour Papert, presidente de honra do congresso, enfatizou a necessidade de rever o processo educativo "...em algum lugar do futuro veremos grandes mudanças na escola...".

Para a profª Kátia Scomparin da EMEI UNICAMP que também participou do evento, ele foi importante por ter levantado questões interessantes como a responsabilidade dos educadores na formação do "novo" na sociedade, especialmente a mudança de cultura que envolve também os pais; como disse Papert: "Plantem uma semente de dúvida na cabeça dos pais".

EVENTOS

O Programa Eureka está cada vez com mais atividades, porque um número cada vez maior de professores participam dele. Durante o ano de 95, o Eureka desenvolveu e participou de uma série de eventos.

- Em abril foi realizado o Workshop na EMPG Pe. Francisco Silva com cinco stands sobre diversos assuntos ligados à informática e ao Logo.

- Em maio, houve uma oficina de Lego-Logo com o Prof^º João Vilhete- NIED/UNICAMP.

- Em junho, uma oficina de Música que foi oferecida pela Prof^ª Cecília Martins-NIED/UNICAMP.

- Em agosto, teve início o 1º Módulo de Linguagem Logo, ministrado pela Prof^ª Fernanda P. Freire-NIED/UNICAMP.

- Em seguida, em outubro a Prof^ª Elisabeth B.B. Prado também do NIED/UNICAMP, ministrou o IIº Módulo Linguagem Logo.

Essas oficinas do Eureka fazem parte do Módulo Extensivo do Programa e são um momento de aprofundamento em Linguagem Logo.

- No mês de outubro, devido ao interesse demonstrado pelos professores da EMPG Júlio de Mesquita Filho, foi oferecida ao grupo de trabalho desta escola, a Oficina Lego-Logo.

- Em novembro, de 12 a 17 o professor Bruno Vitale, da Universidade de Genebra, Pesquisador do Centro de Psicopedagogia de Genebra visitou Campinas. Ele desenvolve trabalhos na formação de professores na área de ciências e matemática com o Logo. Aqui, ele ministrou palestras e organizou duas oficinas para

professores do Eureka, sobre o desenvolvimento de modelos científicos com o Logo. O professor ainda visitou a E.M.P.G. Dulce B. Nascimento, A. Pátaro, e ainda classes da FUMEC.

- Em dezembro será oferecida a Oficina do Escritor (Prof^ª Fernanda P. Freire), nos dias 13 (19 às 22:30) e 14 (9 às 12:30), no LEIA / UNICAMP.

Todas as primeiras quartas-feiras do mês são realizadas as reuniões da Comissão de Educação e Informática (CEI), sempre às 9 horas no 9º andar da Prefeitura. Participam dessas reuniões as cinco escolas que fazem parte do Programa Eureka, além de representantes da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Governo e IMA (Informática dos Município Associada).

Eventos Externos

Alguns professores do Eureka apresentaram seus trabalhos em Oficinas e Congressos:

Prof^ª Valéria Miranda Catarino da EMPG D. Bento Nascimento apresentou a Oficina "Logo no ensino de Ciências", nas Oficinas Pedagógicas de Ensino Fundamental.

Prof^ª Maria Alda Bockelmann da Fumec e a Prof^ª Martha B. A. Drummond da EMPG Dulce B. Nascimento, participaram do VII Congresso Internacional Logo e I Congresso de Informática Educativa do Mercosul / Porto Alegre/RS.

Vencer o Desafio

Professora Valéria Miranda Catarino leciona ciências e monitora o grupo de trabalho da EMPG 'Prof^ª Dulce Bento Nascimento'. Seu primeiro contato com o Eureka, no início de 1994 foi nas reuniões do GT, com professores de história, matemática e educação artística de 5ª a 8ª série, além de professores da FUMEC, que já usavam o computador como ferramenta de trabalho.

Ela conta como tem usado a informática como recurso educacional, como o uso da linguagem Logo tem permitido uma reflexão e depuração da sua prática.

"Num primeiro momento, senti que meu trabalho tinha um papel unicamente instrucionista, isto é, a ferramenta servia como suporte, onde eram desenvolvidas atividades que apenas complementavam as dadas em sala de aula. Hoje o computador tem auxiliado o processo de construção do conhecimento. Tal auxílio permitiu uma série de mudanças em minha metodologia de ensino. Realizo meu trabalho através da proposição de tarefas em torno de um determinado assunto que acaba se transformando em um tema de projeto. A ação é sempre associada ao uso de outras ferramentas como: material para levantamento bibliográfico e pesquisa, uso de sucata, estudo do meio e observação de exemplares relacionados aos temas.

Através do uso do computador, dentro da filosofia Logo, os alunos têm executado e vivenciado experiências que lhes dão liberdade de ação para apropriação de conteúdos. O educando deixa de encarar o erro como algo negativo, passa a vê-lo como um desafio a ser vencido".

É sempre bom conhecer como as coisas começaram, especialmente, quando estamos iniciando um novo trabalho. Por esta razão, vale a pena saber um pouco sobre como a informática começou a entrar nas escolas brasileiras...

Havia um movimento neste sentido em alguns países e isto acabou chegando por aqui por conta do intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, principalmente, dos Estados Unidos. Um destes pesquisadores foi Seymour Papert criador da linguagem Logo. Que durante a década de 70 esteve presente na Unicamp, ministrando cursos e palestras.

Em 1979 o governo brasileiro, influenciado por este movimento, criou a Secretaria Especial de Informática com o objetivo de discutir a questão da informatização das escolas brasileiras. Com o apoio de órgãos como o MEC, o CNPq e a FINEP, a SEI promoveu dois seminários em que reuniram-se especialistas para debater a conveniência ou não de se utilizar o computador como instrumento no processo ensino-aprendizagem. O resultado destes encontros foi a definição de uma política a ser utilizada pelo governo brasileiro para implantar a informática na educação.

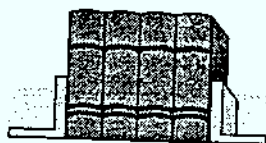
A fim de estudar e discutir os possíveis benefícios desta linha de trabalho pedagógico foram submetidos 26 projetos de instituições de ensino superior visando a criação de centros pilotos em Universidade brasileiras. Estes projetos foram analisados por um Comitê Assessor da Comissão Especial de Informática que selecionou 5 deles: da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nascia assim o Projeto EDUCOM.

Embora não fôsse o único objetivo do EDUCOM o preparo de professores para usar o computador com finalidades educacionais era de extrema importância para o seu sucesso. Nesta perspectiva, o EDUCOM desencadeou todo um processo de disseminação da Informática na Educação, culminando com a realização do primeiro curso de capacitação de professores na área: o FORMAR I sediado pela UNICAMP em 1986.

Como efeito deste primeiro curso oficial foram criados centros de informática em diversos estados do país (CIEDs, DIEDs, CIETs, CIES etc.) que passaram a desenvolver uma política de Informática na Educação voltada para as necessidades e particularidades de cada região. Com a expansão destes centros, ocorreu uma mobilização também a nível municipal.

O Programa EUREKA situa-se neste panorama: possui uma história particular que estabelece metas e diretrizes. A oportunidade que as escolas de Campinas estão tendo não surgiu do nada: é fruto do esforço, do trabalho e da dedicação de vários profissionais que possibilitaram a emergência e a concretização da Informática na Educação.

Maria Elisabette B.B. Prado e Fernanda M. P. Freire



ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

LIVROS

- GOMES, Leandro de Campos. Pequena História do computador. São Paulo, Contexto, 1988.
- KAWAMURA, Lili. Novas tecnologias e educação. São Paulo. Ed. Ática, 1990
- PAPERT, S. Logo: computadores e educação; trad. J. A. Valente, B. Bitelman e A.V. Ripper. São Paulo: Ed. Brasiliense; 1985.
- PAPERT, S. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática; trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- VALENTE, J. A. (org.) Computadores e conhecimento; repensando a educação. Campinas (SP), Central Gráfica da UNICAMP, 1993.
- VALENTE, J. A. Liberando a mente: computador na educação especial. Campinas, UNICAMP, 1991.
- ### TESES E DISSERTAÇÕES
- FERRAMOLA, Renata. "O computador na escola: uma discussão" (Mestrado) Campinas - Faculdade de Educação, UNICAMP, 1991.
- GARCIA, Maria F. " Ambiente Logo e interdisciplinariedade: a concepção dos professores". (Mestrado) Campinas Faculdade de Educação, UNICAMP, 1995.
- GIRAFFA, L. M. M. Reflexões asobre o computador na escola. (Mestrado). Porto Alegre. Faculdade de Educação, PUC. 1991.
- MORAES Raquel de A. Educação e Informática no Brasil: 1937 a 1989 - o processo decisório da política no setor. (Mestrado) Campinas - Faculdade de Educação, UNICAMP, 1991.

ANEXO 4

**REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

MANUAL DOS PROFESSORES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

A ESCOLA DE CRIANÇA É NOVA



O INÍCIO DAS AULAS



Este é o primeiro volume de uma série de quatro volumes que se destinam a proporcionar aos professores do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, uma oportunidade de atualização profissional. Os professores do ensino médio, pais e da comunidade em geral, são convidados a ler e discutir este livro.

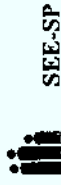


Governo do Estado de São Paulo
Governador: Mário Covas



Secretaria de Estado de Educação
Secretária: Rose Neubauer

Realização



Secretaria de Estado de Educação de São Paulo
Praça da República, 53
01045-903 • São Paulo • SP
Tel.: (011) 255 4077



Centro de Criação de Imagem Popular
Largo de São Francisco de Paula, 34
20051-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 224 4565 e 224 3812
Fax: 252 8604 • Email: cecip@ax.acp.org

Direção de Arte e Ilustrações
Claudius Ceccon

Texto Base

Equipe da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) com assessoria do grupo de representantes dos órgãos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP): Gabinete, Assessoria Técnica de Planejamento (ATPE), Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI), Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGES), Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP).

Texto Final

Claudius Ceccon e Maíza Edmir

Editoração Eletrônica

Cristiana Lacerda

Digitação

Iracema Gomes e Emerson Guimarães

Revisão

Regina Protásio

Fevereiro, 1996

EDUCAÇÃO PAULISTA: CORRIGINDO RUMOS

A ESCOLA DE CARA NOVA



O INÍCIO DAS AULAS

Apresentação

Professora, professor

O início do ano é um momento mágico, em que se abre a chance de, em vez de continuar fazendo tudo sempre igual, ousar, pesquisar, descobrir, criar na escola e na sala de aula — ir além. É a hora de tomar grandes decisões: “este ano vou investir ao máximo em mim e nos meus alunos, vou aproveitar todas as oportunidades de crescer profissionalmente, de me aperfeiçoar com a experiência alheia, de aprender com acertos e erros — meus e dos outros”. Afinal, professor não é só o que ensina, mas o que aprendeu a não parar nunca de aprender e contamina seus alunos com esta atitude.

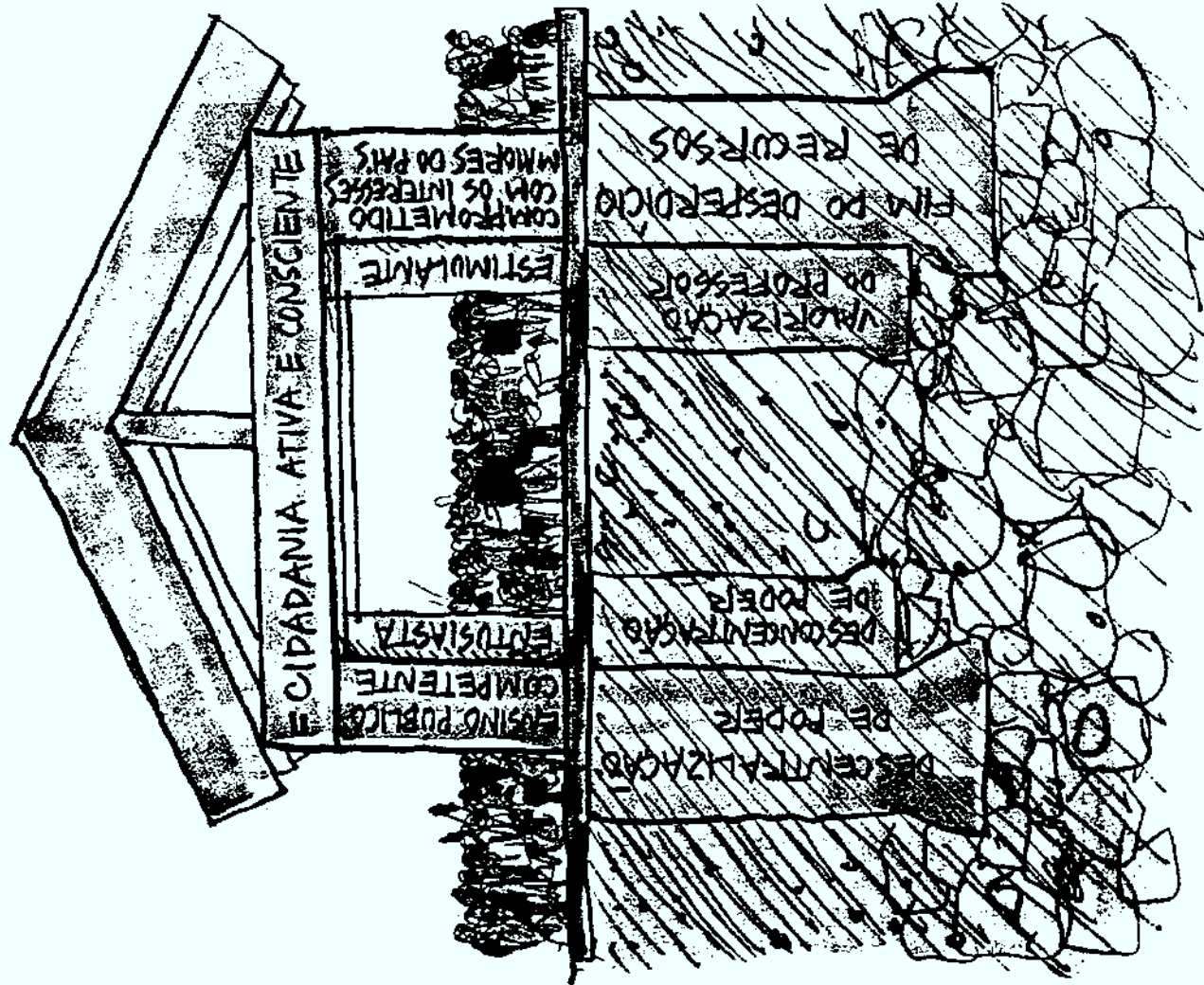
Esta publicação, que acompanha uma outra destinada aos diretores, oferece sugestões para fazer das primeiras semanas de aula uma alavanca que impulsionará o restante do ano. Você, na certa, já conhece e aplica a maioria das recomendações aqui apresentadas. Elas têm sido aprovadas por centenas de escolas e professores, que conseguem produzir o sucesso de seus alunos em redes públicas de ensino.

Vale a pena discuti-las com seus colegas, na semana de planejamento. Só vocês, professores, podem dar vida a recursos didáticos, metodologias, conteúdos e, com o apoio da equipe técnico-administrativa da escola, fazer com que as esperanças e sonhos dos alunos se concretizem em uma escola de qualidade.

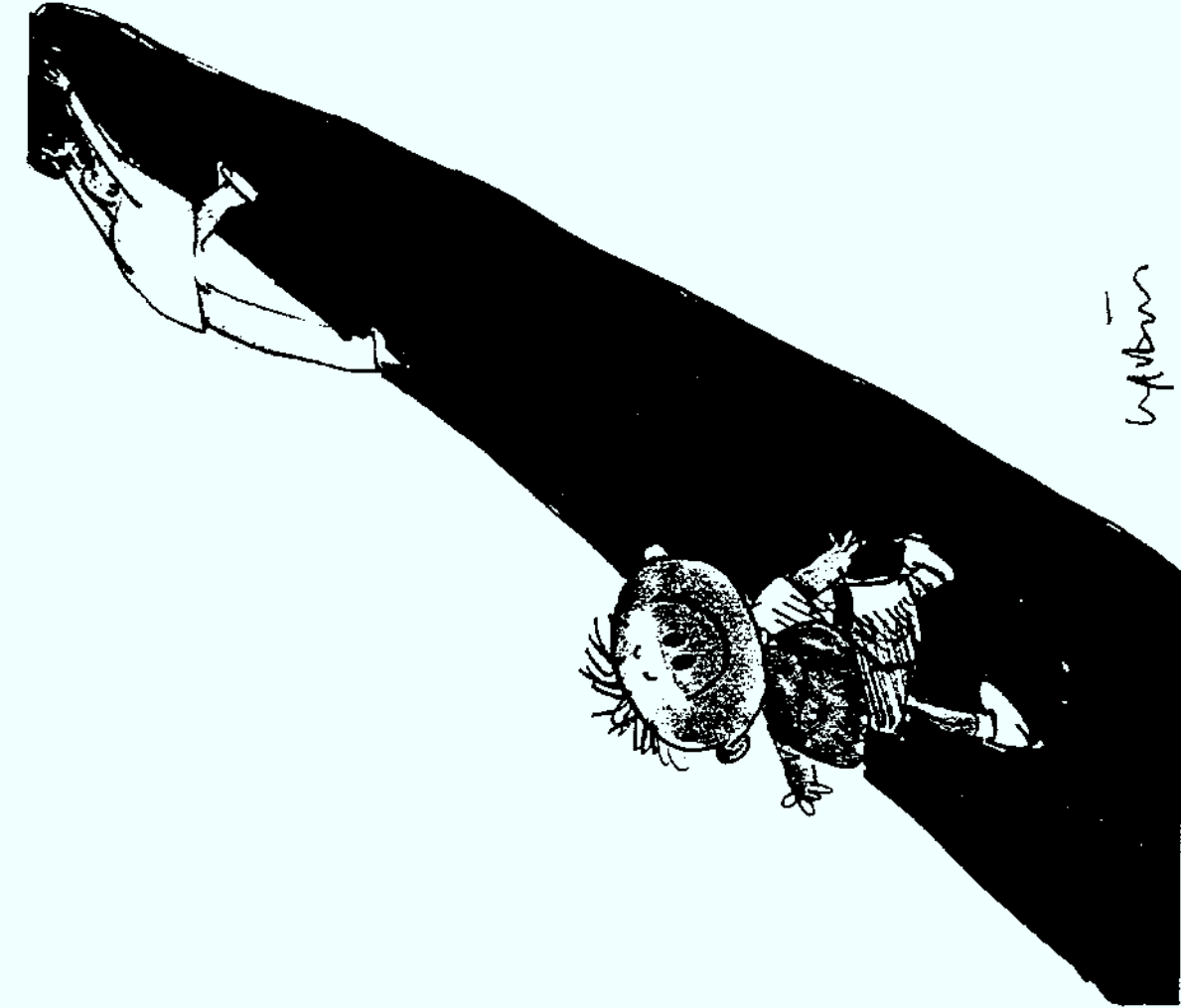
Bom trabalho e um feliz ano letivo!

Rose Neubauer

Secretária de Estado da Educação de São Paulo



Como receber bem os alunos ... e seus pais



Os primeiros dias de aula podem determinar se os alunos vão ser capazes ou não de desenvolver uma relação positiva com a escola, com seus professores e colegas.

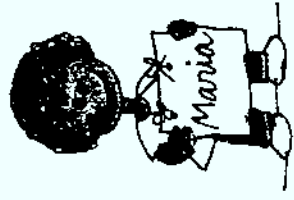
Algumas estratégias simples garantem uma recepção calorosa aos alunos, que irá favorecer sua integração ao processo pedagógico.

1. Boas-vindas aos alunos de Ciclo Básico a 4ª série

Os diretores de escola estão sendo orientados a escalonarem a chegada dos alunos, permitindo que cada grupo receba atenção especial.

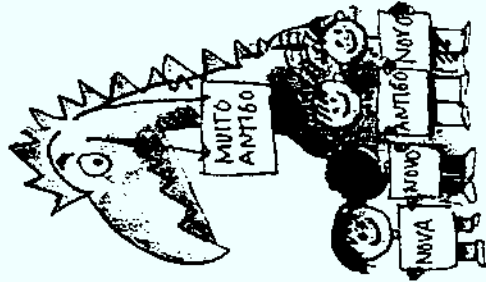
No primeiro dia, é importante receber apenas os alunos novos de Ciclo Básico, os de Ciclo Básico de Continuidade vindos de outras escolas e seus pais.

- Faça um passeio com os alunos novos e seus pais pelas dependências da escola. Mostre cada dependência, explicando seu uso e apresentando os funcionários que ali trabalham.



- Deixe os pais e mães à vontade para passarem o primeiro dia de aula junto com seus filhos, participando das atividades, conhecendo melhor a escola e a forma como você trabalha.

- Promova o entrosamento entre os alunos através de jogos e brincadeiras, como jogos com crachás, jogos interativos usando cordas e bambolês, rodas cantadas, jogos dramáticos, desenhos, modelagem ou pintura em grupo. Todas estas atividades ajudam as crianças a se desinibirem e a se familiarizarem com a turma.



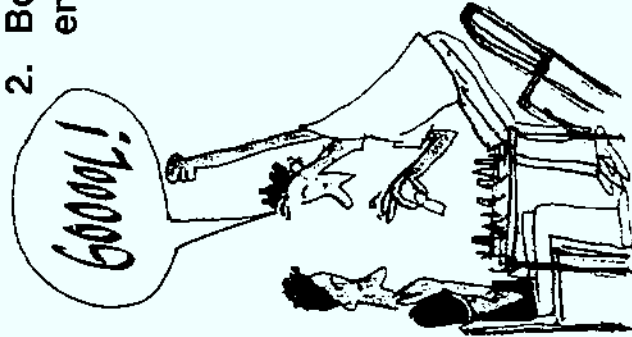
No segundo dia, chegam os alunos antigos de Ciclo Básico em Continuidade e os de 3ª e 4ª novos.

No terceiro dia, os antigos destas mesmas séries. As atividades sugeridas acima também podem ser realizadas com eles, além de outras, que a equipe escolar irá preparar.

2. Boas-vindas aos alunos de 5ª série em diante

Também quando se recebem na escola adolescentes e jovens — e mesmo adultos do Curso Supletivo — é importante reservar um dia para a chegada dos novos e outro para a dos veteranos. A estratégia permite organizar, melhor, atividades que promovam o entrosamento de todos, como:

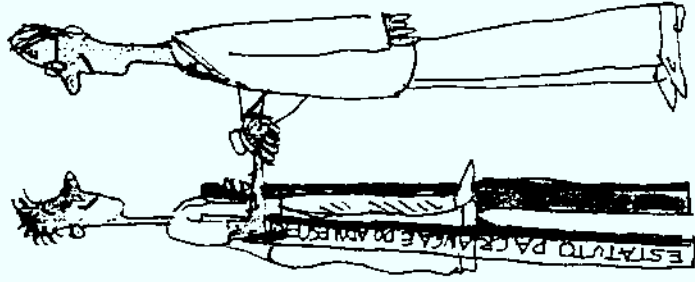
- visitas orientadas às dependências da escola;
- campeonato de xadrez e damas;
- dramatização;
- gincana cultural;
- sessões de vídeo.

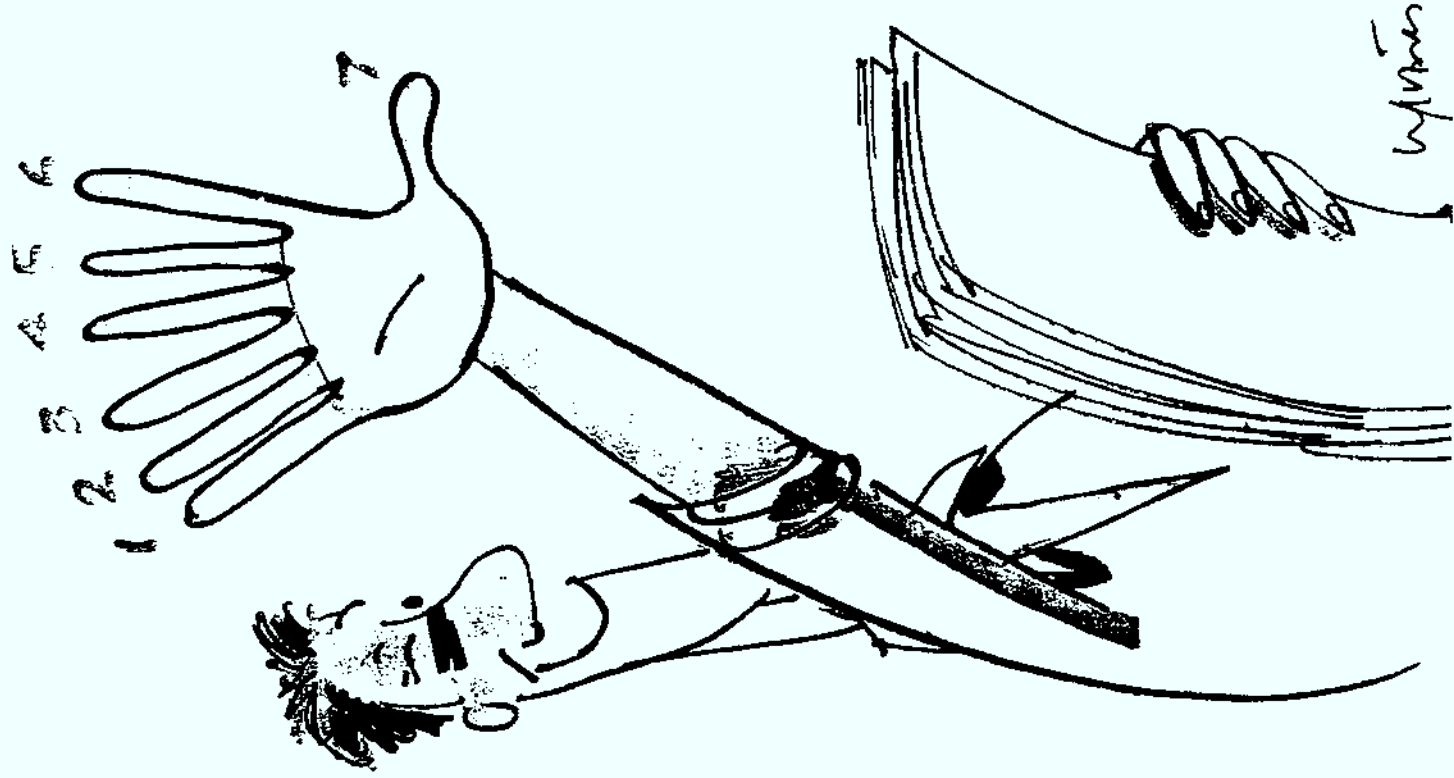


Estas atividades podem ser planejadas pelos professores com os novos para receber os veteranos, ou ao contrário, são os antigos a prepararem a recepção aos demais. Reserve, também, espaço para as apresentações, onde os alunos poderão falar sobre o que gostam de fazer, as escolas que frequentaram, seus interesses e expectativas.

3. Dicas que valem para alunos de todas as idades

- Mesmo que você lecione em muitas turmas, faça um esforço para memorizar os nomes dos alunos. Chamá-los pelo número é despersonalizá-los. Chamá-los pelo número é despersonalizá-los e comprometer sua auto-imagem. O uso de crachá nas primeiras semanas pode ajudar muito.
- Mostre aos alunos um panorama daquilo que irão aprender durante o ano, motivando-os para a aventura do conhecimento.
- Discuta com a classe como será o processo de avaliação de desempenho e de recuperação das dificuldades encontradas.
- Estabeleça, coletivamente, um conjunto de rotinas diárias e de regras de conduta. É o meio mais seguro de alcançar a autodisciplina espontânea, em vez de usar de ameaças e punições. A discussão do Regimento da Escola, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuirá para fortalecer a cidadania no ambiente escolar.

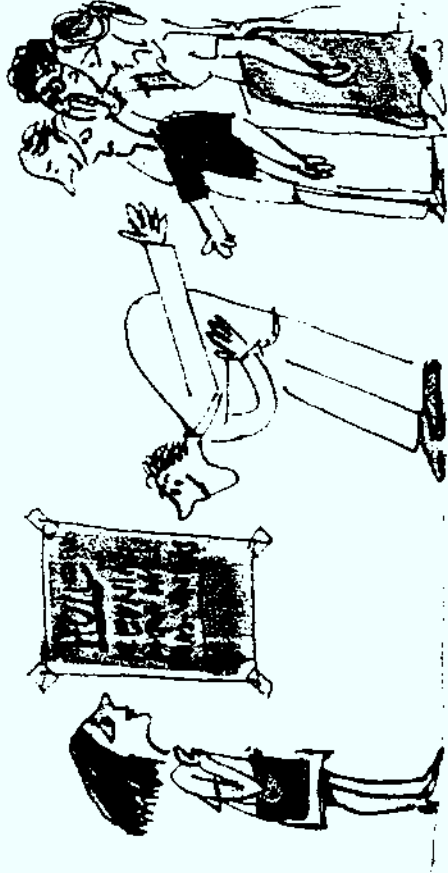




Sete

**providências para
o ano letivo
começar bem e
terminar melhor**

1 Una-se a seu grupo: assim é mais certo que você alcance as metas desejadas



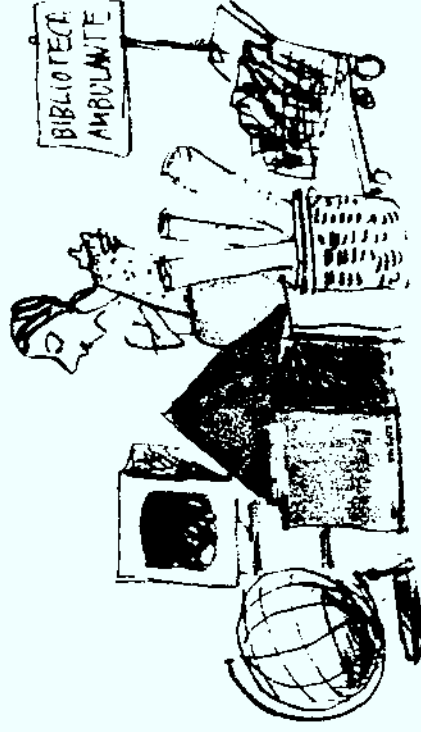
Agora que todos os professores têm a possibilidade de realizar duas horas de atividades semanais remuneradas na escola, fora da sala de aula, fica mais fácil desenvolver um trabalho coletivo.

Forme um grupo com os colegas, por série ou área, e estabeleçam horários comuns, para reuniões periódicas.

Os primeiros encontros na semana de planejamento representam uma oportunidade única para rever, em conjunto, regras de convívio e rotinas de funcionamento da escola, bem como para repensar o uso de seus espaços.

É também o melhor momento para que professores **novos** e **antigos** se conheçam, discutam as práticas que dão certo e as que não funcionam, as expectativas dos alunos e da comunidade e o que vão fazer para atingi-las. Afinal, se você não souber trabalhar bem em grupo, como poderá ensinar seus alunos a fazê-lo?

2 Descubra os recursos didáticos de sua escola. Eles existem para serem usados



O diretor deve colocar à mostra o que existe na escola, e que pode ser usado na classe para enriquecer a sua aula e facilitar a aprendizagem dos alunos. Junto com seus colegas, verifique tudo o que há à disposição: cartazes, mapas, globos, livros, jogos, cadernos para os alunos, papel sulfite. Nada de "deixar os materiais bem guardadinhos, para não estragar". Vamos colocá-los no seu devido lugar — a sala de aula.

Veja, ainda, que recursos você irá precisar durante o ano e que ainda não estão disponíveis: as escolas reorganizadas — 73% da rede — estão recebendo, via Associação de Pais e Mestres — APM, recursos para compra de materiais. Muitos deles também podem ser confeccionados pelos alunos, sob a sua orientação: é o caso de jogos, cartazes, sólidos geométricos, entre outros.

Além disso, todas as escolas vão adquirir este ano, televisão, vídeo cassete e antena parabólica, como parte do programa de Educação à Distância do MEC. Como usar este *kit* para seu aperfeiçoamento profissional e também para enriquecer suas aulas? O acervo de vídeos didáticos da Fundação para o Desenvolvimento da Educação — FDE, já é utilizado por professores de cerca de 2.000 escolas estaduais da capital e do interior. (Tel: 011 - 230 6322, ramal 239 ou 125)

3 Procure conhecer seus alunos e derrubar as barreiras que os afastam da escola

A maioria das escolas realiza, periodicamente, um diagnóstico de sua realidade, que inclui o perfil sócio-econômico dos alunos. Procure conhecê-lo. Na cidade de São Paulo, por exemplo, 47% das crianças de 0 a 12 anos estão na faixa de pobreza: os pais ganham menos de dois salários mínimos.

Por isso...

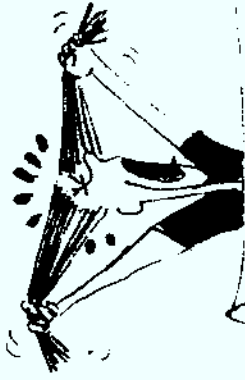
... cuidado com a lista de material

Para comprar uma lista, como a que reprodizimos ao lado e que foi entregue aos alunos de Ciclo Básico de uma escola pública de São Paulo, seria preciso desembolsar, em fevereiro de 1996, cerca de R\$ 20,00, ou seja, 20% do salário mínimo.

Exigências como esta acabam por tornar, inacessível aos alunos, a escola pública, que deve ser gratuita.

Lembre-se de que a escola recebe verbas que podem ser empregadas na aquisição de materiais de consumo para os alunos. Uma das prioridades da APM é providenciar este tipo de material.

Quanto aos livros didáticos, que também representam despesas para as famílias, os títulos escolhidos pelos docentes no ano passado, estão chegando às escolas durante fevereiro e março, via FAE. É preciso usá-los bem, como um recurso a mais para nossas aulas: não o único, nem o mais importante.



Lista de material

- 2 pastas com elástico
 - 200 folhas de sulfite
 - 2 stencil roxo
 - 6 brochuras de 50 folhas
 - 1 caixa de lápis de cor
 - 1 régua
 - 6 lápis preto
 - 1 apontador
 - 1 cola
 - 1 borracha mole
 - 1 tesoura com ponta arredondada
 - 10 etiquetas
 - 1 pasta com 80 folhas de linguagem e 20 de desenho
 - 1 folha de papel dobradura
- Obs.: Encapar os cadernos com plástico vermelho vadrez.

4 Defenda uma organização de séries e turmas que favoreça o seu trabalho com os alunos

Os diretores estão sendo orientados a organizar as séries e turmas dos alunos pelos diferentes períodos e espaços da escola, de acordo com alguns princípios que você precisa conhecer. Afinal, seu trabalho pode se tornar mais gratificante e produtivo, se as recomendações abaixo forem seguidas.

Classes de todas as séries, nos diferentes períodos da escola

Um exemplo. Uma escola de Ciclo Básico a 4ª série deve ter classes de Ciclo Básico, Ciclo Básico em Continuidade, 3ª e 4ª séries, tanto no primeiro como no segundo período.

Isso, por três razões:

Primeiro de tudo, é muito importante lembrar que esta disposição atende melhor aos interesses de comunidade, que poderá matricular, no mesmo período, filhos que estão em séries diferentes.

Segundo, porque nos dois períodos, professores de Ciclo Básico a 4ª poderão encontrar-se e perceber como os conteúdos do currículo se articulam e se aprofundam ao longo dos anos, o que favorece a integração vertical entre eles.

Terceiro, porque, desta forma, turmas de alunos de uma mesma série, que estão em períodos diferentes, podem ocupar a mesma sala. Qual a vantagem?

Digamos que você leciona em uma 3ª série no período da manhã, e a sala, à tarde, é utilizada por outra professora de 3ª série e seus alunos.



Vocês poderão trabalhar com os mesmos materiais didáticos e organizar, juntas, os *cantinhos* de matemática, leitura e ciências, que tanto auxiliam o trabalho diversificado.

As exposições de trabalho dos alunos serão realizadas em conjunto, e as turmas dos períodos vão estimular-se mutuamente nesta interação.

Alunos da mesma série, que estão em faixas etárias aproximadas, na mesma classe

Você sabe o quanto é complicado trabalhar, na mesma turma, com alunos de idades muito diferentes. A defasagem série-idade irá declinar radicalmente à medida em que formos substituindo a reprovação — que não traz benefício nenhum ao aluno — por recuperação contínua e mais aprendizagem.

Mas, enquanto tal defasagem persistir, o ideal é juntar, na mesma classe, alunos que além de estarem na mesma série, compartilham da mesma faixa etária. Eles apresentam muitos interesses comuns, o que produz no grupo um aproveitamento melhor.

Turmas heterogêneas quanto aos conhecimentos que os alunos dominam

Classes onde existem alunos em diferentes patamares, no que diz respeito aos conhecimentos que dominam, permitem que sejam formados grupos, onde alunos que avançaram mais em determinadas áreas, auxiliam os colegas que apresentam desvantagens nestas áreas específicas. Isto acarreta vantagens significativas, quer do ponto de vista cognitivo, quer do ponto de vista do desenvolvimento de atitudes de solidariedade, cooperação e respeito às diferenças individuais.



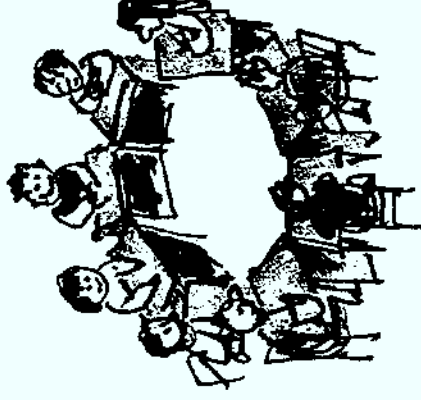
5 Transforme a sala de aula em um local onde o currículo cria vida

O espaço escolar deve transmitir, à primeira vista, uma impressão de clareza, limpeza e dinamismo, e a direção, em geral, aproveita o período das férias para **cuidar da aparência** da escola. A sala de aula, entretanto, é o lugar mais nobre e importante, pois é ali que os professores conseguem fazer com que seus alunos aprendam, justificando, assim a existência da escola.

Com apoio da equipe técnico-administrativa, você pode transformar as salas onde leciona em locais agradáveis e motivadores, que favoreçam a comunicação e a aprendizagem.

Adote uma disposição flexível das carteiras

Por que mantê-las enfileiradas, com os alunos a olhar, eternamente, as nuças uns dos outros? Se você acredita que a interação e o diálogo em grupo são essenciais à construção do conhecimento, procure variar o arranjo das carteiras de acordo com os objetivos das atividades que planeja. Para uma aula expositiva, onde você deseja que os alunos se concentrem no que o professor vai falar, as carteiras podem até permanecer enfileiradas. Mas em um debate coletivo ou em atividades grupais, esta disposição é, certamente, inadequada. Carteiras em "U", em círculo, formando mesas de quatro ou mais lugares permitem que a comunicação entre os alunos e entre estes e o professor flua melhor.



Utilize os cantos da sala de aula como locais de estímulo ao trabalho escolar diversificado

Fazer recuperação contínua, dentro da classe, torna-se possível quando você diversifica as atividades com os alunos, trabalhando com um grupo, enquanto outro grupo realiza atividades extras, utilizando materiais colocados à sua disposição nos cantos da sala de aula.

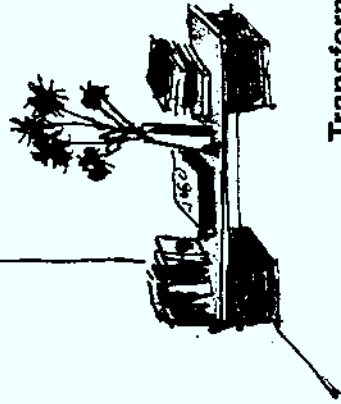
Engradados de plástico ou caixotes de madeira podem servir de suporte aos mais diferentes materiais pedagógicos, que ficarão ali para serem manuseados e utilizados pelos alunos, de acordo com as orientações do professor. Revistas, livros, jogos e experimentos são alguns deles.

Transforme paredes, janelas, portas e armários em espaços de exposição

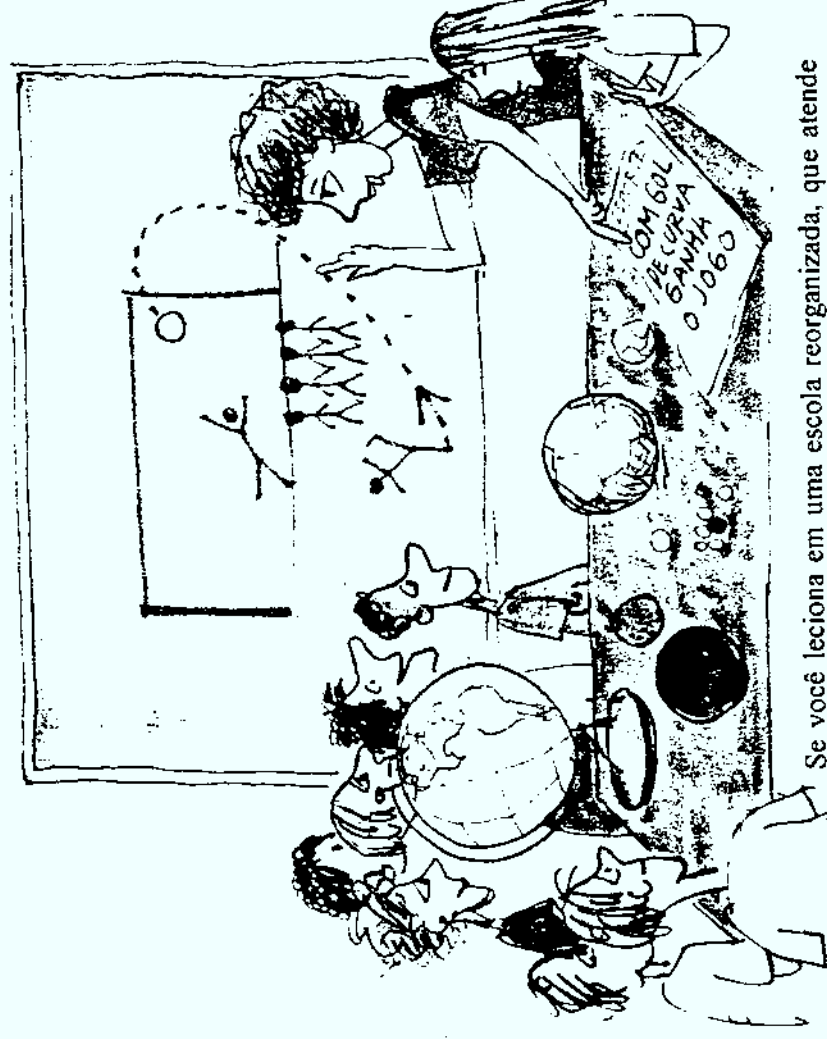
Com ripas e varas com prendedores, paredes, janelas, portas e armários tornam-se espaços para expor materiais pedagógicos — mapas, cartazes — e produções dos alunos — desenhos e textos, entre outros.

Circule, entre os colegas do mesmo período, recursos que não existem em quantidade suficiente para todos

A direção da escola pode providenciar um carrinho de feira para transportar, de uma sala a outra, por exemplo, livros, revistas, jogos e dicionários, cujo número seja insuficiente.



6 Faça, das salas-ambiente, oficinas de construção do saber



Se você leciona em uma escola reorganizada, que atende alunos de 5ª série em diante, e onde há espaço, pode ter interesse em organizar salas-ambiente: salas de aula comuns, com toda a infra-estrutura necessária, onde se reúnem os recursos didáticos de cada disciplina ou de um conjunto de disciplinas afins. O professor permanece na sala e os alunos das diferentes turmas se dirigem até lá, no horário de suas aulas.

As salas-ambiente devem ser um espaço prazeroso e lúdico, de construção do conhecimento. Um exemplo: a sala-ambiente de matemática (ou *laboratório de matemática*).

A sala-ambiente de matemática deve constituir-se em um espaço onde a aprendizagem de conceitos matemáticos aconteça, ao mesmo tempo em que se desenvolvem atitudes essenciais frente a essa área do conhecimento, como a perseverança na busca de soluções e a confiança em sua própria capacidade de aprender, a flexibilidade para alterar seu ponto de vista, quando necessário, o espírito de colaboração, a curiosidade, a necessidade de investigação.

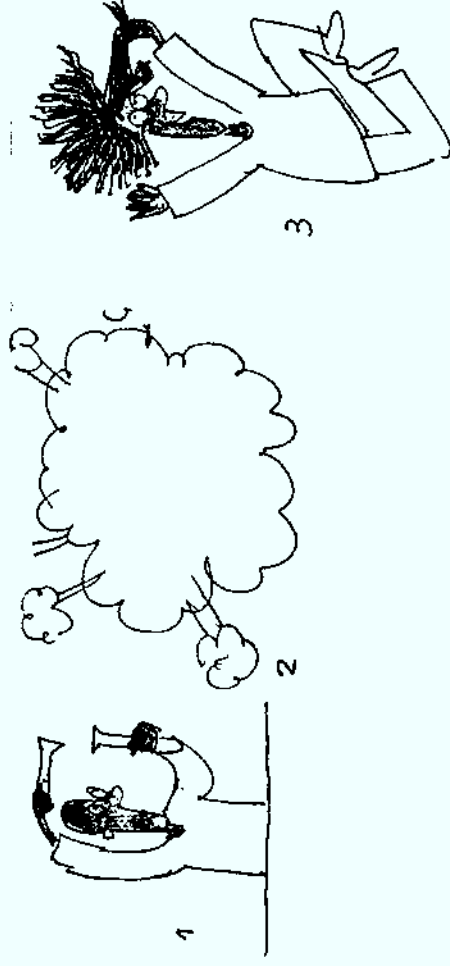
Esta sala deve conter os materiais didáticos característicos da matemática, como compassos, esquadros, sólidos geométricos, ábaco, tangrams. Materiais de outras áreas do conhecimento, como mapas, globos terrestres, bússolas e guias da cidade também são muito úteis nas aulas de matemática.

Por exemplo, o trabalho com as coordenadas geográficas e com o guia da cidade pode introduzir o tema **coordenadas cartesianas**.

A sala-ambiente de matemática é o germe de um Clube da Matemática onde os alunos, além de propor campeonatos de damas, xadrez e resolução de problemas, podem elaborar um jornal mural. Nele, entre outras seções, haveria curiosidades matemáticas, como, por exemplo, informações históricas e problemas matemáticos da semana.



7 Dê toda força ao laboratório



Cerca de 1/3 de nossas escolas possuem laboratório, porém grande parte está desativada. A SEE está providenciando a aquisição de material de laboratório para as escolas de 5ª a 8ª séries e 2º grau.

Enquanto isso, não fique de braços cruzados. Reúna-se com os colegas da área de ciências, físicas e biológicas e, com apoio de equipe técnico-administrativa, faça sua parte para reerguer — ou erguer o laboratório da escola.

Se o laboratório já existe

- Faça um levantamento das suas condições físicas de instalação, bem como dos materiais disponíveis. O sistema de segurança do laboratório, por exemplo, precisa ser verificado: facilidade de acesso, boa iluminação e ventilação, presença de água corrente, condição do sistema de aquecimento.
- Verifique as condições de armazenamento dos instrumentos — microscópios, aparelhos — e dos reagentes.

De mãos dadas

- Levante os materiais básicos que precisam ser adquiridos para garantir o funcionamento deste espaço.
- Comece a realizar atividades experimentais com sua classe, utilizando o laboratório para testar e avaliar idéias, hipóteses levantadas em classe, sobre fatos, fenômenos naturais e tecnológicos presentes no dia-a-dia e que constituem objeto de estudo das ciências.
- Se o grande número de alunos por classe dificultar a realização de atividades práticas, divida a turma, sempre que for possível.

Se há laboratório, mas não equipamentos

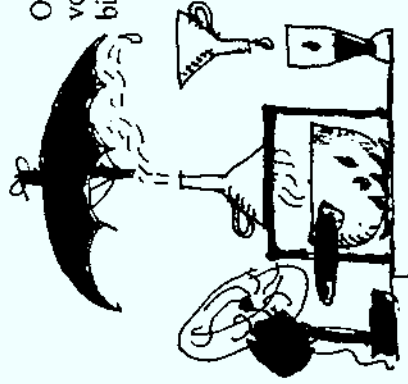
Enquanto eles não chegam, use a criatividade.

A CENP/SEE publicou o documento "Improvisação de alguns materiais de laboratório", que pode servir de referência.

Se não há nem equipamento, nem laboratório

Introduza, no próprio espaço da sala de aula, algumas atividades experimentais.

Organize uma sala-ambiente para o desenvolvimento de atividades em física, química e biologia.



*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos, vamos de mãos dadas.
(...)*

Carlos Drummond de Andrade

A educação presente é a nossa matéria, a escola presente, os professores presentes, a vida presente. O que faremos com esse presente tão grande, tão cheio de contradições? O que faremos com nossa vida na escola, agora?

Só poderemos mudá-la, torná-la mais plena e significativa, se fizermos isso juntos. A semana de planejamento que se inicia e o debate coletivo desta publicação podem contribuir para isto.

Nossas diferenças só podem nos fazer crescer. Sem divergências, não existe aprendizagem, nem democracia. As esperanças que alimentamos são as mesmas e são elas que nos unem.

Queremos educação de qualidade para todas as crianças e jovens, realização, dignidade para os professores, participação dos pais e da comunidade, alegria, compromisso e conhecimento na escola.



Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

ANEXO 5

**REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

MANUAL DO ALUNO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

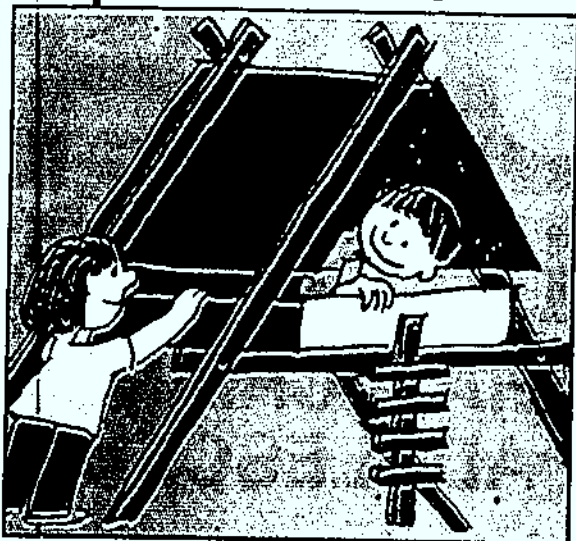
EDUCAÇÃO PAULISTA: CORRIGINDO RUMOS *Libon*

MUDAR PARA MELHORAR: UMA ESCOLA PARA A CRIANÇA, OUTRA PARA O ADOLESCENTE



**Anita e Pedro estudam na mesma escola.
A partir de 1996, vão ficar em escolas diferentes.
Os dois vão sair ganhando. Veja por quê.**

1. A escola vai ter a cara e o jeito do aluno que ela recebe

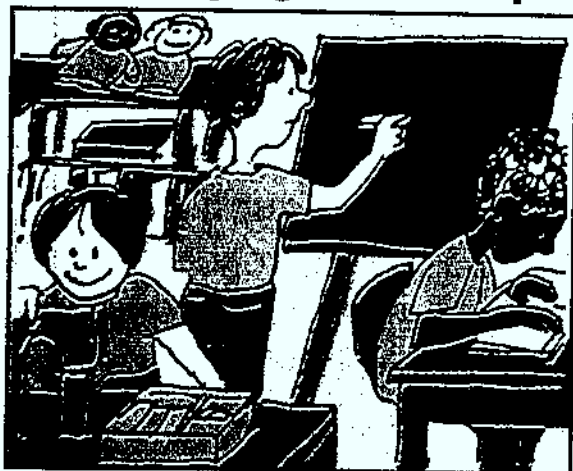


A escola para crianças do Ciclo Básico à 4ª série funcionará em prédios menores, com brinquedos apropriados no pátio e espaços bem sinalizados.



A escola para adolescentes e adultos ocupará prédios maiores, terá computadores, bibliotecas, laboratórios e quadra de esportes melhor aparelhados.

2. A sala de aula terá mobiliário e material pedagógico adequado

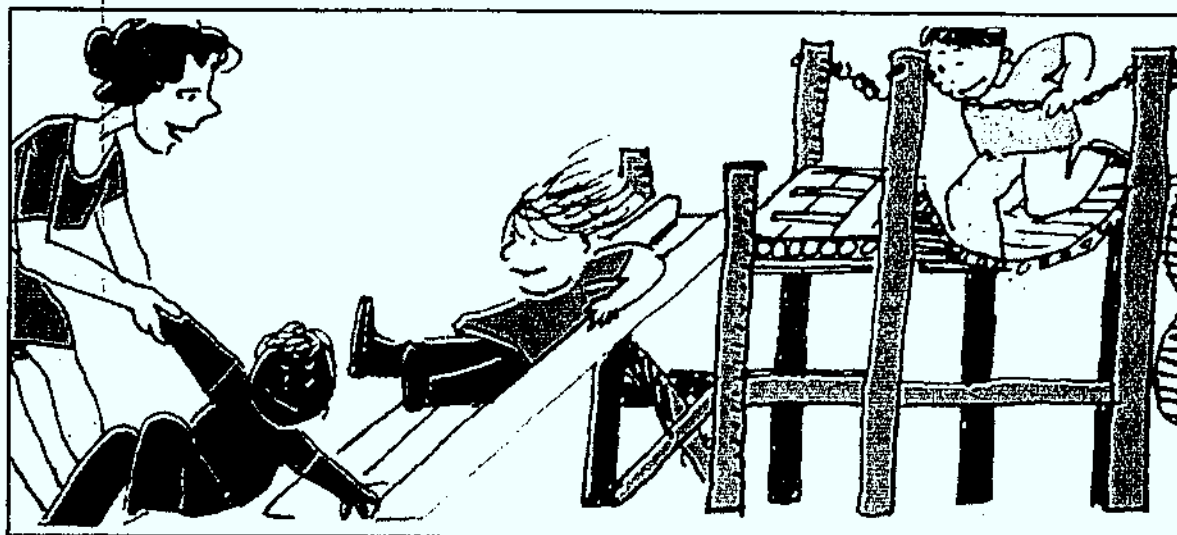


Na sala de Anita, haverá mobiliário apropriado ao seu tamanho, jogos, revistas, livros e materiais diversos para despertar a curiosidade, desenvolver o raciocínio e ajudar a aprender melhor.



As salas de aula de Pedro serão especialmente preparadas e equipadas para o ensino de diferentes matérias. Com isso, será mais fácil e estimulante pesquisar e aprender.

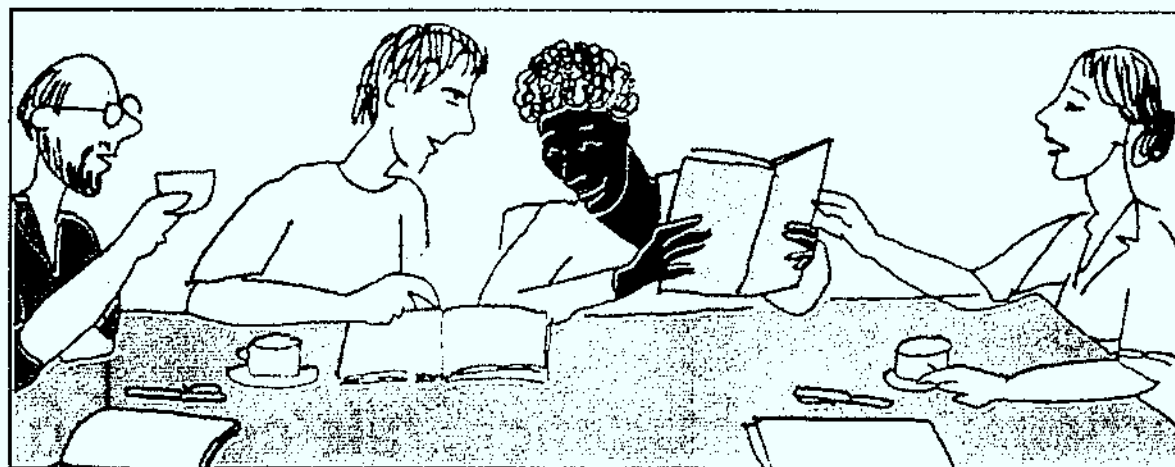
3. Haverá mais organização e segurança na escola



Cuidando apenas de uma faixa de idade, os diretores poderão administrar suas escolas com mais tranquilidade e eficiência.

Será possível criar um ambiente acolhedor, organizado, seguro, que favoreça o desempenho dos funcionários e estimule a aprendizagem de todos.

4. Os professores terão melhores condições de trabalho e melhores salários



Com a reorganização, todos os professores poderão completar ou ampliar sua jornada de trabalho em uma escola ou, no máximo, em duas. Isso lhes dará

tempo para reunir-se e preparar melhor suas aulas.

A reorganização também resultará em economia de recursos, que permitirá pagar mais aos professores.

Quem faz a mudança e como será feita

A reorganização será feita gradualmente, sem atropelos. Os Delegados de Ensino, supervisores, diretores e professores vão realizá-la, passo a passo, com a ajuda dos Conselhos de Escola e das autoridades municipais. A comunidade deverá participar intensamente deste processo.

■ As características de cada município e região vão ser respeitadas

Se em um município, por exemplo, houver apenas uma escola, com classes de Ciclo Básico a 8ª série, esta escola continuará como está, pois o remanejamento de alunos vai abranger unidades escolares próximas. Também não vai haver mudanças em escolas que estiverem isoladas em um bairro periférico ou em um conjunto habitacional.

■ As conveniências dos alunos vão ser levadas em conta

Os alunos serão transferidos para escolas próximas das que frequentam hoje. Em casos excepcionais, os alunos de 5ª a 8ª série e segundo grau que forem remanejados para escolas mais afastadas, terão seu transporte garantido.

■ A adaptação à nova escola será favorecida

O aluno não vai se transferir sozinho para outra escola, mas estará acompanhado por toda a sua turma e por seus professores, se eles quiserem ir junto.

Participe desta mudança: fale com seu representante no Conselho de Escola.

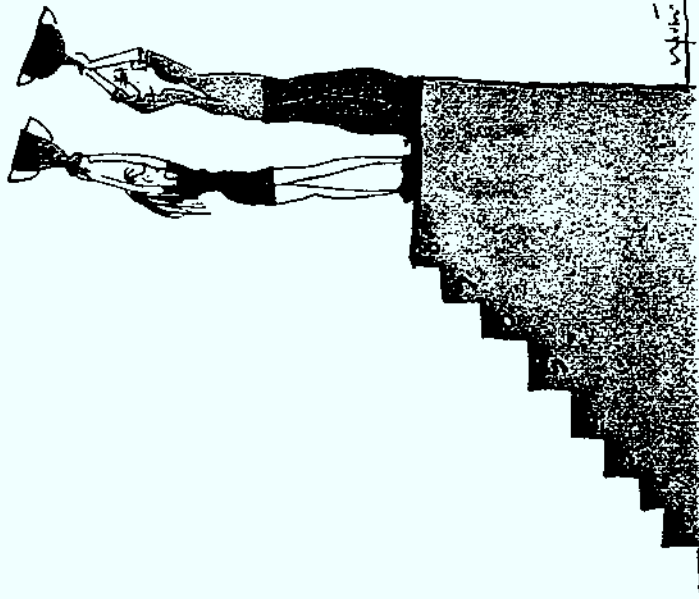


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

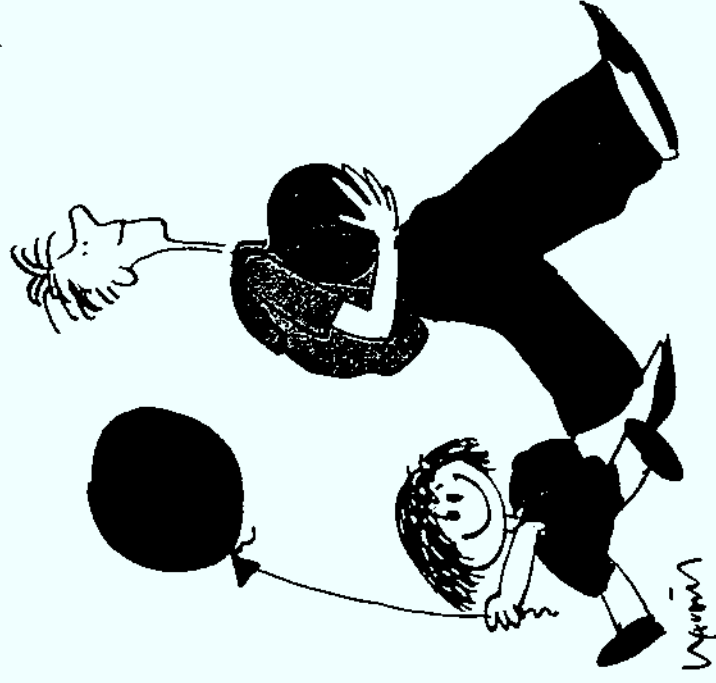


GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

MUDAR PARA MELHORAR: UMA ESCOLA PARA A CRIANÇA, OUTRA PARA O ADOLESCENTE



A reorganização das escolas irá melhorar a qualidade de ensino e o aproveitamento dos alunos. As condições de trabalho e os salários dos professores também vão melhorar. E o melhor de tudo é que isto vai garantir, para todos os alunos, aprendizagem e progresso durante os oito anos de escola obrigatória.



venha conhecer



Governo do Estado de São Paulo
Governador: Mário Covas



Secretaria de Estado da Educação
Secretária: Rose Neubauer

Direção de Arte e Ilustrações: Claudius Cecon
Texto Final: Claudius Cecon e Madza Ednir
Revisão: Regina Protasio
Diagramação: Mônica Lacerda
Fotolitos e Impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP
Tiragem: 120.000 exemplares

Realização



SEE-SP



CECIP

Secretaria de Estado de Educação de São Paulo
Praça da República, 53
01045-903 São Paulo - SP
Tel.: (011) 255.4077

Centro de Criação de Imagem Popular
Largo de São Francisco de Paula, 34
20051-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel/fax: (021) 224 4565 e 224 3812
E-mail: cecip @ ax.acp.org

A partir de 1996, alunos do Ciclo Básico à 4ª série irão estudar em prédios escolares diferentes dos prédios onde seus colegas de 5ª série em diante estudam.

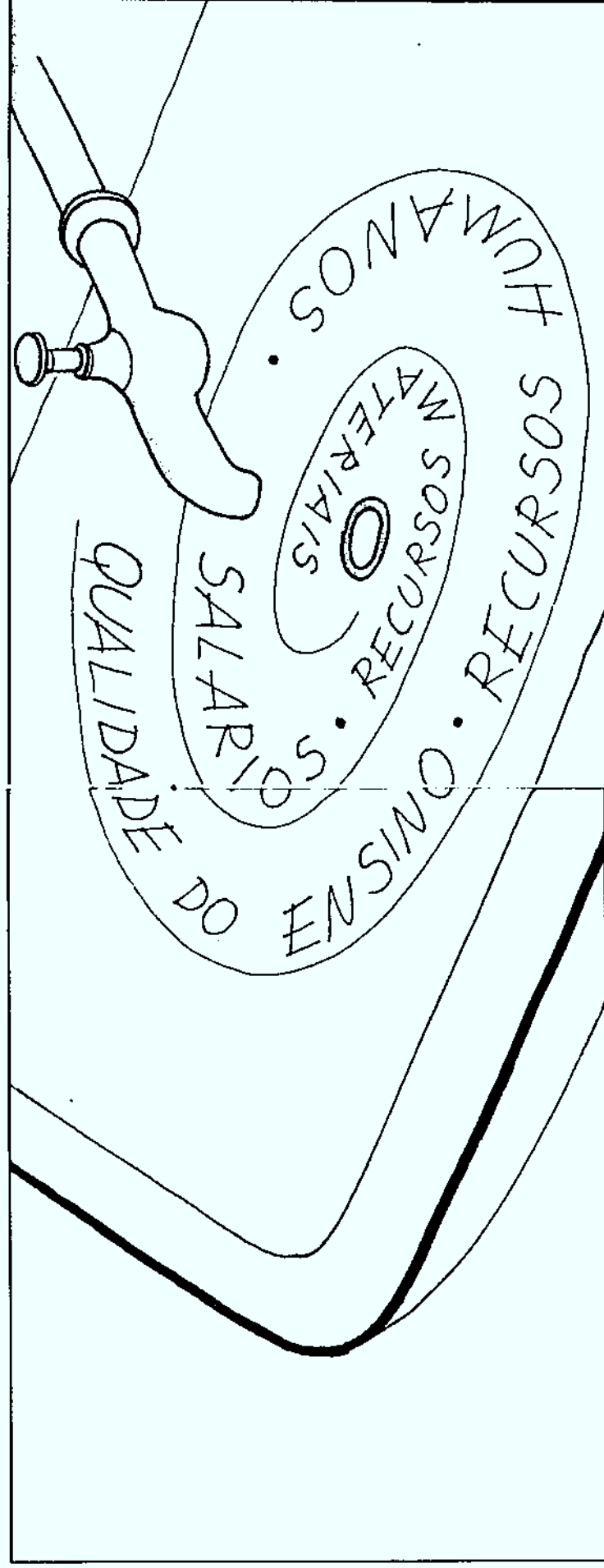


- Por que esta mudança é necessária?
- Como a escola vai mudar?
- Quem ganha com isso?

Novembro 1995

Por que é preciso

mudar a escola?

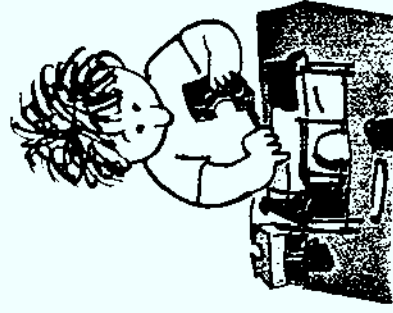
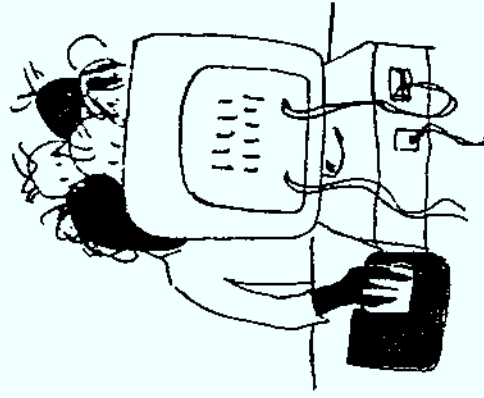
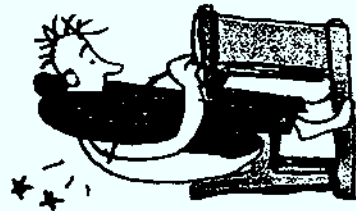


Porque a qualidade do ensino estava indo pelo ralo

A unificação dos antigos primário e ginásio, feita em meados da década de 70, não cumpriu a promessa de garantir a escola de oito anos para todos os alunos. Em vez disso, houve **duplicação de trabalho e recursos**. Classes de 5ª a 8ª série e segundo grau, com poucos alunos, estão espalhadas em várias escolas, próximas umas das outras, quando poderiam juntar-se no mesmo espaço. Isto provocou duplicação de gastos - com mobiliário, água e luz, dentre outros - o que aumentou o custo dos equipamentos e diminuiu os recursos para os salários.

Além disso, salas de aula inadequadas e mal-equipadas, com professores insatisfeitos e cansados de correr de uma escola para a outra, resultam em **dificuldades de aprendizagem e maior reprovação** dos alunos. 90% repetem de ano pelo menos uma vez e só uma minoria chega até a 8ª série. No Estado de São Paulo, a repetência ocasiona um desperdício anual de 600 milhões de dólares. Um volume de recursos que permitiria aumentar em 20% o atual piso salarial dos professores.

O que vai mudar



Hoje, é assim:

A escola que está aí recebe alunos de todas as idades - crianças, adolescentes e jovens adultos -, mas não serve de forma eficaz a ninguém. Bibliotecas e laboratórios estão abandonados e sub-utilizados.

As salas de aula não podem ser equipadas com materiais e recursos pedagógicos adequados.

Os adolescentes são obrigados a utilizarem carteiras muito pequenas para seu tamanho, em salas de aula sem materiais estimulantes e adequados aos seus interesses. Quando encontram desenhos e trabalhos feitos pelas crianças, acabam por rasgá-los, pois sentem-se "agredidos" pela decoração infantil.

Os menores, por sua vez, recebem um choque violento, cada vez que entram em classe e encontram destruídas as suas criações. Em uma escola assim é muito difícil aprender e progredir.

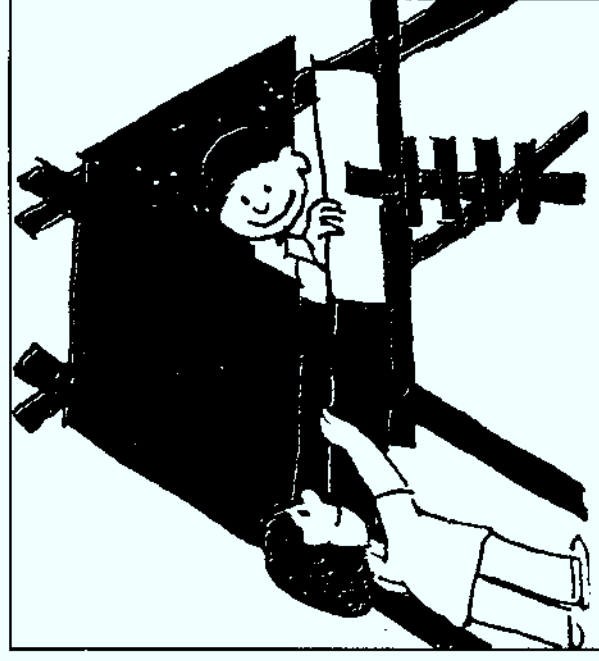
Como vai ser depois da mudança?

Com a reorganização vai ficar assim:

As crianças do Ciclo Básico à 4ª série estudarão em escolas especialmente preparadas para elas. Os alunos de 5ª a 8ª série e segundo grau irão para outras escolas, com equipamentos e recursos adequados às necessidades específicas da fase que atravessam.

Os benefícios desta reforma serão sentidos desde o começo. Vai melhorar a qualidade de ensino e o aproveitamento dos alunos. Vão melhorar as condições de trabalho dos professores. E o melhor de tudo é que isto vai garantir, para todos, aprendizagem e progresso durante os oito anos de escola obrigatória.

Todos ganharão com isso. Veja como e por quê.



Crianças do Ciclo Básico à 4ª série ficarão em escolas com espaços bem sinalizados e seguros. Poderão localizar-se com facilidade no prédio e usar, no pátio, brinquedos adequados à sua idade.

Para aprender, as crianças pequenas precisam mexer com materiais como caixas, palitos, latinhas. Precisam observar sementes crescendo, colecionar pedras e folhas, precisam recortar jornais, revistas, folhear livros com gravuras. Está provado que é assim que elas descobrem as Ciências, a Leitura, a Escrita, a Matemática. Por isso, as salas de aula do Ciclo Básico à 4ª série terão "cantinhos" de Matemática, com jogos e sucata; "cantinhos" de leitura,

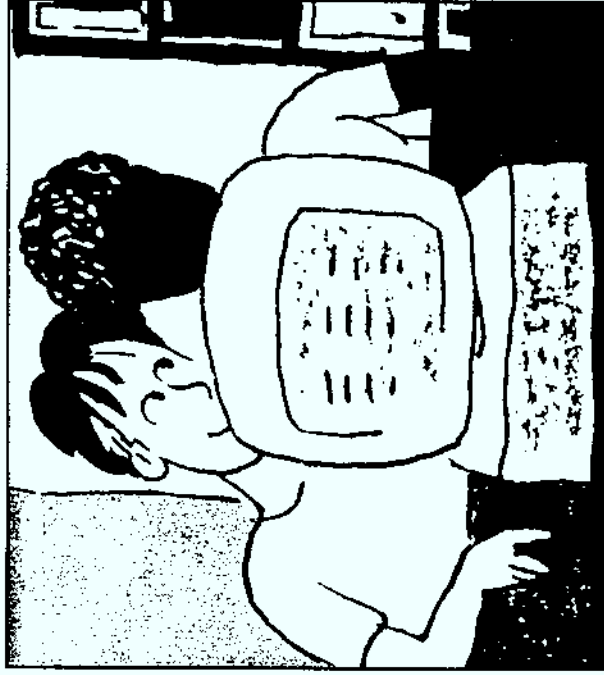
com todo o tipo de material escrito, "cantinhos" de Ciências, com plantinhas, insetos e pedras.

Os estudos do meio, tão importantes para a aprendizagem de Ciências e Estudos Sociais, contarão com mais recursos e espaço e serão muito mais dinâmicos e interessantes.

O mobiliário será adequado ao seu tamanho e a realização de trabalhos em grupo ficará bem mais fácil.

E mais: a reorganização permitirá que as crianças permaneçam mais tempo na escola, tenham maior contato com a professora e mais oportunidades de aprender.

Ganha o aluno

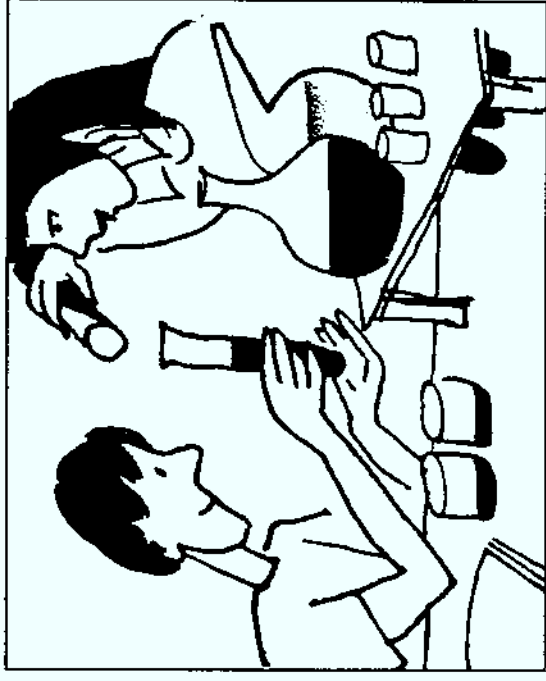


Adolescentes de 5ª série em diante estudarão em escolas com bibliotecas mais completas, onde existem enciclopédias, dicionários e um acervo de livros em que possam pesquisar e aprofundar seus conhecimentos escolares. Os laboratórios serão melhor equipados e as quadras de esporte convenientemente aparelhadas.

O computador participará do cotidiano dos alunos. Graças a salas especialmente organizadas e preparadas para o ensino de diferentes matérias (Português, Matemática, Biologia e outras), será mais fácil e estimulante pesquisar e aprender.

Haverá mais espaço para o Grêmios Estudantil funcionar.

de 5ª a 8ª série



Adolescentes e jovens adultos, em uma escola feita só para eles, terão mais facilidade em organizar, com seus professores, festivais de música e teatro, fanfarras, campeonatos esportivos e outras atividades de enriquecimento curricular.

Através de parcerias com instituições como o SENAI e o SENAC, será possível desenvolver as habilidades profissionais dos alunos e prepará-los para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Em escolas com lugar para se encontrar e conversar com os amigos, para colocar jornais murais e fazer seus grafites, adolescentes e jovens adultos vão aprender mais e melhor.

Ganham

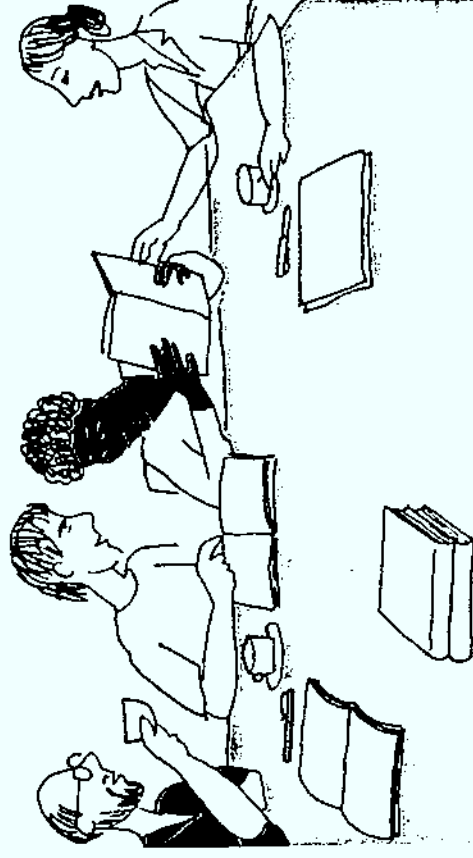


Hoje, para completar sua jornada semanal de trabalho, o professor precisa pular de escola em escola.

Como existem inúmeras escolas pequenas, com poucas salas e, portanto, com um número reduzido de classes de 5ª a 8ª série e segundo grau, há muitos professores que precisam se deslocar por até quatro escolas, para conseguirem completar sua carga horária. Deste jeito, como desenvolver um trabalho pedagógico consistente e coletivo?

Com a reorganização, os professores de todas as séries, do Ciclo Básico à 8ª, poderão completar ou ampliar sua jornada de trabalho em uma única escola, ou, no máximo, em duas.

os professores



Isso vai permitir que o docente tenha mais oportunidade de conversar com seus colegas sobre os problemas de sala de aula e possa "criar laços" com a escola onde trabalha.

A reorganização trará, ainda, um outro benefício para o professor: juntar classes pequenas, de 5ª a 8ª série e segundo grau, que tenham de 10 a 20 alunos e funcionem em escolas próximas, fará com que os prédios sejam melhor utilizados e não seja preciso construir tantas escolas. A economia de recursos resultante tornará possível garantir salários dignos para o magistério.

E também ganha toda

a equipe escolar

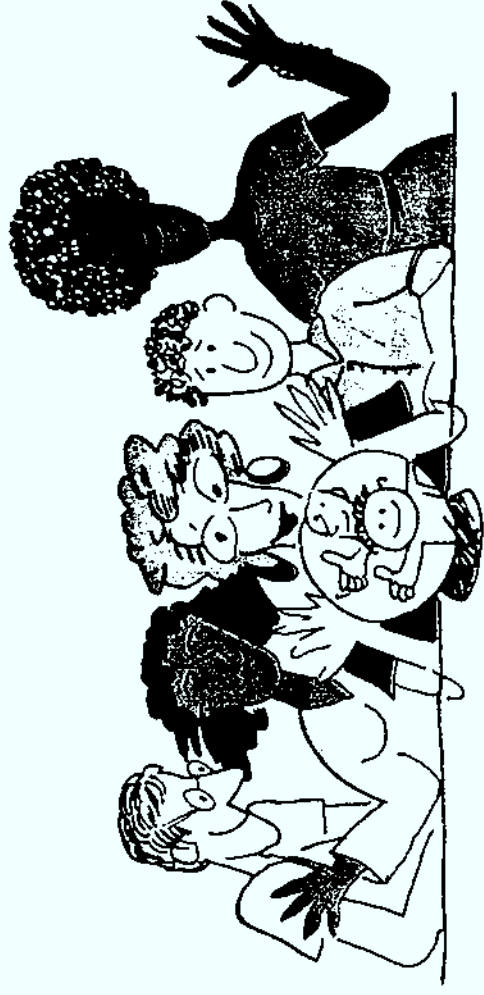


Os diretores e equipe deixarão de administrar escolas onde se juntam crianças, adolescentes e adultos, com necessidades e problemas completamente diferentes, criando conflitos difíceis de resolver.

A separação dos alunos, por faixa de idade, permitirá à equipe criar um ambiente melhor organizado e mais seguro.

O trabalho coletivo será facilitado, pois haverá coordenadores pedagógicos em todas as escolas.

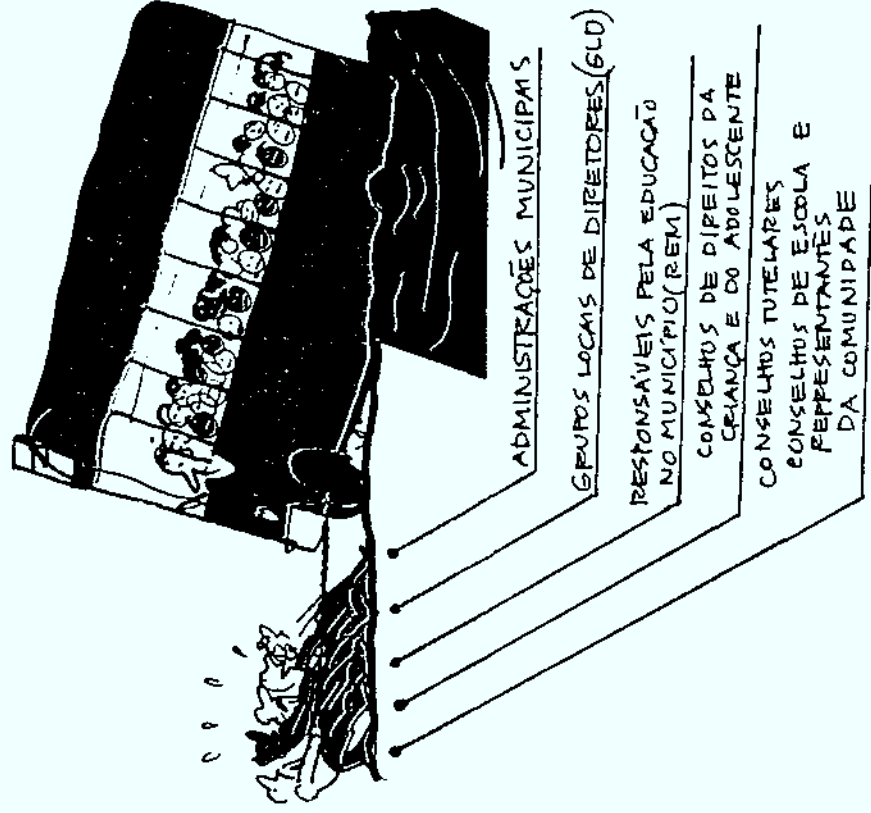
Além disso, a equipe técnico-administrativa poderá concentrar seus esforços na capacitação dos funcionários e pessoal operacional para lidar melhor, seja com as



crianças de Ciclo Básico a 4ª série, seja com os adolescentes de 5ª em diante.

O enriquecimento do acervo de livros será melhor direcionado. Ficará mais simples elaborar e comprar materiais pedagógicos só para crianças, ou só para adolescentes e jovens adultos.

Cada escola estará voltada para uma única faixa etária e, assim, a equipe escolar poderá focalizar os problemas e as necessidades específicas de um só tipo de aluno - criança ou adolescente. Com isso, o planejamento das atividades curriculares e extracurriculares a ele destinadas será muito mais eficiente.



■ **As características de cada município e região serão respeitadas**

Se em um município, por exemplo, houver apenas uma escola, com classes de Ciclo Básico a 8ª série, esta escola continuará como está. Também não vai haver mudanças em escolas que estiverem isoladas em um bairro periférico ou em um conjunto habitacional.

■ **As conveniências dos alunos vão ser consideradas**

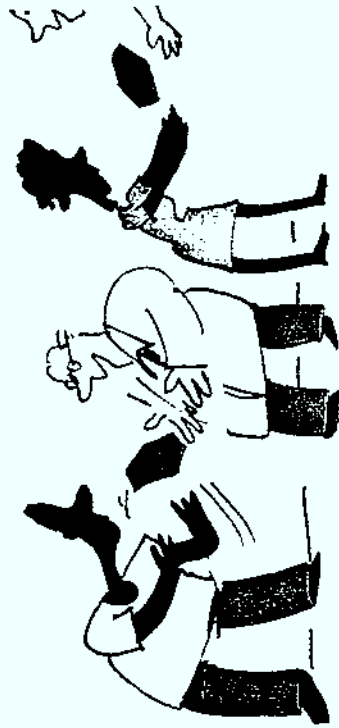
Os alunos serão transferidos para escolas próximas das que frequentam hoje. Em casos excepcionais, os alunos de 5ª a 8ª série e segundo grau que forem remanejados para escolas mais afastadas, terão seu transporte garantido.

■ **A adaptação à nova escola será favorecida**

O aluno não vai se transferir sozinho para outra escola, mas estará acompanhado por toda a sua turma e por seus professores, se eles quiserem ir junto.

A reorganização será feita gradualmente, sem atropelos. Os Delegados de Ensino, supervisores, diretores e professores vão realizá-la, passo a passo, com a ajuda dos Conselhos de Escola e das autoridades municipais. A comunidade deverá participar intensamente deste processo.

Como participar



Toda escola possui um Conselho, formado por representantes de pais, alunos, professores e funcionários.

Procure saber quem é o seu representante. Converse com ele.

Faça esta publicação circular entre seus amigos e conhecidos.

Participe das reuniões que a escola vai promover para discutir o assunto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

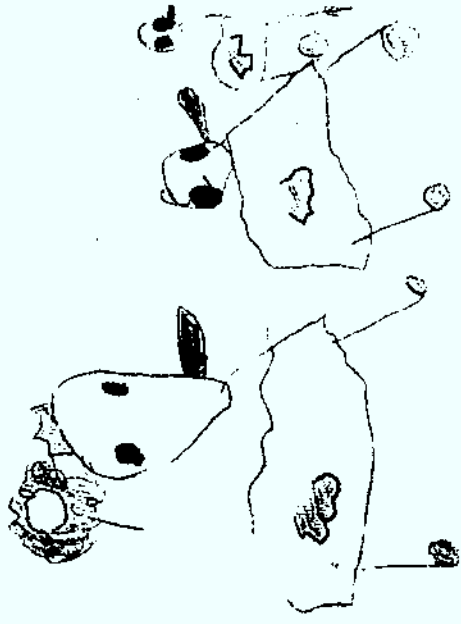
Praça da República, 53
01045-903 • São Paulo • SP
Tel.: (011) 255-4077

ANEXO 6

***REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NO
ESTADO DE SÃO PAULO***

***EDIÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES - CUT***

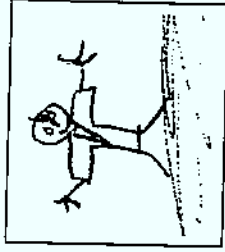
ESCOLA E CRIANÇA



Feitos um
para o outro

CUT

RUMO À CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA O PAÍS



EM MEMÓRIA
DO PROFESSOR
FLORESTAN FERNANDES,
A QUEM ESTE TEXTO
E PROJETO SÃO DEDICADOS,
POR SUA INCANSÁVEL LUTA
EM DEFESA DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA E GRATUITA.

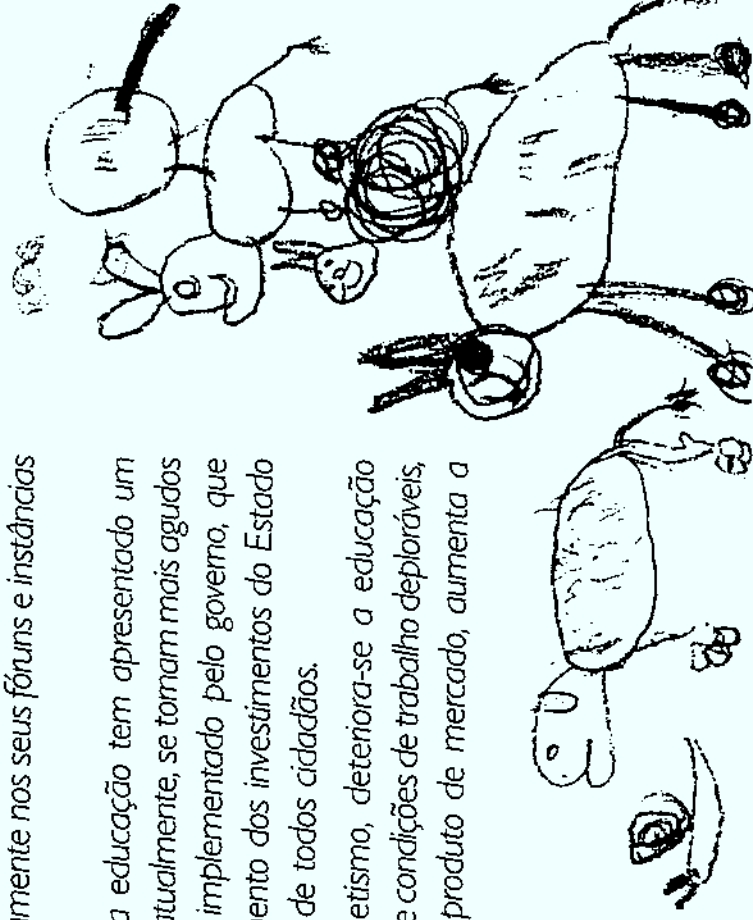
APRESENTAÇÃO

Todas as questões fundamentais, como saúde, segurança, moradia, educação, trabalho e condições de vida de um modo geral, têm ocupado permanentemente o universo das preocupações da CUT gerando planos de ação e luta para o enfrentamento desses pontos essenciais para os trabalhadores brasileiros, a partir de debates e reflexões realizados democraticamente nos seus fóruns e instâncias deliberativas.

Neste conjunto, o quadro da educação tem apresentado um crescente grau de problemas que, atualmente, se tornam mais agudos em face do programa neoliberal implementado pelo governo, que enfatiza a privatização em detrimento dos investimentos do Estado em políticas públicas no interesse de todos cidadãos.

Assim, agrava-se o analfabetismo, deteriora-se a educação pública pela insuficiência de verbas e condições de trabalho deploráveis, a privatização toma a educação produto de mercado, aumenta a exploração do trabalho infantil e cresce a situação de ignorância e miséria que atinge milhões de brasileiros.

Entendendo que é seu papel intervir mais decisivamente



nesta situação, a CUT estabeleceu como uma de suas prioridades, a realização de uma CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO que envolva, todas as categorias de trabalhadores, além dos trabalhadores da educação, professores, técnicos-administrativos, e a sociedade civil de um modo geral, e que se traduza em ações concretas pelo direito de acesso e usufruto de todo cidadão a uma educação, em todos os níveis, democrática e de qualidade.

O DNTE/CUT, como preparação da Campanha, realizou no final de março de 1995, o Seminário Nacional em Defesa da Educação, tomando-o como síntese dos acúmulos anteriormente feitos nesse campo, inclusive em ações conjuntas com a Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT e como ponto de partida para um esforço maior: o de começar a defender (construindo), um projeto educacional para o país que, de fato, se referencie pelas demandas e necessidades da imensa maioria dos excluídos do exercício da cidadania.

O texto ora apresentado — CUT - RUMO À CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA O PAÍS — é resultado do Seminário. Tem como pontos centrais dois eixos: o caráter público da educação e a sua democratização, fundamentais para a compreensão e execução de projeto que a CUT entende deve ter a marca emancipadora e ser coletivamente construído.

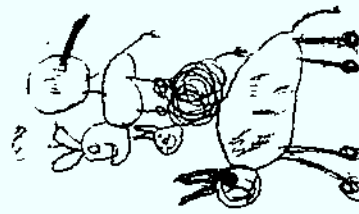
A CUT condena todos os trabalhadores e cidadãos a lutarem em defesa da educação, para isso assumindo, em cada local de trabalho, em cada entidade de base, nas associações e organizações da sociedade, a reflexão e o debate, a luta pelo direito à educação, associando-o à luta por outros direitos básicos dos trabalhadores, essenciais para que se tome verdadeiramente realidade a sociedade justa e humana que queremos.

CUT - RUMO À
CONSTRUÇÃO
DE UM PROJETO
EDUCACIONAL
PARA O PAÍS

4

São Paulo, agosto/1995

Executiva Nacional da CUT
Comissão de Educação/SPSO e
DNTE/CUT

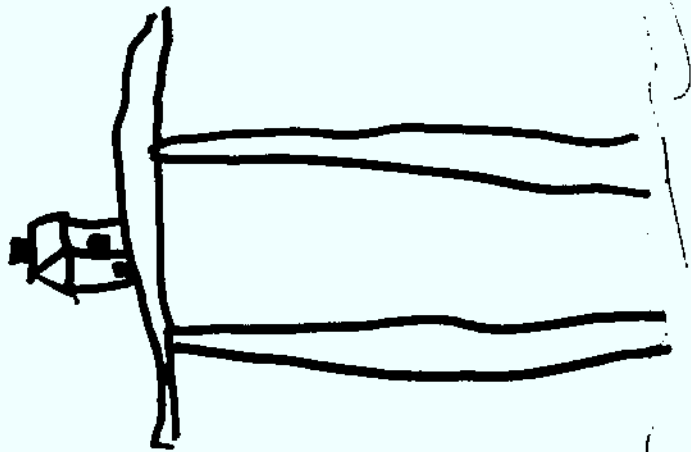


O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

São freqüentes e dramáticos os diagnósticos que vêm sendo feitos sobre o quadro educacional do país. As estatísticas, inclusive oficiais, variam — o que em si já é um dado relevante — mas pode-se falar de cerca de 6 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que estão fora da escola, de 18 milhões de analfabetos dentre os maiores de 15 anos de idade e de 25 milhões de semi-alfabetizados, além da persistência marcante do fenômeno da evasão e da repetência escolar. Trabalhadores, jovens e adultos, continuam sem acesso sistemático e regular à escolarização pública. Se as estatísticas sobre o grau de escolaridade básica

da população são motivo de vergonha nacional, há que pensar ainda que, diante da precariedade do sistema escolar, vive-se um "processo de analfabetização" no interior das escolas, dado pela questionável qualidade do ensino ministrado, diante dos inúmeros e variados problemas detectados no processo de ensino-aprendizagem.

O século está por terminar e ainda temos essa dívida social imensa. Que dizer do ensino superior? As estatísticas também variam, mas tem-se que apenas cerca de 1,5 milhão da população conseguem transpor os muros da universidade, sendo que 75% destes ingressam em escolas privadas, em geral de



O ESÍALDO DE CALAMIDADE PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

baixa qualidade e que, pela lógica empresarial que as rege, ainda que travestida de roupagens "modernizantes", tão ao sabor do marketing atual, fazem da educação uma mercadoria rentável, com total impunidade diante do poder público. No entanto, constitucionalmente, a educação superior é de responsabilidade do poder público em todo o território nacional.

Diante desse quadro, o governo prossegue, endossando a lógica neoliberal que preside, atualmente, o processo de privatização do ensino. Cria a aparência de estar enfrentando/resolvendo esses problemas, ao anunciar medidas discutíveis e bombásticas, como as de colocar uma televisão em cada sala de aula e de realizar testes nacionais para avaliar estudantes e escolas.

Suas propostas, de colaboração das empresas com o poder público na educação básica e no tipo de educação requerido pelas empresas, são apresentadas com forte conteúdo de desqualificação do ensino público e, por contraste, com a valorização da esfera privada e da descentralização como sinônimos de eficiência e democracia. As novas formas de parceria (convênios e cooperativas etc) em que o governo tem delegado às empresas (públicas e privadas) e à "comunidade" a manutenção do ensino médio e fundamental tem se caracterizado como uma investida para a implantação de critérios empresariais de eficiência, "qualidade total", competitividade na educação e significa a privatização crescente e o desmonte da escola pública.

Em relação ao Projeto de LDB ainda em tramitação no Senado Federal e resultante de um processo de negociação possível que envolveu os segmentos sociais organizados durante a sua votação na Câmara, o descaso

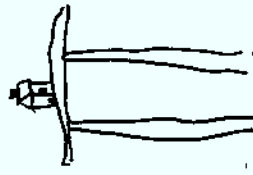
co governo e suas manobras são evidentes.

Assim, o projeto de lei oriundo da Câmara hoje consubstanciado no Senado no Parecer Cite Sabóia, que viabilizaria a implementação efetiva de um sistema nacional de educação e o espaço público necessário para o debate nacional dos grandes problemas nacionais, através da criação de um Fórum Nacional de Educação e da discussão democrática dos Planos Nacionais de Educação, o governo contrapõe medidas provisórias que esfacelam, *a priori* e na prática, a nova LDB pretendida para o país e defendido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Compreende-se, então, porque até mesmo o Plano Decenal de Educação do governo anterior foi aparentemente "esquecido". E por que iniciativas de grupos ou movimentos sociais específicos, no sentido de reverter esse estado de calamidade pública da educação, não atingiram ainda o grau de organicidade necessário para como força social em presença, transformar, de ponta a ponta, o sistema educacional brasileiro. É que persiste e predomina fortemente, com perfeita coerência, a mesma lógica perversa de tratar a educação como um "bem de consumo" em que o governo é, no mínimo, conivente com os interesses privatistas empresariais. No fundo prevalece a inexistência de um diálogo real com a sociedade, sem que nada aponte para o

enfrentamento do que está na raiz histórica desses problemas recorrentes. O clientelismo continua vivo até na distribuição dos recursos do FNDE.

Entendendo que é seu papel intervir mais decisivamente neste estado de coisas, o DNTE/CUT realizou, recentemente, o Seminário Nacional da CUT em Defesa



CUT - RUMO A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA O PAÍS

6

anteriormente feitos nesse campo, inclusive em ações conjuntas com a Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT e como ponto de partida para um esforço maior: o de começar a defender (construindo), um projeto educacional para o país que, de fato, se referencie pelas demandas e necessidades da imensa maioria dos excluídos do mercado e do exercício da cidadania. Como resultado desse seminário, e também da tradição acumulada por sindicatos cutistas, sobretudo, embora não só, da área da educação, algumas questões se colocam para uma ampla discussão:

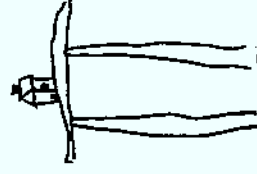
- 1 Como operar a distribuição de recursos às escolas, nos planos federal, estadual e municipal, livrando-a efetivamente do clientelismo, da inoperância, da malversação e da insuficiência?
- 2 Como viabilizar a capacitação permanente de profissionais da educação, docentes e técnico-administrativos? Como romper com o atual conceito, predominante em amplas áreas da educação, do contrato por hora-aula, ou hora-atividade, tão ao gosto da lógica empresarial, substituindo-o por contratos trabalhistas que assegurem planos de carreira e salários condizentes com o exercício digno e a real valorização do profissional da educação?

- 3 Como efetivar um fundo e amplo processo de reformulação curricular em todos os níveis de ensino, referenciando pela função social de educação e pela concepção de educação crítico-emancipadora que defendemos?

e democrática das Instituições de ensino público e privadas, em que se possa fazer uma crítica radical e consistente às políticas públicas de educação, como ponto de partida para a proposição de alternativas coerentes com as finalidades que defendemos para a educação nacional? Ou seja: que critérios básicos estabelecer para essa avaliação, e como assegurá-los?

- 5 Como deve ser financiado o Sistema Nacional de Educação? Quais as nossas propostas básicas neste sentido (montantes e mecanismos), considerando que o governo federal insiste na retórica de que os investimentos são suficientes e de que o problema é unicamente o da sua má aplicação?

- 6 Como dimensionar e combater, no quadro atual, a dualidade histórica do sistema escolar brasileiro, tendo claro que essa dualidade estrutural, traduzida pela separação clássica entre "formação para o trabalho" (escolas profissionais) e "formação para a cidadania" (ensino regular), ela também se manifesta, de modo peculiar, pelo caráter excluyente e pela desqualificação do ensino na rede pública, notadamente de 1º e 2º Graus?



Essas questões, consideradas centrais, se colocam em dois eixos de princípios e proposições que devem nortear a construção de um projeto educativo apresentado e defendido pela CUT: o caráter público da educação e a sua democratização.

O CARÁTER PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

A gravidade dos problemas e o montante da dívida social no campo da política educacional do governo brasileiro exigem que a CUT assumam a responsabilidade de empreender um amplo esforço no sentido de apresentar à sociedade diretrizes para um projeto educacional que, fruto do acúmulo dos sindicatos a ela filiados e do trabalho de suas instâncias, possa se traduzir num plano de ação capaz de sensibilizar e agregar, pelo debate democrático, amplos setores do movimento social organizado. É dever da CUT incluir esse debate no debate mais

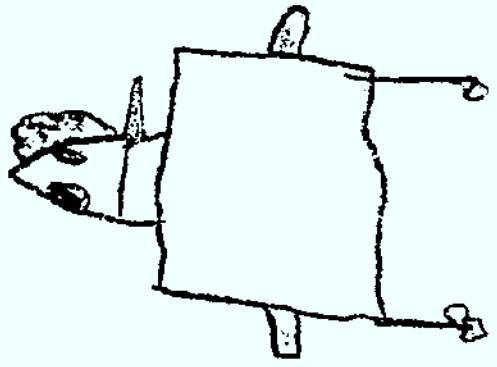
amplo sobre a construção de alternativas à sociedade capitalista. Educação, democracia e cidadania são dimensões vitais e indissociáveis na construção de um projeto político emancipador, que dispute e conquiste a hegemonia na luta contra a miséria, o desemprego, a exploração e a opressão da grande maioria dos brasileiros.

A CUT já vem explicitando a sua concepção e defesa de uma educação de qualidade, crítica-emancipadora, como um dos

instrumentos essenciais para a conquista de uma cidadania efetiva. Neste sentido, é fundamental defender e aprimorar um Sistema Nacional de Educação conforme proposto no Projeto de LDB defendido pelo Senador Sabóia no Senado Federal, por ser fruto do processo democrático e legítimo de debate entre o poder legislativo e os segmentos sociais organizados e atuantes no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, do qual a CUT participou através de representantes do DNTE e de suas entidades nacionais filiadas. A defesa deste sistema de-

verá ter como horizonte político norteador, a construção concreta e cotidiana de um projeto educativo voltado para o estabelecimento de novas formas de relações sociais em que os imperativos econômicos se subordinem de fato às demandas sociais básicas de trabalhadores e excluídos.

Assim sendo, o caráter público da educação constitui um princípio fundamental: a educação deve se tomar de fato um direito de todos e um dever



CUT - RUMO À
CONSTRUÇÃO
DE UM PROJETO
EDUCACIONAL
PARA O PAÍS



inalienável do Estado, sendo a sua prática privada entendida como uma concessão de serviço público. Ela deve, portanto, ser necessária e democraticamente controlada/avaliada por mecanismos transparentes, tanto em sua prática pública quanto em sua concessão privada. É preciso alertar, ainda, que, não sendo o público idêntico ao estatal, é essencial a construção e consolidação de espaços públicos de participação e de gestão social, para reverter a crescente privatização do ensino superior público brasileiro.

Cabe, portanto, lutar pela implementação de políticas que fortaleçam o caráter público do sistema escolar brasileiro. A CUT deve se empenhar, neste momento e nesta perspectiva, pela aprovação da LDB e no sentido de:

1 Promover uma ampla e imediata mobilização da sociedade em defesa da educação pública e da elaboração de um Plano Nacional de Educação condizente com o seu projeto educativo para o país. Neste sentido, os seguintes pontos são fundamentais:

- a) a erradicação do analfabetismo e o combate à "analfabetização" promovida pelas debilidades do sistema público regular de ensino;
- b) universalização do ensino fundamental;
- c) a progressiva universalização do ensino médio;
- d) a ampliação dos índices de escolarização em nível superior, prioritariamente no setor público;
- e) a busca de um padrão nacional unitário de qualidade para todos os níveis de ensino sejam da rede pública ou privada;
- f) a extinção da dualidade escolar nas formas atualmente manifestas, de modo que formação profissional e formação para a cidadania constituam um mesmo e único

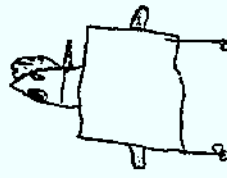
processo (Resolução nº 14 do V CONCU);
g) a criação de mecanismos curriculares que, sem a perda do padrão unitário de qualidade do ensino, tomem o sistema educacional plenamente acessível aos alunos trabalhadores;

h) a criação de Centros Públicos de Formação Profissional, que mantenham interface com o sistema regular de ensino;

i) a gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empresários e do governo, na definição de diretrizes, na gestão e no controle dos fundos e agências de formação profissional (Resolução nº 14 do V CONCU).

2 Lutar pela ampliação progressiva dos investimentos em educação, pela agilização e proibidade em sua aplicação no cumprimento dos percentuais constitucionais. É importante assegurar que os recursos públicos (a aplicação pela União de 18% e de 25% pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, no mínimo, da receita resultante de impostos; FNDE) se destinem exclusivamente à escola pública, sem prejuízo de que recursos possam ser destinados, de forma democrática e transparente, à capacitação de pessoal e a atividades de ensino, pesquisa e extensão financiados diretamente para os profissionais da educação envolvidos que atuam em instituições privadas, sob avaliação e controle públicos. Entendendo a escola privada como

concessão de serviço público e defendendo um padrão nacional unitário de qualidade para todos os níveis e redes de ensino, a CUT entende que a capacitação e o pleno exercício das atividades do magistério é fundamental, seja na rede pública seja na privada. O Salário Educação é de suma



da normatização de sua aplicação prevista no Projeto de Lei de LDB oriundo da Câmara, devem ser exigidas políticas efetivas que combatam os problemas de malversação e fraudes na sua arrecadação e aplicação, bem como sua utilização de forma clientelista. Na rede pública, deve-se garantir a gratuidade ativa, através de programas de renda mínima, transporte gratuito, fornecimento de material escolar e bolsas de iniciação científica para estudantes de 3º grau. Deve-se combater, igualmente, os mecanismos de privatização atualmente existentes nas instituições públicas de ensino superior.

3 Lutar pela ampliação de vagas no ensino médio, ponto de estrangulamento da educação nacional e, concomitantemente, pela sua interação dinâmica com o mundo do trabalho. Tendo-se como horizonte político a conquista de uma cidadania efetiva para o conjunto da população brasileira, é importante ter claro que a formação profissional não deve substituir, mas integrar, no nível médio e no nível superior, a formação humanística, artística, científica e técnica, dentro do padrão unitário de qualidade defendido para a educação nacional.

4 Defender o respeito e a implementação do preceito constitucional da autonomia universitária, assim como o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, lutando para que o governo estimule, como dever público:

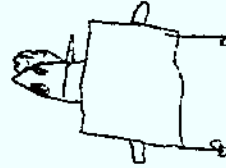
- a) o aumento de vagas no setor público, incluindo aí os 30% de vagas em cursos noturnos como patamar mínimo;

em regiões necessitadas;

c) o empenho das instituições de ensino superior, sobretudo públicas, na recuperação da rede: públicas de 1º e 2º graus. Neste sentido, é preciso repensar a formação do professor e, portanto, o currículo das licenciaturas na perspectiva do seu interrelacionamento com o mundo do trabalho e lutar pela ampliação de vagas nos cursos de licenciatura das universidades públicas, inclusive noturnos, sempre resguardando o padrão unitário de qualidade.

d) o envolvimento das atividades de ensino pesquisa e extensão destas instituições com temas e demandas prementes do mundo do trabalho, numa perspectiva crítico-emancipadora, como função social defendida para a universidade: direitos sociais, segurança, ruptura com práticas de discriminação racial, sexual e outras, desenvolvimento de tecnologias que favoreçam a qualidade do trabalho e o acesso a ele e não a criação de desemprego, acesso dos trabalhadores à cultura em geral, são temas e questões candentes.

5 Defender a implantação de um Programa Nacional de Educação à Distância que tenha como objetivo complementar a formação de professores e estudantes, entendido como uma política de difusão de materiais e conteúdos didáticos. Este Programa não pode ser, portanto, um mecanismo substitutivo da escola ou do professor, nem como processo de formação direta: seu papel deve ser o de apoio à democratização do acesso à educação, enquanto elemento constitutivo de um processo de democratização dos próprios meios de comunicação.



DEMOCRATIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA

Para a consecução dos objetivos acima descritos, a CUT entende como pressupostos fundamentais para a garantia de uma educação democrática em seus objetivos e em sua prática:

1 acesso e permanência na escola, em todos os níveis;

2 valorização dos profissionais da educação, docentes e técnico-administrativos, pelo estabelecimento de planos de carreira e salários, como parte da construção de um padrão unitário de qualidade para a educação brasileira, nas redes pública e privada;

3 avaliação pública, democrática, participativa e contextualizada das instituições e políticas de ensino, bem como do adequado financiamento das instituições públicas, através de critérios que se contraponham à lógica empresarial predominante nos organismos estatais.



pontos fundamentais para a democratização da educação nacional:

a) a gestão democrática da escola, entendida como parte de um processo de desprivatização do Estado que contribua para ampliação e consolidação do espaço público visando à auto-organização da sociedade. Neste sentido, é importante defender a criação de Conselhos Municipais de Educação onde ainda não existem e a abertura democrática dos Conselhos já existentes, inclusive os Estaduais e o Nacional, para uma maior participação do movimento social organizado, em especial o dos trabalhadores. É crucial, sobretudo, recuperar e fortalecer a proposta de um Fórum Nacional de Educação contida no projeto de LDB, afirmando seu caráter deliberativo e não apenas consultivo, no que diz respeito à definição democrática dos rumos e das grandes linhas de educação nacional;

b) a garantia de que nenhuma criança seja privada da escola pública de qualidade, como meta a ser perseguida sistematicamente. Neste sentido, a educação de 0 a 6 anos precisa ser efetivamente assumida pelos Municípios em colaboração com os Estados e a União. Além disso, deve-se lutar pelo cumprimento do dispositivo constitucional que prevê a erradicação do trabalho infantil (cerca de 3 milhões de crianças entre 7 e 12 anos de idade, exercem trabalho precário no Brasil) e pela fiscalização, a partir do legislativo e também pelo Ministério do Trabalho, da devida aplicação do artigo 201 (Plano de Previdência Social) e do artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição Federal (Aplicação

analfabetismo e universalização do ensino fundamental). As normas internacionais existentes a este respeito devem ser igualmente observadas e cumpridas.

c) a pressão para que os poderes executivos federal, estadual e municipal, assumam um amplo movimento nacional de alfabetização, visando introduzir o alfabetizado no sistema de ensino, mesmo que, para tal, seja necessária a ampliação concomitante de vagas no ensino supletivo, acoplando-o, também e onde couber, a cursos de formação profissional. Cabe aos sindicatos negociar, com os patrões, no setor público e privado, condições para que os trabalhadores disponham efetivamente de tempo para estudar, dentro de suas jornadas de trabalho.

d) a melhoria da qualidade e do acesso ao ensino no meio rural e na periferia das grandes concentrações urbanas brasileiras. Há problemas graves a serem enfrentados no que diz respeito a transporte, calendário escolar, capacitação dos professores que aí atuam, acesso à escola. A participação das universidades e das escolas técnicas agrícolas neste esforço é fundamental, em conjunto com o programa de educação à distância, tomado em seu caráter complementar, de apoio, aqui referido.

e) a garantia de um piso salarial nacionalmente unificado, para os profissionais da educação, docentes e técnico-administrativos.

f) a criação de condições para que a formação de professores se dê preferencialmente em nível superior, com o estabelecimento de planos de carreira e de jornadas de trabalho com tempo integral,



visando a preparação de aulas, a realização de reuniões de caráter pedagógico e o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Impõe-se, igualmente, a existência de um programa de formação permanente durante a jornada de trabalho, extensivo aos professores leigos.

g) a garantia de que os segmentos organizados da sociedade participem efetivamente da avaliação do processo educacional, considerando os objetivos democraticamente definidos, os órgãos responsáveis e os seus resultados. Nesta avaliação, devem ser incluídos, como objetos, os Ministérios, as Secretarias de Educação e as instituições de ensino, inclusive as de formação profissional. É importante lutar para que sejam criados Conselhos Sociais de Avaliação, com a participação democrática e paritária dos trabalhadores, dos empresários, do poder público, que promovam esses processos sistemáticos de avaliação, em consonância com os rumos definidos pelo Fórum Nacional de Educação.

A CUT alerta, neste sentido, para a necessidade de discutir, criticamente, o conceito de qualidade vigente nos atuais programas de avaliação institucional. Em muitos deles, o conceito é meramente quantitativo; em outros, verifica-se uma transposição mecânica do conceito de "qualidade total" (cuja lógica

empresarial deve ser largamente questionada) para o plano da educação. A este conceito, é importante contrapor os de qualidade social e de responsabilidade profissional coerentemente com o horizonte político de construção da cidadania crítico-emancipadora. Devemos disputar as idéias de "qualidade e produtividade" partindo de uma perspectiva da qualidade de vida e trabalho para as maiores e da distribuição dos frutos do aumento da eficiência do trabalho para o conjunto dos assalariados e da massa dos excluídos. (V CONCURT - Resolução nº 5 - Plataforma da CUT)

h) a existência de um financiamento adequado do ensino, em seu caráter público. Isto requer, no imediato, o cumprimento dos limites mínimos previstos na Constituição de 1988, podendo implicar ainda em sua ampliação quando e onde se julgar necessário, garantindo-se a transparência de critérios nas dotações feitas e na sua utilização, que devem ser sistemática e democraticamente avaliadas, (re)definidas e publicamente controladas. Isto exige, também, um processo de descentralização e autonomia na gestão financeira por parte das instituições educacionais, aí se incluindo a autonomia das instituições privadas em relação às suas mantenedoras.



CONCLAMANDO ÀS LUTAS IMEDIATAS

A CUT considera essencial e urgente: a aprovação e sanção da LDB, de forma a respeitar os princípios do Projeto de Lei aprovado na Câmara Federal, embora muitos dos seus itens devam continuar sendo objeto de debate, tendo em vista aprimoramentos posteriores.

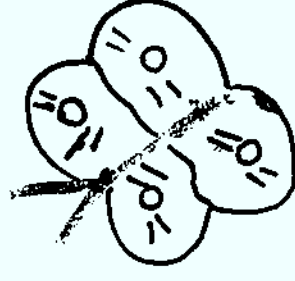
É fundamental, também, que o movimento sindical como um todo se capacite a participar do debate sobre educação, de modo a negociar a melhoria imediata das condições educacionais dos trabalhadores com o empresariado e com o governo. A Resolução nº 14 do V CONCLUT define diretrizes e uma estrutura de pauta que subsidiem essa ação, atentando-se ainda para a necessidade da devida cobrança e fiscalização do salário educação nas pautas de reivindicação. Mas podemos avançar mais, estimulando, desde já, os sindicatos a conhecerem o perfil educacional de suas categorias. Deste conhecimento, poderão resultar a definição de objetivos educacionais para quem delas participe e a reivindicação de ofertas de serviços educacionais que viabilizem a concretização desses objetivos.

É importante, ainda, que os sindicatos estejam atentos para a grande parcela da população que está excluída do mundo do trabalho, da educação e do acesso a um salário regular, mesmo que insatisfatório. A partir das bases de suas categorias, é crucial definir ações conjuntas com associações de bairro, rurais e outras visando mapear as demandas educacionais mais prementes em suas áreas de atuação, de modo a poder exigir do poder público competente a definição e implemen-

tação de medidas de real enfrentamento dos obstáculos à escolarização.

A participação dos sindicatos nos processos de gestão democrática do ensino também pode e deve ser imediatamente estimulada, como forma de avaliar a pertinência do que as políticas institucionais e as equipes escolares propõem para a educação pública e a eficácia com que realizam esse trabalho. O movimento sindical pode ter representantes em Conselhos de Escola e Fóruns mais abrangentes, desde que não comprometam a sua independência e autonomia em relação aos poderes de Estado e ao patronato da rede privada. Entendendo-se que o ensino privado também deve integrar o Sistema Nacional de Educação como concessão de serviço público, cabe lutar para que este ensino seja objeto de avaliação e fiscalização permanente por parte dos poderes competentes, ao contrário da impunidade de que hoje desfruta.

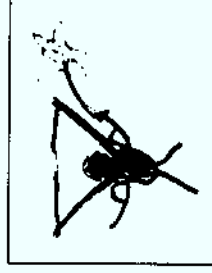
É preciso, mais que nunca, ter claro que a atuação de todos os sindicatos cutistas é indispensável para que a bandeira da "Educação: Direito de Todos, Dever do Estado", símbolo de um projeto educativo onde a educação pública tenha profundo significado na vida dos brasileiros e na construção da sua cidadania, deixe de ser apenas uma declaração de intenções. É preciso que os sindicalistas participem e mesmo liderem, onde necessário, uma luta cotidiana pela intervenção na definição das políticas públicas e pelo seu controle público, empenhando-se particularmente na superação do estado de calamidade pública em que se encontra a educação brasileira.



CUT - RUMO À
CONSTRUÇÃO
DE UM PROJETO
EDUCACIONAL
PARA O PAÍS

14

ESTE DOCUMENTO
É UM PRIMEIRO PASSO
- CONCLAMATÓRIO -
RUMO À CONSTRUÇÃO
DE UM PROJETO
EDUCACIONAL DA CUT
PARA O PAÍS.



ESTE CADERNO FOI EDITADO
PELO DNTE/CUT,
DEPARTAMENTO NACIONAL
DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO
DA CUT

ANEXO 7

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO

nome

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS



✓ **Toda criança brasileira na escola**

✓ **Todo professor respeitado como profissional**

✓ **Toda escola com ensino de qualidade**



Esses são os três grandes eixos do Plano Decenal de Educação para Todos, um compromisso que o Brasil assumiu perante a comunidade internacional de, nos próximos dez anos, erradicar o analfabetismo; dar escola de qualidade a todas as suas crianças; e resgatar a dignidade profissional dos professores. É um esforço de toda a sociedade, do qual os professores não podem se omitir.

As metas globais do Plano

(1993—2003)

Incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do ensino comum, tomando como referência os novos padrões de conteúdos mínimos nacionais e de competências básicas a serem nacionalmente determinadas com a participação dos sistemas de ensino.

Elevar a, no mínimo, 94% a cobertura da população em idade escolar.

Assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo as repetências, sobretudo na 1.ª e 5.ª séries, de modo a que 80% das gerações escolares, no final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento, cumprindo uma rotina escolar regular.

Criar oportunidades de educação infantil para cerca de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais pobre.

Proporcionar atenção integral a crianças e adolescentes, sendo que 1,2 milhão através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PNAICA), em áreas urbanas periféricas.

Ampliar o atendimento de jovens e adultos de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente ao ensino fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 6 milhões de subescolarizados.

Ampliar progressivamente a participação percentual do gasto público em educação no PIB brasileiro, de modo a atingir o índice de 5,5%.

Implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

Promover a revisão crítica dos cursos de licenciatura e da escola normal de modo a assegurar às instituições formadoras um novo padrão de qualidade, compatível com os requerimentos atuais da política de educação para todos.

Dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais de condições básicas de funcionamento.

Aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure seu compromisso com a produtividade e o sistema, ganhos reais de salários e a recuperação de sua dignidade profissional e do reconhecimento público de sua função social.

Descentralizar progressivamente os programas de livro didático e de merenda escolar.



Secretaria de Ensino Fundamental



O MEC quer uma parceria com os professores

Por si só, o Plano Decenal não vai realizar milagres. O Ministério da Educação e do Desporto tem plena consciência de que o gigantesco esforço de garantir ensino fundamental a todas as crianças, jovens e adultos, de melhorar a qualidade da escola e de resgatar a dignidade profissional dos professores só será possível com uma somatória de esforços dos três níveis de governo, da sociedade brasileira e, sobretudo, dos professores.

A articulação entre a União (MEC), os Estados (por intermédio do Consed) e os municípios (representados pela Undime) está assegurada por sua participação no Grupo Executivo do Plano Decenal. Diversas entidades não-governamentais, representativas de parte considerável da sociedade, também estão engajadas na proposta (participam do Comitê Consultivo do Plano).

A partir de agora, o MEC considera o passo mais importante estreitar os laços com as escolas e com os professores, sem os quais qualquer esforço será em vão. Todas as escolas públicas brasileiras receberão a partir deste mês cópias do Plano Decenal Educação para Todos, para discussão entre os professores. "Nosso objetivo final, aonde

queremos chegar mesmo, é no projeto pedagógico da escola", afirma Célio da Cunha, diretor do Departamento de Políticas Educacionais, da Secretaria de Educação Fundamental do MEC. "As escolas precisam ter autonomia para executar seu projeto pedagógico. É na sala de aula que ocorre, em última análise, a educação."

Por isso o MEC quer estabelecer essa parceria com os professores. De um lado o Ministério busca traçar uma diretriz, uma agenda mínima para reverter o quadro desolador da educação brasileira. Na outra ponta, os professores se mobilizam para exigir das autoridades locais e regionais mais investimentos e mais empenho na resolução dos problemas educacionais nos próximos dez anos: nenhuma criança fora da escola, a busca de uma melhor qualidade do ensino e da dignificação da profissão de professor, que inclui remuneração compatível com a importância de sua função.

Uma das metas globais do Plano Decenal é justamente forçar a União, os Estados e os municípios a aumentarem os investimentos em educação, de forma que até o ano 2003 eles saíam dos atuais 3,3% para 5,5% do Produto Nacional Bruto (PNB).

Somar forças para garantir a continuidade

Um dos maiores males da educação no Brasil tem sido a descontinuidade de ações governamentais. Troca o governo — seja no município, no Estado ou na União — muda também a política educacional. Começa-se de novo tudo do zero. É um desperdício descomunal de recursos e esforços. Ao trabalhar com um horizonte de 10 anos, e com a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, o Plano Decenal de Educação para Todos pretende pôr um fim a essa falta de continuidade de ações na área da educação. O objetivo é traçar metas de curto, médio e longo prazos.

É até por isso que o MEC está dando prioridade aos municípios, onde só vai haver eleições daqui a três anos. Na instância municipal, haverá mais tempo para as forças interessadas no resgate da dignidade da escola pública fundamental discutirem, implantarem e consolidarem seus planos decenais. E se essas diretrizes políticas forem traçadas realmente com a participação de toda a comunidade, acima de diferenças políticas e partidárias, será difícil o próximo prefeito ou governador acabar com elas, substituindo-as por ações de seu interesse pessoal ou grupal. É a melhor forma de garantir a continuidade de ação.

Acordo com Banco Mundial ajuda Nordeste

O Plano Decenal Educação para Todos facilitou o fechamento do acordo entre o MEC e o Banco Mundial para o Projeto Nordeste, que prevê investimentos de US\$ 736 milhões no ensino básico daquela região, nos próximos anos. O Banco Mundial entrou com um empréstimo de US\$ 418 milhões e o resto foi dividido entre o MEC e os Estados.

O Projeto Nordeste, na verdade, faz parte do Plano Decenal, porque atende àquela meta de reduzir as desigualdades regionais e sociais, concentrando recursos em áreas mais carentes. O MEC pretende fechar ainda este ano um acordo de financiamento para a região Norte.

"Queremos que cada escola tenha o seu Plano Decenal"

Ex-professor do ensino fundamental, o ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel, conta nesta entrevista a estratégia de montagem do Plano Decenal de Educação para Todos, dá sugestões de como colocar o projeto em prática nos municípios e nas escolas e diz quais as vantagens que os professores e a comunidade terão com o êxito dessa proposta.

Pergunta — Há professores que resistem em apoiar o Plano Decenal porque acham que esse é mais um plano igual aos vários outros anteriores, que nunca foram implantados de fato. Há diferenças entre este e os outros planos?

MURÍLIO HINGEL — Faço duas diferenças. Os planos anteriores foram formulados em gabinetes, por técnicos e especialistas que se reuniram, tiveram acesso ao diagnóstico da situação educacional e propuseram soluções de cima para baixo. O Plano Decenal é diferente. Desde o início o Plano propõe o envolvimento de toda a sociedade, não apenas do governo, por entendermos que não haveria como avançar se não houvesse essa contribuição. Outro aspecto em que o plano atual é diferente é que a estratégia montada propõe que se chegue à escola, onde efetivamente o processo educativo se concretiza, na relação professor-aluno e com o envolvimento da família e da própria comunidade.

P — E como a escola pode fazer seu plano?

MURÍLIO HINGEL — Como professor, trabalhei muito com planejamento aplicado à educação. Cada escola é uma realidade, porque atende a uma determinada clientela, que é constituída por famílias de um determinado tipo, assim como os professores e a direção são diferentes também. A escola tem que responder a perguntas muito simples, mas sobre as quais não há uma re-

flexão conveniente: quais são os fins da educação? Quais os objetivos que ela pretende alcançar? Todo plano parte de um diagnóstico da realidade, faz um prognóstico de como a realidade vai ficar se não houver uma intervenção, imagina as alternativas de solução e depois escolhe a melhor delas e executa. Isso distingue a nossa proposta das anteriores. Digo até que a nossa proposta também cairia no vazio se não conseguisse chegar à escola.

P — O senhor está propondo que cada escola tenha o seu plano Decenal e que os professores se mobilizem para isso. Como professor que o senhor já foi, que sugestão daria a eles para que comecem a se mexer?

MURÍLIO HINGEL — Terão que fazer reuniões preparatórias, primeiro do corpo dirigente, depois do corpo docente, ampliando para os técnicos administrativos, inclusive os serventes e as merendeiras — porque a escola tem que ser vista na sua totalidade —, e num passo mais adiante trazer as famílias, a comunidade. Vai se identificar a realidade da escola e estabelecer as medidas de curto, médio e longo prazo. Acima de tudo, é preciso fazer com que a escola saia de seus muros, reais ou imaginários, e se abra para a comunidade. Gestão democrática não é só os professores poderem escolher a direção. Significa a escola trabalhar com a comunidade a que ela ser-

ve, em benefício das crianças que ela atende.

P — O Plano está impresso e há quem ache que ele já está pronto e acabado.

MURÍLIO HINGEL — Um bom plano nunca está acabado. Primeiro, porque cada plano é feito em seu nível — um plano nacional é muito mais genérico, o estadual será um pouco mais específico, o municipal mais ainda e o da escola pode descer ao nível do detalhe. Mas até o plano da escola não deve ser acabado, porque a realidade é dinâmica. O que hoje é importante e necessário pode não ser daqui a pouco. Esse é um princípio do planejamento, que é um processo contínuo: eu planejo, começo a executar, acompanho, controlo, avalio, replanejo, e assim sucessivamente.

P — Como surgiu a proposta de reuniões nas escolas, acertadas com o Consed?

MURÍLIO HINGEL — A idéia é simples. Para o Plano Decenal, partimos do nacional até o específico, que é a escola. Agora, pretendemos realizar uma conferência nacional de educação, no final de agosto e começo de setembro, que segue o caminho inverso: a discussão começa nas escolas, se estende ao município, integrando as escolas municipais, estaduais e até particulares; segue depois para um nível mais alto, que pode ser o micro-regional para os Estados muito gran-



"Um bom plano nunca está acabado, porque a realidade é dinâmica. Eu planejo, começo a executar, acompanho, controlo, avalio, replanejo, e assim sucessivamente"

des; nível estadual; e, finalmente, nacional. É uma estrada de duas mãos. Tomamos a iniciativa, porque alguém tinha que tomar, agora queremos que as coisas comecem na base. E isso faz a diferença da atual proposta.

P — No final desse processo, talvez surja um novo plano.

MURÍLIO HINGEL — Talvez, não. seguramente será alterado. E onde? Em algumas estratégias, em alguns objetivos. As próprias metas podem ser revistas.

P — Um problema muito sério da educação é a falta de continuidade. Toda vez que muda uma administração, muda-se também a política educacional. Como está sendo articulado, o Plano Decenal enfrenta esse problema, não?

MURÍLIO HINGEL — Enfrenta. Primeiro, porque já reconhecemos que o planejamento é dinâmico, é um

processo contínuo e, portanto, um novo governo que assumir terá, junto com os Estados e os municípios, todo o direito de rever, mas não de abandonar o planejamento, nas suas linhas principais.

P — E nos municípios espera-se que ele seja discutido conjuntamente e que seja um projeto do município, e não desta ou daquela administração...

MURÍLIO HINGEL — No município o prefeito está no segundo ano de mandato. Nos Estados e na União, haverá eleição este ano, mas se se absorver a idéia de planejamento, ela terá continuidade. E a nossa outra estratégia é a própria Conferência Nacional de Educação para Todos, entre 28 de agosto e 2 de setembro. Vai coincidir com a campanha de presidente da República, governadores, senadores e deputados. Pretendemos envolver os candidatos para que eles digam

qual é a sua proposta, se vão continuar ou não com o Plano. Acho difícil um candidato dizer que não vai dar continuidade.

P — De forma que, ganhe quem ganhar, possa até mudar metas, mas continue comprometido com a causa de resolver os problemas da educação básica dentro de dez anos.

MURÍLIO HINGEL — Por exemplo, que ele assuma o compromisso de não retirar o Brasil do grupo dos nove países do grande programa Educação para Todos. O fato de ser um programa com participação internacional também assegura a ele uma continuidade. Há partes do Plano, como o Projeto Nordeste, por exemplo, para o qual há um empréstimo do Banco Mundial. Não se pode mudar.

P — Como o senhor encaixa o Projeto Nordeste dentro do Plano Decenal?

MURÍLIO HINGEL — É parte integrante do Plano Decenal para o Nordeste. É um empréstimo de US\$ 418 milhões, negociado com um organismo internacional (que chega a US\$ 736 milhões com as participações do MEC e dos governos estaduais). E isso vai ter que ter continuidade.

P — Uma das metas do Plano é elevar a aplicação em educação de 3,3% para 5,5% do PIB. Como será possível isso?

MURÍLIO HINGEL — A primeira coisa é que haja o cumprimento do que está na Constituição, de que a União nunca pode investir no ensino menos que 18% do orçamento, e os Estados e municípios nunca menos que 25%. E ainda hoje há Estados que não cumprem. Em segundo lugar, a gente tem que acreditar que o Brasil vai reencontrar o caminho do desenvolvimento, o que automaticamente liberará mais recursos para a educação, podendo-se ampliar aquelas porcentagens de investimento no ensino. Em terceiro lugar, se conseguirmos melhorar a qualidade de ensino, vamos reduzir a repetência, vamos descongestionar o sistema e, descongestionando o sistema, teremos mais recursos para a educação.

P — O professor pode fazer alguma coisa para forçar Estados e mu-

...ios a aplicarem mais em educação?

MURILLO HINGEL — O professor tem ser um aliado da causa, junto à comunidade. E de que forma? O professor é um eleitor, por exemplo. Tem que escolher candidatos que tenham um compromisso maior com a educação. O professor tem também que ter maior participação em todos os setores, e mobilizar a sociedade para estar ao seu lado. E cada professor ajudará tanto mais quanto melhor fizer o seu trabalho. Isso se refletirá em benefício dele mesmo e de seus alunos. Claro, isso é difícil quando os professores ganham o que estão ganhando. A queda de prestígio da educação refletiu-se também no aspecto salarial.

O senhor diria que quando essas metas forem atingidas o professor estará recuperando seu prestígio?

MURILLO HINGEL — Vai recuperar o prestígio e, de certa forma, vai ser a possibilidade de ele ter salários melhores.

O professor, então, terá muitas vantagens com o sucesso do Plano?

MURILLO HINGEL — Não há dúvida humana. A vantagem de ver o trabalho recompensado, que é o sucesso do aluno. Melhor ambiente físico para o trabalho, satisfação consigo mesmo e melhores possibilidades de recompensas salariais.

Os municípios como agentes de sua própria educação

O Plano Decenal Educação para Todos não é um projeto pronto e acabado, para ser imposto ou copiado. Ao apontar soluções para os problemas mais graves e prementes do ensino fundamental no Brasil — em torno dos quais há consenso na sociedade — o Plano na realidade propõe um mutirão nacional para resgatar a dignidade da escola e dos professores e apresenta um roteiro de discussão para que os Estados, os municípios e as escolas também possam elaborar seus planos para os próximos dez anos (veja as metas globais do Plano na página 2 deste caderno).

A atual gestão do MEC pretende acabar com as práticas políticas de governos anteriores de montar planos nos gabinetes fechados de Brasília e depois impor de cima para baixo a sua execução. Nunca um plano desse tipo deu certo, em qualquer área. Assim como ocorreu com seu esboço, que foi discutido com re-

presentantes de vários segmentos da sociedade, o Plano Decenal continua aberto a sugestões e modificações. O Plano é uma referência, é uma proposta para ser discutida. O MEC não tem a intenção de interferir e tampouco de planejar a educação dos Estados e municípios.

O que o Ministério da Educação e do Desporto pretende com o Plano Decenal é fazer com que as secretarias estaduais assumam a sua educação e que os municípios se transformem em sujeitos de seu ensino. Para isso, é muito importante incorporar na discussão a comunidade, a escola e os professores. Nos ofícios que enviou aos Estados e municípios, o ministro Murillo Hingel faz um apelo também para que os planos decenais estaduais e municipais sejam reproduzidos, colocados em discussão nas escolas, com vistas à elaboração do projeto pedagógico da escola.

Quem não investir não terá verbas

O Plano Decenal é hoje o eixo central da política do MEC para o ensino fundamental. A sistemática de financiamento do MEC e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FND) por exemplo, está agora subordinada ao Plano. O Estado ou município que não investir mais, ou que desenvolver uma política educacional voltada para essa meta de acabar com as mazelas do ensino público fundamental nos próximos dez anos, não vai mais receber dinheiro do governo federal.

O MEC está acompanhando nos Estados e municípios a aplicação

dos recursos repassados pelo FNDE. Faz isso de várias formas. Informando, por exemplo, as câmaras municipais e assembleias legislativas sobre os repasses, para que sejam fiscalizados. Além disso, o Ministério da Educação e do Desporto assinou um convênio com o Banco do Brasil, pelo qual todas as agências do BB espalhadas pelo Brasil vão vigiar a aplicação dos recursos liberados pelo FNDE aos Estados e municípios.

O MEC ficará ainda atento aos Estados e municípios que não colocarem em prática uma política de valorizar os profissionais de ensino,

seja em termos de capacitação ou de remuneração. Para efetuar essa fiscalização, o Ministério está contando com a ajuda dos professores e de suas associações de classe. É mais um aspecto da parceria MEC-professor que precisa ser fortalecido para que no ano 2003 o Brasil tenha uma escola pública digna, capaz de oferecer a todas as suas crianças um ensino de qualidade, necessário tanto para alavancar o desenvolvimento econômico do país como para permitir a formação integral do ser humano — e que assim ele possa desenvolver sua cidadania plena.

O Plano Decenal está sendo elaborado de forma democrática

Ao contrário dos projetos dos governos anteriores, impostos de cima para baixo, desde o início o MEC buscou a parceria dos mais variados segmentos da sociedade civil para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos. O Grupo Executivo do Plano foi composto por representantes das três esferas do governo: técnicos do MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Já o Comitê Consultivo foi integrado, além dessas três instituições, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Movimento de Educação de Base (CNBB/MEB), Unesco e Unicef. Posteriormente, o Comitê Consultivo foi ampliado com a participação do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, da Confederação Nacional das Mulheres do Brasil (CNMB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério da Justiça.

Todas essas entidades participaram da semana de discussão realizada em maio, em Brasília, ao final da qual firmaram o Compromisso Nacional de Educação para Todos, estabelecendo as diretrizes norteadoras das políticas de educação para os próximos dez anos. Esse compromisso assumido pelo governo brasileiro, de até o ano 2003 assegurar um ensino de qualidade a todas as suas cri-

anças, jovens e adultos está detalhado no Plano Decenal de Educação para Todos, que terminou de ser redigido em sua primeira versão em junho do ano passado.

Dado o pontapé inicial, o objetivo passou a ser a ampliação da discussão por toda a sociedade. Cópias do Plano foram enviadas a todos os Estados, aos mais de 5 mil municípios do país e a inúmeras entidades governamentais e não-governamentais, solicitando que fizessem críticas e sugestões. De julho a novembro foram realizadas incontáveis reuniões e encontros nos Estados e municípios para discutir o conteúdo das propostas e já visando a elaboração dos Planos estaduais e municipais. Em dezembro, mais de 2 mil municípios já haviam enviado ao MEC cópias de seus Planos decenais.

Nos dias 4 e 5 de novembro, o Comitê Consultivo do Plano organizou em Brasília uma reunião com entidades não-governamentais para discutir as críticas e sugestões apresentadas por representantes dos trabalhadores, entidades patronais, acadêmicas, de pais de alunos, de defesa dos direitos de cidadania, associações de classe etc. Com as emendas, o documento original foi reformulado, dando origem a uma nova versão do Plano Decenal, que foi levada pelo ministro Murílio Hingel à Conferência das Nações Unidas convocada para dezembro de 1993 em Nova Délhi, Índia, onde recebeu muitos elogios.

O documento, contudo, ainda não é definitivo. Foi novamente enviado pelo MEC aos Estados, municípios, escolas e entidades da sociedade civil e continua aberto a novas sugestões.

Um compromisso do Brasil com o mundo

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Mundial convocaram para março de 1990 em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, com o propósito de estimular os países em desenvolvimento com problemas na área educacional a buscar uma solução conjunta para essa crise. Participaram nove países: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México,

Nigéria e Paquistão — que, juntos, somam mais da metade da população do planeta. No encontro, os países participantes chegaram a um consenso de que era necessário redobrar esforços para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de suas crianças, jovens e adultos. E assumiram o compromisso, em uma Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de reverter o quadro em dez anos.

Signatário do documento, o Brasil demorou a se mexer. Durante o governo Collor, fez o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (Pnac),

que não se encaixava no espírito da Carta de Jomtien por limitar sua atuação à área de alfabetização. Quando em fevereiro do ano passado, a China convidou os outros oito signatários a conhecer o seu plano, o Brasil chegou de mãos vazias. Foi então que o ministro Murílio Hingel, recém-empossado no cargo, decidiu reorientar a política do MEC, dando prioridade à elaboração do Plano Decenal. Formou um grupo executivo e um comitê consultivo para encaminhar a discussão e convocou para maio de 1993 a Semana Nacional de Educação para Todos.

Onde obter mais informações

Se a sua escola não recebeu o Plano Decenal, ou se você tiver dúvidas de como encaminhá-lo, entre em contato com a Secretaria da Educação do seu Estado; escreva ou ligue para o MEC, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Políticas Educacionais, Esplanada dos Ministérios, Bloco L, CEP 70047-900, Brasília, DF — fones (061) 214-7115 8634/-863 /8641, 225-0247 e 226-8860. Ou então para a Delegacia do MEC de seu Estado:

Acre

Av. Getúlio Vargas, 654, Centro, Rio Branco, CEP 69900-150. Fones (068) 224-4088, 224-3909 e 224-3493. Fax (068) 224-3493. Telex 2508.

Alagoas

Av. Duque de Caxias, 1914, Centro, Maceió, AL, CEP 57000-025. Fones (082) 223-3954 e 223-4443. Fax (082) 222-3162. Telex 2454.

Amapá

Av. Nações Unidas, 196, Lagunho, Macapá, AP, CEP 68900-100. Fones (096) 222-0034 e 222-5215. Fax (096) 222-3162. Telex 2403

Amazonas

Av. Senador Álvaro Maia, 440, Centro, Manaus, AM, CEP 69067-010. Fones (092) 232-5039, 633-1717 e 232-5105. Fax (092) 232-5601

Bahia

Praça Inocência Galvão, 42, Centro, Salvador, BA, CEP 40060-180. Fones (071) 231-1722 e 243-7079. Fax (071) 241-6685. Telex 2157

Ceará

Rua Nogueira Acioli, 621, Aldeota, Fortaleza, CE, CEP 60110-140. Fones (085) 226-7326 e 226-2154. Fax (085) 231-1654. Telex 1736

Espírito Santo

Av. Carlos Moreira Lima, 200, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP 29050-650. Fones (027) 325-9526, 325-9378 e 325-9457. Fax (027) 325-9457. Telex 3042

Goiás

Rua 103, esquina c/ rua 85, n.º 30, Setor Sul, Goiânia, GO, CEP 74080-200. Fones (062) 225-7206, 223-1507 e 225-7410. Fax (062) 223-9155. Telex 2613

Maranhão

Rua da Estrela, 329, Centro, Praia Grande, São Luís, MA, CEP 65010-200. Fones (098) 222-1898, 222-1888 e 232-3866. Fax (098) 221-5745. Telex 2474

Mato Grosso

Av. Tenente-coronel Duarte, 565, 1.º andar, Cuiabá, MT, CEP 78005-800. Fones (065) 322-0741, 322-0731 e 321-3072. Fax (065) 322-0177. Telex 2496

Mato Grosso do Sul

Av. Senador Filinto Muller, s/n, Campus Universitário, Campo Grande, MS, CEP 79074-460. Fones (067) 778-7293 e 787-3360. Fax (067) 787-2595. Telex 2556

Minas Gerais

Av. Amazonas, 5855, Gameleira, Belo Horizonte, MG, CEP 30510-000, Caixa Postal 1203. Fones (031) 332-6248, 332-6008 e 332-6476. Fax (031) 332-6445. Telex 3011

Pará

Trav. Dom Romualdo de Seixas, 820, Bairro do Marival, Belém, PA, CEP 66053-110. Fones (091) 222-8290, 224-7063 e 222-8434. Fax (091) 224-5093. Telex 2006

Paraíba

Rua das Trincheiras, 275, Centro, João Pessoa, PB, CEP 58000-000. Fones (083) 222-2279, 221-2711, 222-8033. Fax (083) 241-2083. Telex 2313

Paraná

Rua Voluntários da Pátria, 556, Curitiba, PR, CEP 80020-000. Fones (041) 223-9290, 222-7535, 241-2083. Fax (041) 224-4877. Telex 6254

Pernambuco

Rua do Hospício, 619, Boa Vista, Recife, PE, CEP 50050-000. Fones (081) 421-5441, 221-2711, 221-0583. Fax (081) 421-5719. Telex 1827

Piauí

Rua Areolino de Abreu, 1405, Ed. Nogueira, 1, 3.º andar, Teresina, PI, CEP

64000-000. Fones (086) 222-6565, 222-6339, 222-6291. Fax (086) 221-1385. Telex 2421

Rio de Janeiro

Rua da Imprensa, 16, 10.º andar, Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-110. Fones (021) 262-5916, 220-0740, 240-7193. Fax (021) 220-0490. Telex 2117

Rio Grande do Norte

Av. Nascimento de Castro, 1540, Lagoa Nova, Natal, RN, CEP 59054-180. Fones (084) 223-3057, 223-2517, 223-3881. Fax (084) 223-6477. Telex 21170

Rio Grande do Sul

Rua Washington Luís, 855, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS, CEP 90010-460. Fones (0512) 25-5526, 24-5211. Fax (0512) 221-9696. Telex 3821

Rondonia

Rua José de Alencar, 3064, 3.º andar, Ed. S. Antonio, Centro, Porto Velho, RO, CEP 78901-280. Fones (069) 221-5093, 221-5207, 221-3244. Fax (069) 223-1623. Telex 2095

Roraima

Av. Ville Roy, 76-E, Centro, Boa Vista, RR, CEP 69306-000. Fones (095) 224-3025, 224-3344. Fax (095) 224-9890. Telex 2105

Santa Catarina

Rua Dom Joaquim, 757, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-310. Fones (0482) 22-1422, 22-0513, 22-0868. Fax (0482) 22-0313. Telex 3821

São Paulo

Rua Apa, 83, Campos Elísios, São Paulo, SP, CEP 01201-900. Fones (011) 825-3519, 326-4104, 825-9055. Fax (011) 67-6772. Telex 125566

Sergipe

Rua Lagarto, 952, Centro, Aracaju, SE, CEP 49010-330. Fones (079) 224-1125, 221-1783, 211-1782. Fax (079) 222-2430. Telex 2210

Tocantins

ACNO II, conj. Lote 39, Centro, Palmas, TO, CEP 77013-070. Fones (063) 862-2275, 862-1215. Fax (063) 862-1798. Telex 1798